

P

5166

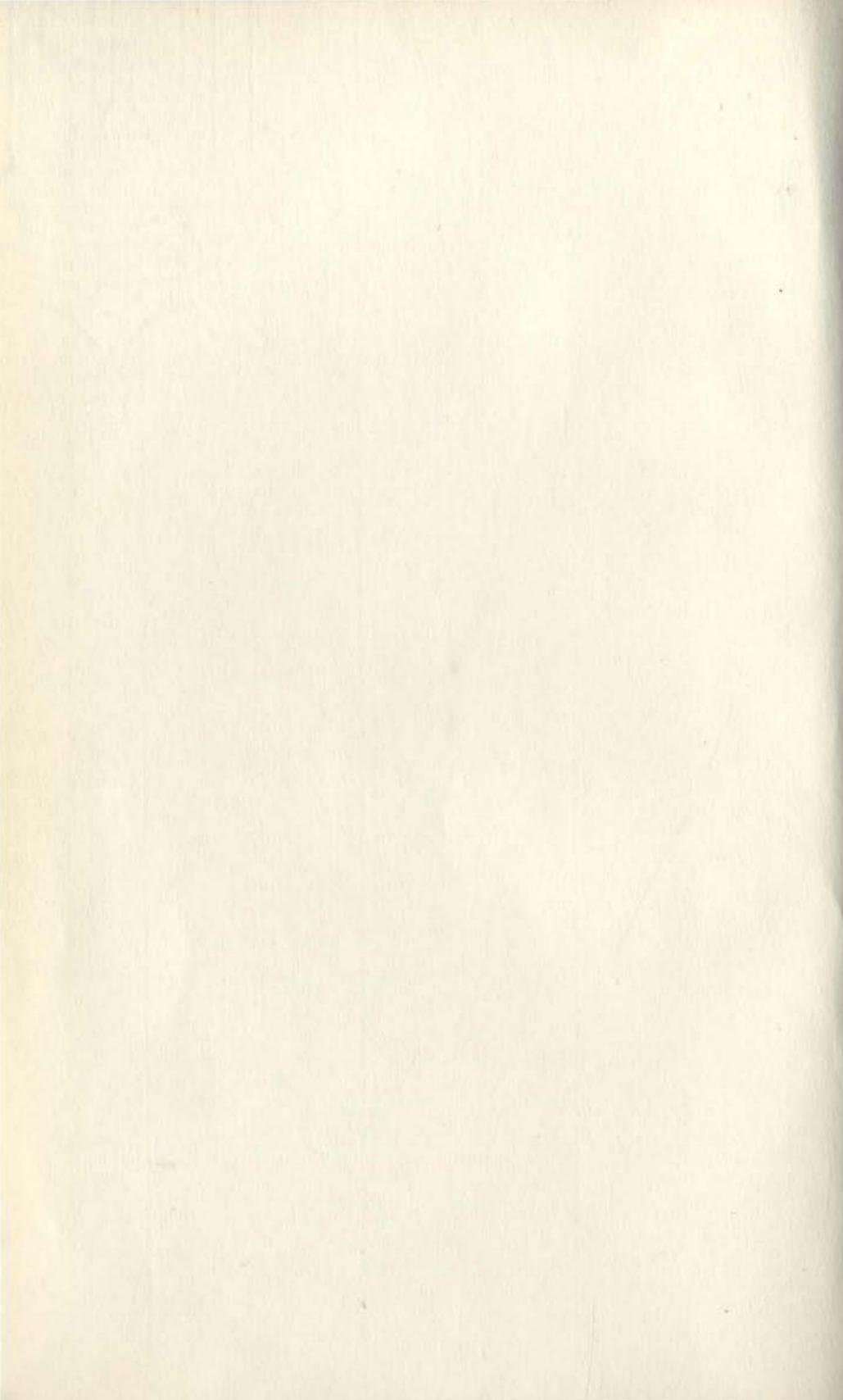
1801/31.8

LIBRO A  
ANTICA  
O BAIANO ALTO

DE TULLIO DE CASTELLO



DE TULLIO DE CASTELLO  
DE TULLIO DE CASTELLO  
DE TULLIO DE CASTELLO



L I S B O A  
A N T I G A

O B A I R R O A L T O

P O R

JÚLIO DE CASTILHO



3.ª EDIÇÃO

DIRIGIDA, REVISTA E ANOTADA  
POR GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

VOLUME II

L I S B O A

1 9 5 5



LISBOA ANTIGA

---

O BAIRRO ALTO



C. M. L.  
GABINETE  
DE ESTUDOS  
OLISIPONENSES

LISBOA  
ANTIGA  
O BAIRRO ALTO

POR

JÚLIO DE CASTILHO

3.<sup>a</sup> EDIÇÃO

DIRIGIDA, REVISTA E ANOTADA  
POR GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

VOLUME II

LISBOA

—  
OFICINAS GRÁFICAS DA C. M. L.

—  
1 9 5 5

C. M. L.  
GABINETE  
DE ESTUDOS  
OLISIPONENSES

3554





## CAPITULO I

Esbocei num dos capítulos do volume antecedente a porta fortalezada de Santa Caterina, que atalaiava, tôda arrogante e soberba, com quatro cubelos ameiados, o sítio onde hoje, a 40 metros de altitude sôbre o mar, se abre o *largo das Duas Igrejas*, ou *das portas de Santa Caterina*, como se chamou em tempo.

Era um monumento histórico e militar aquela porta; era por assim dizer o fecho ou fivela da grande cinta; devia ter merecido alguma comiseção aos demolidores; mas não mereceu: arrasaram-na por inútil no ano de 1702, como se atira para uns desvãos um arnez de batalha. Não lhe valeram os seus trezentos e quási quarenta anos, perante a intolerância já tradicional dos nossos municípios. Foi isso durante a gerência de um activo Presidente do Senado da Câmara, o

3.º Conde de Aveiras, João da Silva Telo de Meneses, de quem diz um escritor, ter feito na Cidade obras notáveis *que mereceram aplauso universal* (1).

\*

Na face Oriental da demolida porta existia a Imagem de Santa Catarina; e na face do Poente a de Nossa Senhora do Loreto; ambas elas, toscas estatuetas de pedra lioz, se acham na frontaria da igreja da Encarnação; não as julgo de grande antiguidade; provavelmente do século xvii. Por fora desta mesma porta, e um pouco abaixo para a banda do mar, lia-se uma inscrição latina igual às que se liam nas portas da Cruz e de Santo Antão, composta pelo Ministro António de Sousa de Macedo, de ordem de el-Rei D. João IV; era uma alusão ao preito de vassalagem votiva tributada pelo mesmo Monarca à Senhora da Conceição, Padroeira do Reino (2).

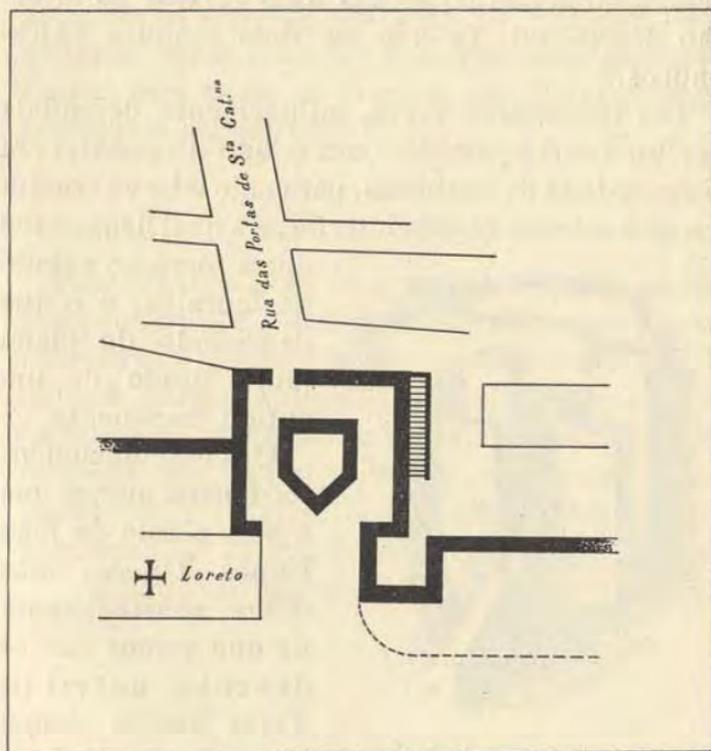
Ele próprio, o autor da *Eva e Ave*, conta o caso todo. Tomada em 1646 para Protectora de Portugal a Santa Virgem, ordenou el-Rei ao Dr. Sousa de Macedo apresentasse o texto do letreiro, que se havia de gravar em tôdas as portas da Cidade; e o erudito desempenhou-se bem do encargo.

---

(1) *Dem. hist.* citada pág. 197 e 198.

(2) Trá-la frei Apolinário na *Dem. hist.*, pág. 195.

No meu livro *A Ribeira de Lisboa* saiu tudo por miudos, assim como o texto da legenda e a sua tradução. Não os repetirei.



Planta da porta de Santa Catarina segundo  
João Nunes Tinoco; 1650

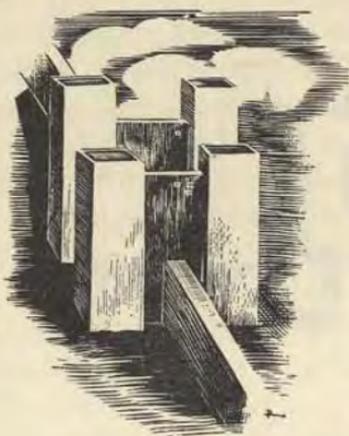
Era esta porta em tudo semelhante à porta da Cruz. As colunas que a enfeitavam foram aproveitadas em 1702 na entrada principal do açougue público, situado no *Terreiro do Paço*, e lá existiam em 1750, e depois (1).

(1) *Hist. gen. da C. R.* — Tom. v, pág. 332.

\*

O sítio exacto em que ela se achava, corria pelo centro do actual largo *das duas Igrejas* na direcção Norte-Sul, ficando os dois templos extramuros.

Tão importante porta, militarmente defendida por uma tôrre (angular para o lado do poente) era resguardada de barbacan, para cujo adarve conduzia uma estreita escada interior, e à qual flanqueava



Alçado da porta fortalezada de Santa Catarina segundo Bráunio (século XVI)

outra tôrre no angulo da muralha; é o que depreendo do plano junto tirado de um antigo documento.

Ora esse documento, é nada menos que a bela planta de João Nunes Tinoco; mas difere sensivelmente do que vemos noutro desenho anterior. Teria havido demolições e arranjos?

Na vista-planta de Bráunio erguem-se sobre a porta quatro tôrres iguais quadradas. Dificilimo é caminhar quando os testemunhos gráficos não merecem confiança absoluta. <sup>(1)</sup>

(1) Sobre o prospecto e planta destas Portas de Santa Catarina, discreteou o anotador no seu trabalho *O Carmo e a Trindade* (vol 1.º, cap. XVIII), e o grande olisipógrafo Vieira

\*

Além de vários recontros em tempo de guerra, além de aparatosas entradas de Pessoas Reais, quantas cenas curiosas e engraçadas nos podia narrar esta porta se tivesse voz! Para abreviar, contarei o seguinte:

\*

Passava uma noite Miguel Teles de Moura, sem companheiro, à porta de Santa Catarina. Quatro ratoneiros o acometeram; pediram-lhe a capa. Ia com pressa Miguel Teles, ou desejou evitar balbúrdias; entregou a capa, e continuou seu caminho em corpo, certo de que o não tinham conhecido. E diz de lá um dos quatro em tom sarcástico, e às gargalhadas dos companheiros:

— Como vai gentil-homem o senhor Miguel Teles!

---

da Silva, no volume 1.º de *A Cerca Fernandina de Lisboa*. O desenho de Bráunio e a planta de João Nunes Tinoco, não se harmonizam. Esta apresenta quatro torres que os documentos escritos negam eloquentemente, e um cabelo pentagonal, centrando o recinto de que há vestígios documentais mas que Bráunio não acusa. A semelhança com as Portas da Cruz, que tanto tem sido apregoada, colide com estas figurações iconográficas. De uma maneira geral há que ter mais fé no desenho de Tinoco do que nas representações da vista perspectívica onde abundam arbitrarismos flagrantes. (*Nota de M. S.*)

Ele revira-se, corre para o grupo, e desembainhando a espada:

— Ah! êle é isso? vós conheceis-me? Pois esperai lá.

E acutilou os malfeitores, recobrou a capa, e arrancou-lhes dois ferros.

E seguiu (1).

\*

No sábado 12 de Fevereiro de 1723 celebrou-se em Lisboa a cerimónia do casamento do Príncipe D. José, depois Rei, com a Princesa castelhana D. Maria Ana Victória. El-Rei D. João V e a Rainha foram para o sítio da Esperança, a fim de começarem daí nesse dia a sua pomposa entrada pública pela porta de Santa Catarina. Era o caminho obrigado.

Ao chegar o préstito Real a essa porta, onde se achava postado, em traje de Côrte, o pessoal todo do Senado, o Vereador mais velho, que era o Desembargador Jorge Freire de Andrada, proferiu uma alocução gratulatória, que possuo manuscrita (2).

Destas entradas Reais podia aqui descrever umas poucas. Serve essa de exemplo, e vamos adiante.

---

(1) Miguel Leitão de Andr. — *Miscelânea*. — Diál. xviii.

(2) A fl. 278 v. do volume de *Miscelâneas manuscritas* antigas, n.º 220 da minha colecção Olisiponiana.

O que é certo é que nenhum de nós hoje, ao conversar à tarde sossegadamente nos grupos da Casa Havaneza, ao *flanar* nos asfaltos do passeio pelo braço de algum amigo, ao cumprimentar atencioso as elegantes que passam nos seus *coupés*, ao jantar nos restaurantes do sítio, ao examinar as ricas peças de ourivesaria da loja do sr. Leitão, ao atravessar para uma primeira representação no Ginásio, na Trindade, ou no D. Amélia, ao presenciar, enfim, a vida que ali se condensa naquele ponto parisiense de Lisboa, nenhum de nós, ninguém absolutamente, se lembra já da porta sombria e altaneira, que se chamou de Santa Catarina, e que nos seus dias válidos tanto palejou pela nossa independência. É partilha dos mortos o esquecimento.

Bem sei que tudo melhorou, e muito; bem sei isso; bem vejo que, em vez dos raros nichos, alumiados apenas pelos tristes lampadários da devoção, rutila à noite o gás e a luz eléctrica; em vez de uns bastiões enrugados e inúteis, que obstruíam o trânsito, e vedavam o ar, alastra-se uma praça desafogada e cómoda, no eixo de outra praça ornada de um belo monumento; em vez de alguns casebres embiocados de adufas, abrem-se e iluminam se lojas riquíssimas; em vez das cimalthas negras de uma portada anacrónica, de onde pendiam não raros os quartos sangrentos dos justicados (1), campeiam as nítidas frontarias de duas

---

(1) *Dem. hist.*, cit. pág. 197.

igrejas de mármore e jaspe; em vez da solidão e das trevas, tão propícias aos frequentes assaltos noturnos dos rufiões, há os pregões dos jornais, o rodar dos caleches e *tilburys*, o encontro de bons amigos, o bulício cidadão, que é uma companhia apreciável. Bem sei tudo isso; e tenho pena, apesar de tudo, de que não conservassem as proporções e a feição exacta do destruído monumento, de que por gratidão o não assinalassem com uma singela memória, e de que tudo tenda a obliterar as recordações que enxameiam numa paragem como esta, ilustre entre tôdas. O carro triunfal do progresso tem direito a passar, mas não tem direito a esmagar e vilipendiar.



## CAPITULO II

Se no século xv examinássemos este fragmento da muralha de el-Rei D. Fernando, notaríamos que para a banda norte ocidental da porta existia uma muito antiga ermida de Santo António. É raro o ponto onde se não ache pelas crónicas monásticas o vestígio de capelinhas a povoarem os ermos em volta dos centros grandes. Foi esta ermida escolhida para paróquia pelos Italianos residentes em Lisboa, em 1518, no pontificado de Leão x, trocando-se contudo a invocação do orago; e António de Bulhões, o portuguezissimo taumaturgo que Pádua nos roubou, cedeu lugar à Rainha dos Anjos. A *Casa santa* teve uma filial; e a Virgem de *Loreto* passou a receber em Lisboa as homenagens dos seus devotos. (1)

---

(1) Pelas razões que se expuzeram no início do capítulo xvii do nosso *O Carmo e a Trindade*—e perdi-se ao autor citá-lo tanto amiade—seguímos a lição do Padre Carvalho da

\*

Não se recorda neste momento o meu leitor do que é na alta Itália a *Santa Casa de Loreto*? não? Pois eu lhe digo em duas palavras.

\*

Em Nazaré, na Palestina, veneram os fiéis o sítio onde nasceu, conforme as tradições mais antigas e venerandas, a Virgem Maria Nossa Senhora. Parece hoje uma espécie de gruta, ou caverna, para onde se desce por dezasseis degraus; é provável que o alteamento do solo, como succede em tôdas as cidades, fôsse a pouco e pouco afogando o sítio. Precediam o que é hoje a gruta, aliás transformada em capela com seus três altares, de S. José, de Santana, e do Anjo Gabriel, as paredes de um pequeno edificio, como antecâmara, ali conservadas, através de pesadas vicissitudes, ao longo de treze séculos.

---

Costa de preferencia à de João Baptista de Castro, pois os documentos nos indaziram a crer melhor na existência de um Nicho de Santo António do que numa Ermida de Santo António, ali junto da muralha Fernandina. Não reedito aqui as alegações feitas, por ser matéria já tratada nessa obra. (*Nota de M. S.*)

Um dia, em 1291, esta parte dianteira da Casa Santa desapareceu. Singular desaparecimento! os alicerces ficaram. Teve-se como inexplicável milagre aquêl factó, e muito mais quando constou que o edificio, intacto e inteiro, tinha apparecido na Dalmácia, não longe da praia do Adriático. Qual não seria o espanto da gente daquelas paragens ao dar, numa bela manhã, com a presença inesperada do modesto édículo!

Que podia significar aquillo?—perguntavam todos. Quem levantara, no correr de poucas horas, aquella casa? A explicação não tardou: teve certo Sacerdote, em sonhos, revelação de ser a casa de Nazaré, transportada através do espaço, por braços de Anjos. Para tirar a limpo quaisquer dúvidas, abalaram para a Terra Santa quatro pessoas; as medições que levavam condisseram à justa com o alicerce; mais ainda: acertava o dia da desaparição na Galilea com o apparecimento da Dalmácia.

Três anos e sete meses andados, fugiu de novo o misterioso edificio, e, voando por sôbre as cinquenta léguas do mar Adriático, assentou num bosque pertencente a uma senhora nobre e virtuosa, por nome Laureta. Os da Dalmácia, angustiados com essa segunda fuga, ergueram uma capela no próprio sitio, então êrmo, onde tinham pousado as venerandas paredes, e junto à capela erigiu-se um mosteiro de Frades.

Decorreram mais oito meses; e em 1295 volveram os Anjos a acarretar a casa para o cume de um montículo a meia légua de distância. Não

tardou que a misteriosa habitação da Virgem, a sagrada testemunha da Anunciação, fôsse por último levada outra vez, sem se atinar como, para outro cabeço desviado um tiro de besta; e ficou.

\*

Tudo que ali deixo, e que para muitos será inadmissível, é histórico, em que pese à incredulidade. Há gente que admite, sem as compreender, as maravilhas da electricidade, o telégrafo sem fio, o fonógrafo, a locomoção acelerada, as maravilhas da óptica, desde o daguerreòtipo até ao animatógrafo; e só acha dúvidas quando se trata de factos sobrenaturais. Pois resignem-se racionadores sem lógica; a Santa Sé é a expressão da mais alta sabedoria humana, e deu crédito a êsses tão inexplicáveis saltos. Os Santos Padres Júlio II, Paulo IV, e Pio V, mandaram rigorosamente syndicar do caso, e confirmaram-no com a indiscutível autoridade pontificia.

\*

Sobre a pequenina casa principiou-se a erguer, pelos anos de 1460, um templo magnífico para lhe servir como de revestimento; e desde então é um dos santuários mais célebres da Cristandade, erecto em Cathedral, e cumulado de joias por todos os fiéis.

A Santa Casa, ali contida como num relicário, conserva o nome adulterado da piedosa Laureta, se (como pensam alguns) não tirou o seu título de um loureiral que recobria o monte. Loureto se chamou também segundo Plínio velho, certo sítio do monte Aventino, onde verdejara outrora uma espessura basta de loureiros (!).

\*

A fama da Casa Santa, e os milagres da Imagem da Virgem Maria ali venerada, espalharam-se por todo o orbe cristão; e em 1518 os Italianos domiciliados em Lisboa escolheram para orago do seu templo aquella mesma Virgem. O culto dela, já antigo na Itália, fora então recentemente promovido e autorizado por Júlio II, que em metendo ombros a qualquer empresa, política ou religiosa, a inflamava no seu próprio entusiasmo. Não admira que a devoção manifestada por aquêlê Pontífice do modo mais eficaz para a autenticação da Casa Santa, se repercutisse no ânimo dos seus patrícios de Lisboa.

---

(!) Falando nessa árvore, diz o grande naturalista: *Durat in Urbe impositum loco, quando Loretum in Aventino vocatur, ubi silva lauri fuit.* — Hist. Nat. — L. xv, xl, 5 — in fine. — O nome dela ainda se conserva em Roma imposto a um lugar, visto que no Aventino se chama *Loreto* o sítio onde antigamente verdejou um bosque de loureiros.

O culto da Senhora do Loreto, novo em Portugal, alcançou em 1518 a mesma intensidade que vemos terem conseguido nos nossos dias a Senhora de la Salette e a Senhora de Lourdes. A colónia italiana transformou pois, como disse, a capelinha de Santo António na igreja do Loreto.

Eis aí o que sei.

\*

O que não sei, e não sabem várias pessoas que tenho consultado, é o motivo porque a Senhora do Loreto aparece nas suas representações iconográficas entrajada na maneira singularíssima por que a vemos, escondendo os braços, e envolta num revestimento adornado de jóias, pouco artístico, e sensabor.

A iconografia, tão praticada de Gregos e Romanos com os seus ídolos, é linguagem alegórica, e pelos atributos dá a conhecer tal ou tal Santo. A Senhora das Dores, a da Piedade, a do Carmo, e as outras invocações da Virgem, trazem em si mesmas a sua explicação; o simbolismo sacro é riquíssimo, e às vezes eloqüente; fala ao espírito, e aos sentidos. Mas que nos diz uma capa sem abertura, um cone revestido de jóias? Repito: não sei.

A gravura junta descreverá melhor êsse manto misterioso do que eu o poderia com a pena.



NOSSA SENHORA DO LORETO  
Segundo uma antiga gravura a água forte



Faint, illegible text centered on the page, possibly a title or subtitle.

C. M. L.  
CABINETE  
DO ESTUDOS  
DE ECONOMIA



### CAPÍTULO III

Do nosso antigo Loreto (e quem nos diz que não será da primitiva ermida de Santo António?) existe uma vista numa das estampas de Bráunio. Ve-se um templo de frontaria em bico sobrepojado de Cruz; porta de entrada, e por cima o janelão do côro. À direita uma tôrre sineira, e uns pequeninos anexos.

Será reprodução exacta do templo de 1518? quero crê-lo, mas nada se pode afirmar. A orientação é a actual. (1)



Igreja do Loreto segundo Bráunio  
(século XVI)

(1) Esta representação do primitivo templo do Loreto, erguido depois de 1518, como muitas outras figurações da vista de Bráunio, carece de autenticidade. Salvo alguns

Vou correr alguns dos apontamentos que possuo, e veremos as vicissitudes variadas que tem passado até agora a paroquial dos Italianos.

Irá tudo ao acaso, sem preocupação de forma. Nestas cousas o essencial é o fundo; o resto é dispensável.

\*

No Loreto havia já, em 1551, um capelão com 180 cruzados de ordenado (uns 378\$000 reis de hoje), e sete clérigos para o auxiliarem<sup>(1)</sup>, o que demonstra grande movimento no culto, e devoção no povo.

O mesmo autor dá como funcionando no Loreto em 1551 as seguintes confrarias:

De Nossa Senhora do Loreto, do Santíssimo Sacramento, e de Santa Caterina, tôdas três administradas por mercadores italianos, e recebendo de esmolas 200 cruzados;

De Santo António administrada pelos Índios; 40 cruzados.

\*

Contígua à nova igreja campeava ao norte uma das tôrres da circunvalação. Por alvará de 10 de Julho de 1573 concedeu el-Rei D. Sebastião licença à Irmandade para demolir essa tôrre «que está — (palavras textuais) — diante da porta principal da igreja de nosa Senhora do loreto..... pera a dita igreja correr por diante, e se acabar conforme a traça q̄ della he feita.»

edifícios primaciaes da cidade, o resto é tado indicado arbitrariamente. Uma empena coberta por um telhado de duas águas, uma torre sineira e pouco mais bastaram para a figuração da maioria dos templos de Lisboa. (*Nota de M. S.*)

(<sup>1</sup>) *Sumário* de Crist. R. de O. — pág. 21.

Ordenou mais el-Rei, que, se sobreviesse guerra, fôsse atulhada a igreja até à altura bastante para servir à defesa da Cidade. Lá diz por estes termos :

«É isto com tal declaraçã que, sendo caso que em algũu tempo seja neçesario emtulharse a dita igreja para fortificação da çidade, o que ds. não permita, o provedor e offiçiaes Itallianos do comfraria de nosa Senhora, sytuada na mesma igreja, serão obriguados a êtulhar a dita igreja atee a altura q̄ for neçesario, pera que fique por fortalleza em lugar da dita torre, a qual obrigação elles farã por escretr.<sup>a</sup> publica, em que será treslladado este meu aluara ; e da dita escretura se lançará hum trelhado na torre do tombo, e outro ficará no cartorio da çidade, p.<sup>a</sup> em todo o tempo se poder ver e saber a obrigauçã que os ditos prouedor e offiçiais da dita comfraria a iso tem, e com q̄ lhe foy dada liçença p.<sup>a</sup> derribarem a dita torre.» (!)

Tanto não foi necessário, felizmente. Os chãos eram foreiros à Câmara; e a pedido de el-Rei foi quitado por ela o foro e o laudémio (?).

---

(1) Sr. Freire de Oliveira — *Elementos*. T. I, pág. 590.

(2) Cartório da C. M. — Liv. 3.º de emprazamentos, fl. 49.

\*

O architecto autor da traça do templo do Loreto, ampliado e reformado em 1577, devia ter sido Filipe Terzi, como se tentou provar em um trabalho nosso, publicado no Boletim da Academia Nacional de Belas Artes, desenvolvendo o que já tinhamos dito no capítulo xvii de *O Carmo e a Trindade*. (Nota de M. S.).

\*

Graças ao zêlo dos contribuintes, e também à protecção dos nossos Governos, foi a casa do Loreto crescendo em fama e haveres.

A Carta Régia de 13 de Março de 1623, citada por extracto na colecção da Legislação, autoriza a criação de um hospital para Italianos junto à sua igreja do Loreto; prova certa da importância da colónia italiana. Como não pude estudar o ponto, nem saber quando e como se realizou essa útil criação, limito-me a esta nota, que ofereço aos estudiosos.

\*

Do que era o templo no meio do século XVII dá testemunho Frei Francisco Brandão quando diz na *Monarquia Lusitana* (1):

«Ha em Lisboa a parochia de Loreto, de tanto aceio e majestade, que, sendo os templos d'esta Cidade, na estimação de todas as nações, os mais polidos e majestosos da Christandade, tem esta egreja particularidade no adorno, pinturas, e boa fabrica.»

\*

Das 8 para as 9 da manhã de 29 de Março de 1651 (2), declarou-se na igreja dos Italianos um

---

(1) T. V., fl. 200 v., col. 1.ª.

(2) E não a 28 como dizem alguns. Era quarta-feira da semana da Paixão.

medonho incêndio, que tomou proporções assustadoras desde o princípio, zombou de todos os socorros prestados à toa pelos cidadãos, e em três quartos de hora devorou o rico tecto do templo, coberto de talha dourada e valiosas pinturas, a capela-mor e todos os altares, perdendo-se do espólio sagrado peças importantíssimas pela valia estimativa e real.

O *Ano histórico* (1) descreve assim a catástrofe:

«No mesmo dia (29 de Março), anno de 1651 pelas 8 horas da manhã, se ateou o fogo na igreja do Loreto, em Lisboa, uma das mais ricas e perfectas da mesma Cidade.

«Achou prompta materia em um sepulcro, que estava feito de algodão e carqueja, onde se cevou com tanta força e pressa, que dentro em breve espaço ardeu a igreja inteiramente, tecto, paredes, altares, retabulos, imagens, portas, grades de ferro, e até as mesmas sepulturas estallaram, e sahiram do seu logar. Com grande difficuldade e perigo se poude salvar o cofre do Santissimo Sacramento. Ardeu também a sacristia, e n'ella riquissimos ornamentos, e cofres de dinheiro. Arderam finalmente os depositos das decimas d'aquella freguesia. Avaliou-se a perda em mais de 600 mil cruzados (2).»

---

(1) Citado pelo sr. Freire de Oliveira numa bela nota do T. V., pág. 346, dos *Elementos*.

(2) 550:800\$000 reis.

O sr. Eduardo Freire de Oliveira acrescenta :  
«Este medonho incendio ainda obrigou o Senado da Camara de Lisboa a fazer a despeza extraordinaria, infelizmente sem resultado, de uns 5\$060 reis, como se vê do seguinte mandado de pagamento :

*« Aos 31 de Março de 1651 annos se passou mandado para João Baptista de Cordes, que serve de Thesoireiro da Cidade, pagar ao Procurador d'ella, Luiz Gomes de Barros, 2\$400 reis, que despendeu em coisas necessarias para o incendio que houve na egreja do Loreto; e outrosim pagará a João Coelho de Almeida, Juiz do crime, 2\$660 reis, que tantos gastou no mesmo effeito do dito incenaio, que tudo junto importa 5\$060 reis, de que a um e outro se mandou fazer pagamento. Livro do registo de mandados de pagamento dos anos de 1645 a 1654 fls. 27.)»*

A devoção dos Italianos Lisbonenses mostrou então para quanto era. Fintaram-se; alguns deram de contado avultadas somas; os outros ofereceram uma percentagem anual sôbre os futuros rendimentos dos seus negócios, e puseram todos mãos à obra, começando-se desde logo a desentulhar a ruína, e a dar ordem à reconstrução.

Enquanto duraram os impedimentos, a sede da Paróquia, passou para uma ermida de Nossa Senhora, muito próxima da igreja, ao poente, mais para o sul, e de que logo tratarei. Foi emprestada à Irmandade do Loreto, conforme escritura de 7 de Maio dêsse ano de 1651, por seus donos António Moniz de Carvalho, Fidalgo da Casa Real,

Comendador na Ordem de Cristo, Desembargador da Casa da Suplicação, e Juiz dos Cavaleiros, e sua mulher D. Isabel Soares de Albergaria, moradores na rua *das Flores* (1).

\*

Foram consideráveis e pesados os trabalhos do restauro, reedificação, e ampliações. em 27 de Maio de 1652 a Câmara, atendendo ao alegado pelo Provedor, Mordomos, etc., e às despesas com a nova obra, deu-lhes licença para ocuparem no muro da Cidade contíguo com a parte que já ocupava a igreja, quanto bastasse para as casas que pretendiam fabricar por trás da capela mor (1).

Segundo se vê, e fôsem as causas quais fôsem, o trabalho não correu pela posta. Possuo o traslado fiel de um documento, que existe no cartório do Loreto, e foi tirado pelo habilíssimo paleógrafo, meu amigo e antigo colega, José Gomes Góis, cujo amor ao estudo e variadissimo saber todos louvamos e admiramos, os que tivemos a fortuna de conhecer tão abalizado homem, da guarda velha da Biblioteca Nacional de Lisboa. Reconhece-se por aquêlê papel, que, tendo o Dr. Diogo de Gouveia e Miranda procedido em 26 de Março de

---

(1) Documentos que vi no cartório da Igreja.

(1) *Elementos* — T. v., pág. 345.

1657 a um vistoria nos destroços do incêndio, ordenou se fizesse junta dos mestres pedreiros, com o Architecto Real, e mais algum outro, para examinarem miudamente, e dizerem quanto seria necessário ocupar ao longo do lanço da muralha para o novo templo, a sacristia, a via sacra, e as mais oficinas. O Architecto era o engenheiro Mateus do Couto, antepassado dos distintos officiaes Coutos Valentes, nossos contemporâneos (1).

Êle e os seus companheiros declararam conveniente que se fôsse fazendo ao longo do muro a obra do novo recinto da igreja, para por dentro a fechar, tudo até à tôrre em que se achavam então os sinos (que devia ser uma das setenta e sete da circunvalação); ficando o Loreto, que ate ali era separado, adjacente e pegado à muralha.

Ora a serventia por cima da corredoura do muro, que ligava cada dois cubelos, era danosa para a nova igreja, por devassar de alto os seus telhados, e dar azo a latrocínios; propunha a junta dos peritos que se cortasse a dita serventia no muro, pois era inútil; e que, no caso de haver guerra, e ser necessário o servirem-se da muralha os cercados, se fizesse uso de uns pranchões que os empregados da igreja eram obrigados a colocar para restabelecer a passagem, e resguardar ao

---

(1) Foi homem muito considerado. Foi Sargento mor, e ainda vivia em 1688, segundo vejo a pág. 275 das *Memórias sobre chafarizes*, por Veloso de Andrade.

mesmo tempo os telhados. Assim se fêz. Felizmente os pranchões dormiram a sono sôlto, e a guerra não voltou. Estavam passados os dias cavaleirosos da velha cêrca.

A mesa da Irmandade, no intuito de alargar as oficinas, comprou por 417\$000 rs. 717\$240 reis da nossa moeda actual) as casas de Joana Aguiar junto à igreja, em 29 de Julho do mesmo ano de 1657; deitou-as abaixo, e construiu a sacristia.



#### CAPÍTULO IV

Junto a esta igreja do Loreto, encostada ao muro da Cidade, pela parte de dentro, ao que parece, tinha casa Sebastião de Sá de Meneses no século xvii.

Pediú ao Tribunal da Relação, e este concedeu-lha, licença para estabelecer do seu logradouro uma escada, que, subindo ao alto do adarve, e dominando os telhados do Loreto, servisse de mirante. Feita a obra, ou estando prestes a fazer-se, mandou a Câmara embargá-la, em consequência de denuncia official do procurador da Cidade, António Pereira. Os administradores da igreja italiana, favorecendo a Sebastião de Sá, representaram argumentando com a ordem da Relação; mas o Senado intimou-os a não consentirem tal escada.

Quiz el-Rei saber os motivos; e em seu Decreto de 1 de Dezembro de 1655 ordenou à Câmara o informasse. Em consulta de 13 de Janeiro de 1656 expõe esta o seguinte, que resumo:

1.º — A jurisdição e administração das muralhas de cidades e vilas foi sempre municipal, e sobretudo pertence a esta Câmara, por provisões Reais antigas, a da cêrca de Lisboa.

2.º — Na própria ocasião em que el-Rei tratava da fortificação da Capital, parecia inconvenientíssimo permitir-se que, só para recreação de particulares, se estabelecesse comunicação com o alto da cêrca antiga.

3.º — Péssimo exemplo era facilitar irreverente passagem por cima dos tectos de uma igreja, «porque — observa o redactor da consulta em retórica figurada com ressaibos de sermão — caminhos para subir aos pináculos dos templos são caminhos diabólicos.» (1)

Certamente não se fez êste caminho diabólico, e o pretendente ficaria a chuchar no dedo.

Êste Sebastião de Sá de Meneses foi filho de Francisco de Sá de Meneses, Comendador de Sines, e de D. Maria de Lacerda (ou de Lafetá). Foi Alcaide-mor de Sines, achou-se na restauração da Baía em 1625 por aventureiro, e casou em 1635 com D. Violante da Silva, filha de D. Pedro

---

(1) *Elem.* — T. VII, pág. LXII.

Mascarenhas, Governador que foi da Mina, e de D. Mariana da Silva (1).

Já se vê que não era um qualquer.

\*

Em 1668 aumentou-se ao longo das duas faces do templo o cemitério, ou adro, precedendo licença da Câmara, e tendo seu resguardo ou cortina à flor da rua. Com grave quebra de respeito devido aos mortos e ao templo, entraram, a pouco e pouco, por abuso muito culpável, a estabelecer-se no dito adro muitas mulheres vendedeiras de fruta, construindo lugares de madeira, com que o pejaram, a ponto de ser indispensável que a Irmandade representasse, passados anos, à Vereação, contra o abuso, obtendo provimento (2).

---

(1) Informações que teve a bondade de me dar o Conde de Bertandos, que sabe muito de assuntos genealógicos.

\*

No capítulo I do volume II de *O Carmo e a Trindade*, historiam-se desenvolvidamente os litígios de vizinhança entre os confrades do Loreto e este Sá e Meneses. Durante cinquenta anos, as questões arrastaram-se pelos tribunais. Da mesma forma a história do palácio que fora de Lucas Giraldes e que, dos Sá e Meneses, passou aos Pereiras da Cunha Ferraz, Secretários da Guerra, averigua-se demoradamente, explicando os sucessivos nomes da serventia, primitivamente conhecida por *Primeira travessa da Trindade*. (Nota de M. S.)

(2) Documentos no cartório vistos por mim.

\*

A obra nova da igreja ficou bellissima; abriu-se a culto público em 7 de Setembro de 1676. Pouco mais ou menos, tinha o traçado que na reconstrução posterior ao terremoto se conservou; com a diferença de que, às duas faces do templo, corria o dito cemitério, gradeado de ferro, com escadas para a rua pública. O campanário era alto, com três sinos e duas campas.

\*

Os orgãos do Loreto eram em 1730 os mais belos de tôda Lisboa, como atesta um viajante estrangeiro (1).

---

(1) *Description de la ville de Lisbonne* — Paris — 1730 — pág. 27.

\*

Êste adro data de 1688. Foi erguido sobre a rua, com uma cortina gradeada, ao longo das duas faces, e passou a servir de Cemitério, ficando escadeado, em frente às portas principal e lateral. O adro prolongava-se até junto do prédio que hoje tem o N.º 20, na Rua da Misericórdia. Na parede ao lado desta porta, está embutida uma pedra com o letreiro, marcando o final do antigo cemitério paroquial.

A reconstrução da igreja, feita com o maior aproveitamento da traça de Felipe Terzi, custou 150.000 cruzados. A sua descrição fez-se na nossa citada obra, a págs. 225 a 243 do volume II. (*Nota de M. S.*)

\*

Um Teatino erudito, de quem tratam detidamente Barbosa e Inocência, D. Caetano de Gouveia Pacheco, escreveu dois opúsculos que muito me interessaria conhecer, mas que não vi:

1.º — *Relação da fabrica da Igreja de N.ª S.ª do Loreto para n'ella se depositar o Santissimo Sacramento nas Endoenças d'este presente anno de 1735, mandada fazer pelo sr. Paulo Jeronymo de Medicis, Provedor da mesma Igreja.* — Coimbra — 1735 — 4.º — (sem nome de autor);

2.º — *Breve Relação da Santa Casa do Loreto, com um catalogo de todas as joias, pedras preciosas, peças de oiro e prata do seu riquissimo thesouro, etc.* — Lisboa — 1736 — 4.º.

A falta das informações que poderia dar-nos esse cicerone, direi o que souber.

A igreja era de uma só nave (¹); a capela mor, de ordem coríntia, com colunas salomónicas de pedra verde; as doze capelas do corpo da igreja, de ordem compósita; sôbre a cornija estátuas de mármore, representando em nichos os doze Apóstolos e os Evangelistas S. Lucas e S. Marcos, tôdas vindas de Itália (²). Porta principal ao Sul, e travessa ao Poente, sôbre a qual se lê ainda a a data 1785.

---

(¹) Carvalho — *Corogr.* — T. III, pág. 478.

(²) Documentos do cartório, inventário, *Memorie generali*, etc.



## CAPÍTULO V

O terremoto de 1755 arruinou muito a célebre paróquia, por causa do incêndio que se lhe seguiu.

Diz o sr. Freire de Oliveira (1) que o fogo se comunicou ao Loreto pelos telhados do palácio do Secretário de Guerra, de que logo falarei.

«O tecto d'esta igreja — conta a *Narração do formidavel terremoto*, manuscripto coevo que possuo — era de esteira, apainelado com admiraveis passos da Escriptura, segurado em travões grossissimos, e todo o mais madeiramento era mui forte, e de singular madeira. Tudo o mais do templo era de excellentes pedrarias, ornado de nichos sobre as capellas, nos quaes estavam todos os Santos Apóstolos em formosas estatuas de finis-

---

(1) Numa nota a pág. 347 do Tomo v dos *Elementos*.

simos jaspes feitos na Italia. Nas capellas estavam grandes paineis de admiraveis pinturas de Roma. Tudo queimou o fogo, e as estatuas estalaram, e toda a mais pedraria. E foi tal a actividade do incendio n'esta egreja, que penetrou-lhe as campas das sepulturas, queimando dentro caixões de defuntos. Livrou-se a milagrosa Imagem do Santo Cristo do púlpito, e a Imagem da Senhora do Loreto, que é de excelente Libano; a sacristia, com os riscos e preciosos ornamentos, e prata. A sua grande tôrre dos sinos abriu, e arruinou-se.» (1)

\*

Com o terremoto, certo é, tudo por aquelas imediações ficou em montões de entulho e terra; foi preciso muito trabalho de desaterro para a edificação dos novos prédios contíguos à igreja para a parte do Nascente, e defronte dela. Em 1785 diz Murphy:

«Andam muitos operarios occupados a arrazar oiteiros junto ao templo do Loreto, para a construção de moradas de casas. Curioso é observar que até ao ponto onde teem excavado, que em alguns sitios anda por 30 pés, nada acharam senão um barro avermelhado, ou areia misturada com estratos de mariscos petrificados, principalmente crustaceos. Uns poucos de centenaes de carroças

---

(1) Pág. 39 e 40.

de carga dessas conchas teem sido levadas d'este sitio, cuja altura acima do nivel do mar não será menos de 350 pés." (1)

\*

A reconstrução posterior a 1755 seguiu as linhas gerais da antiga; há ali muita coisa primitiva. Gosto da frontaria; não será muito notável, mas também não é desenho vulgar nem presunçoso. Pena é que o ponto de distância não seja mais extenso, e que a balaustrada do adrosinho corte com uma sensaboríssima horizontal a porta do Sul, que é muito boa.

\*

Da nova igreja diz, quarenta e um anos depois do terremoto, um viajante estrangeiro:

«A feitoria italiana possui em Lisboa uma formosa egreja, ha pouco acabada de reconstruir; é da

---

(1) Murphy — *Travels in Portugal* — pág. 166.

\*

Um documento cheio de interesse que representa o estado em que o terremoto deixou o templo do Loreto, é o desenho setecentista do Albam proveniente da herança do 3.º Conde de Linhares e da condessa D. Gabriela Azzinari di San Marzano (discípula de Sequeira), descoberto e estadoado pelo ilastre investigador e crítico, sr. Dr. Francisco Cordeiro Blanco, e que, com outros, se publicou no n.º 59 da Revista *Olisipo*, mais tarde identificado pelo sr. Major Figueiredo e Silva, como sendo esta igreja Lisboaeta. Contra o que diz o narrador coevo, citado pelo autor, o templo apresenta vestígios evidentes de ruina grave causada pelo terremoto. (*Nota de M. S.*)

invocação de Nossa Senhora do Loreto. Serve de parochia. Ali celebram-se pomposamente os officios divinos. Este templo é dos mais concorridos pelos elegantes e pelas elegantes da Capital.» (1)

Foi o Architecto José da Costa e Silva convidado pelos Italianos para concluir a capela-mór que Manuel Caetano tinha começado (2). Costa e Silva, de quem há um retrato no museu dos Archeólogos, traçou o nosso monumental teatro de S. Carlos.

\*

A frontaria da igreja do Loreto é hoje como passo a descreve-la de relance.

Acima do nível do largo, e sôbre um pequeno adro com escadas, ergue-se esta fachada, composta de três corpos, sendo o do meio mais largo, dividido dos laterais por duas pilastras dóricas; outras duas iguais flanqueiam os laterais. Sôbre elas tôdas corre uma arquitrave, e um friso adornado de pequenos cachorros, ou mísulas, que sustentam a cornija. Sôbre tudo ergue-se um nicho com a Imagem da Senhora do Loreto entre pilastras compósitas, e este resumido corpo é acompanhado de dois apainelados rematados a cada banda por

---

(1) *Voyage en Portugal, et particulièrement à Lisbonne en 1796* — pág. 65.

(2) Cyrillo — *Memórias* — pág. 236.



Fachada principal da igreja do Loreto com o adro como foi até 1860



pilastras jónicas; este édículo não toma senão o espaço do corpo central inferior, e é ligado aos dois laterais por duas paredes descaídas, que fazem piramidar a construção, e rematam a cada banda por dois ornamentos em forma de basilica. Sobre o alto, quatro vasos e a Cruz.

No corpo central abre-se a rica portada curva, entre duas colunas caneladas que sustentam um entablamento ornamental, ao meio do qual se vêem as Armas pontificias seguras por dois formosos Cherubins. Por cima da porta, e ligada com ela, uma alta janela de volta redonda.

Cada corpo lateral tem em baixo um nicho, com S. Pedro e S. Paulo, e por cima uma janela, da mesma ordem da central, mas mais reduzida.

Os dois Cherubins que seguram nas Armas pontificias eram atribuidos a Canova na sua mocidade, segundo ao Conde Raczynski comunicou Assis Rodrigues, que o ouvira a seu pai, o escultor Faustino José Rodrigues, que o ouvira a um filho de Ludovice, o architecto de Mafra (1). Isso diz o próprio Raczynski, esquecendo-se de que, algumas páginas antes, escreveu que Assis Rodrigues

---

(1) CANOVA. — Dans l'église de Lorete, on voit deux anges qui sont attribués à ce sculpteur, quand il était fort jeune. (*Communication de M. le professeur François d'Assis Rodrigues, qui tient ces renseignements de son père, et celui-ci, d'un des fils de Ludovice, l'architecte de Mafra.*)

*Dictionn.* — art. *Canova*, pág. 37.

ouvira a seu pai, que o sabia por Machado de Castro, a quem o dissera Alexandre Giusti, serem aqueles Anjos obra do Bernini (1).

Finalmente conta nos noutra parte que o Professor António Manuel da Fonseca lhe disse terem sido aqueles Anjos enviados de Roma, atribuidos a Borromino (2).

Aqui anda grande confusão, e prova duas coisas: nós cá nada sabemos ao certo; e Raczynski deixa-se guiar à toa, na sua ânsia de acumular materiais à pressa e sem critica.

«Faço notar — diz o autor do *Dictionnaire historique-artistique* — que o cavaleiro Bernini morreu em 1860, e que, tendo a antiga igreja do Loreto sido destruida pelo terremoto de 1755, a asserção (de serem de Bernini os Anjos fica inadmissível; só se os ditos Anjos foram esculpidos noutra ocasião, e o lugar que elles occupam agora lhes foi destinado ulteriormente.»

(1) La tradition qui attribue ces anges à Bernini a été transmise par Alexandre Giusti à Joachim Machado, et par celui-ci au père du professeur François d'Assis Rodrigues. Alexandre Giusti ayant été élève de Maini et ce dernier d'Algardi, contemporain de Bernini, cette tradition, d'après l'avis du professeur Rodrigues, est digne de foi.

*Dictionn.* — art. *Bernini*, pág. 28.

(2) Les deux petits anges soutenant un écusson et placés au-dessus de la porte d'entrée (de Loreto) ont été envoyés de Rome et sont attribués à Borromino, C'est du professeur Fonseca que je tiens ce renseignement.

*Les arts.* — pág. 287.

Com o devido respeito, eu também faço notar que o terremoto (como acima nos disse um coevo da catástrofe) não destruiu a igreja do Loreto, isto é não arrasou as suas paredes; o interior, sim, queimou-lho o incêndio. Portanto, podiam já lá estar, onde estão, os Anjos do Bernini desde 1676 talvez.

Quanto a Canova, nascido em 1757, podia na sua mocidade, isto é por 1780, ter sido o autor, mas nada o prova. O que me custa a conceber é como Raczynski ouviu a Assis Rodrigues duas asserções tão diversas, ambas com genealogia, uma de bisavô, outra de trisavô. Foi confusão do Alemão informado, ou do informador Português?

As duas estátuas de que acima falei, o S. Pedro e o S. Paulo da frontaria, atribui-as Cyrillo Wolkmar Machado a *um certo Fancé*, escultor francês (!).

\*

Parece que o adro ocupava demasiado campo num sítio, como aquêle, de apertada concorrência. Ali justamente, na esquina, foi uma vez atropelado por uma sege de boleia, em 1855 ou 56, se me não falha a memória, o nosso D. António da Costa, e por causa disso esteve de cama muitos dias.

As providências camarárias no assunto vêm de longe. Quis a Câmara, em Dezembro de 1835, dar

---

(!) *Mem.* — pág. 252.

começo à *regularização* do adro (1). Essa regularização não sei em que consistiu; mas vejo que em officio de 20 de Outubro de 1859 o Presidente do Município officiava ao Provedor e Mezários do Loreto pedindo-lhes que substituíssem por uma escada pequena o *pesado e incómodo adro* (2).

Em 7 de Novembro respondiam elles que nenhuma dúvida tinham em satisfazer o desejo da Câmara; em consequência do que, foi remetido o projecto à repartição técnica (3).

Em 30 o Engenheiro interino da mesma Câmara, Charles Pezerat, apresentou o orçamento seguinte:

Desmancho.....	250\$000 rs.
Construção.....	526\$350 »
Total.....	776\$350 » (4).

O adro ficou reduzido ao que está. (5)

---

(1) *Synopse dos princ. act. adm. da C. M. de L.* 1835—pág. 23.

(2) *Ann. do Mun. de Lisb.*—1859, n.º 56, pág. 459.

(3) *Ann. do Mun. de Lisb.*—1859, n.º 57, pág. 466.

(4) *Arch. Mun. de Lisb.*—1860, n. 9, pág. 68.

(5) Parte da guarnição deste Adro que se desmanchou então, foi cedida à Igreja de São Mamede, em cujo Adro ainda hoje se encontra. (*Nota de M. S.*)



## CAPÍTULO VI

O tecto da sacristia é de António Machado Sapeiro, medíocre pintor dos séculos xvii e xviii (1).

Faleceu este artista em 1714.

Do tecto da igreja não posso conscienciosamente afirmar quem fôsse o autor. Diz-me Cyrillo que foi Feliciano Narciso, discípulo de João Nunes e de Baccarelli (2); e diz-me noutra parte que foi Ignacio de Oliveira (3). Não tenho modo de decidir. O que sei é que se guarda na Academia Real das Belas Artes um esboço a sépia, do pincel de Pedro Alexandrino, representando o tecto actual dêste templo. Vi-o em 2 de Junho de 1884.

---

(1) *Cyrillo* — *Mem.* — pág. 86.

(2) *Mem.* — pág. 193.

(3) *Mem.* — pág. 221.

Na antiga igreja havia estátuas de Filipe Parodi, segundo dizia Guarienti citado no livro *Les arts en Portugal* (1). O mesmo informador lá viu antes de 1755 um quadro do pintor italiano Filippo Gheraldi.

Hoje, em lugar das estátuas dos Apóstolos em mármore italiano, vemos em volta do templo os mesmos apóstolos em nichos, a claro-escuro. Verdade seja que são belíssimos, e fazem honra ao pincel de Cyrillo, como os seus noticiosos livros a fazem à sua pena.

\*

Continuando com exame do interior desta interessante igreja, falarei de algumas pinturas.

O quadro da Ceia é de Joaquim Manuel da Rocha (2).

Santana, não sei.

S. Carlos Borromeu é tido pelo Conde Raczynski por boa pintura no género de Battoni.

S. Francisco de Paula, de Lambruzzi, cita-o êste crítico elogiosamente.

S. João não o aprecia muito.

S. Miguel matando o dragão parece-lhe cópia de Guido.

A *Madona del Carmine* considera-a um dos quadros mais interessantes da colecção; é attribuída a Rossi. Eu chamo a atenção dos curiosos

---

(1) Pág. 322

(2) Cyrillo - *Mem.* - pág. 117.

para os Anjos, e o Menino Jesus, que são encantadores. A Santa Virgem parece-me menos bem; mas as crianças ouvem-se palrar e chilrear.

Há mais uma *Santa Catarina*, de C. Ratti, e uma *Descida do Espirito Santo* por Manuel Tagliafico.

Não deixarei, por ultimo, de notar os honorários mínimos, ridiculos, absurdos, por que se remunerou a Cyrillo Wolkmar Machado o seu trabalho de pintura até 7 de Dezembro de 1785. Parece impossível o que eu próprio vi em recibos seus autênticos! por exemplo: tôda a pintura do tecto... custou 102\$400 réis! cada um dos doze Apóstolos, a claro-escuro, para substituir as antigas esculturas... 6\$400 réis! Tudo que se acrescentasse como comentário, estragava a eloquência da nudez!

\*

Pela sincera obsequiosidade do muito Rev.<sup>do</sup> Padre Próspero Peragalo, então Prior, examinei em 1879 uma parte do cartório. Vi na sacristia os retratos de Francisco André Carrega e Nicolau Micon, Genovezes benfeitores da casa, falecidos, aquêle em 1625, êste em 1675. Vi na sala do despacho o retrato de José Fontana, e uns curiosos quadros em madeira, uma espécie de mosaico, oferecidos em 1822; e vi os tambores da antiga companhia de Italianos, que, segundo um compromisso, auxiliava as guardas de polícia portuguesa, do mesmo modo que o faziam os homens das outras nações domiciliários em Lisboa. Existem no arquivo as eleições para capitão e alferes, do século xvii, até 1729 (que foi o mais moderno ano a que

cheguei). Conserva-se também a bandeira da Companhia, que não vi, mas que o sr. Prior me disse ter por inscrição *Terra tula bonis, infesta*, (ou *infensa*) *malis*. (se me não falha a memória). Era um lembrete retórico aos ladrões latinistas; os que o não fôsem deviam contentar-se com a rude eloquência do que Azurara chamava *provar o sabor do ferro frio*.

\*

Quem tiver licença e tempo de percorrer os registos desta paróquia ilustre, há-de por força topar com interessantíssimos documentos.

Ali se baptizou, segundo Barbosa Machado, o eminente e virtuoso clássico Padre Manuel Bernardes. Basta êste para nobilitação<sup>(1)</sup>. Castilho, que entendia da poda, tinha a Bernardes pelo mais peregrino, pelo mais completo dos nossos escritores, e escolheu-o para inaugurar a *Livraria clássica*. Para Castilho nenhum deleite literário igualava uma leitura bem escolhida e bem feita nas obras do divino Bernardes.

\*

Os registos baptismaes do Loreto principiam em 11 de Maio de 1679, ano em que, tendo-se renovado a igreja, e tendo sido destinada exclusivamente para a nação italiana, esta freguesia portuguesa passou a ter a sua sede na ermida de Nossa Senhora do Alecrim. Os registos anteriores devem procurar-se na Encarnação,

---

(1) *Biblioth. Lusit.* — T. III, pág. 194.

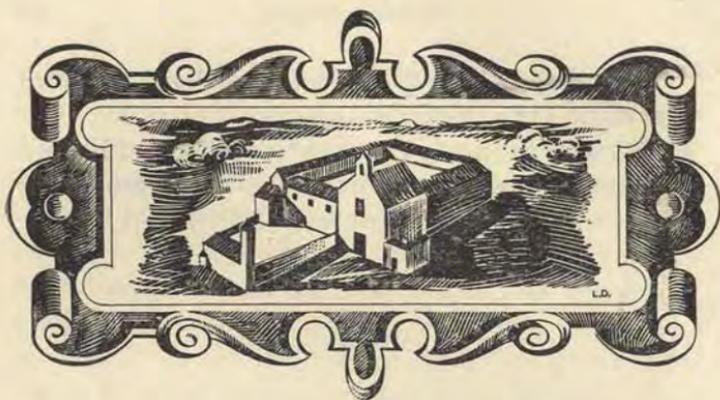
O registo obituário de pessoas italianas começa em 20 de Dezembro de 1679.

Não se celebrando casamentos se não por licença especial, o registo matrimonial é muito moderno; começa com regularidade em 1809 (1).

---

(1) Informações obtidas do antigo Prior do Loreto, meu sábio e saudoso amigo, o sr. Padre Próspero Peragalo, em 12 de Março de 1881. O sr. Padre Peragalo, que muitos anos morou em Lisboa, cumprindo zelosamente os pesados deveres do seu cargo, é (como todos sabem) um docto escritor, sempre orientado no sentido do bem, e sempre na brecha defendendo os bons princípios. Cristóvão Colombo mereça-lhe uma série de estados profundos, que immortalizam na História literária o nome do auctor. Quando há poucos anos regressou o sr. Peragalo à sua Génova, deixou um vácuo impreenchível entre os seus amigos de Lisboa, que eram todos os que o conheciam.

Não menos do que a este erudito guia, agradeço a quem me denunciou como boa fonte o arquivo do Loreto; foi o meu respeitável amigo, vigoroso octogenário, eminente latinista, o sr. António José de Figueiredo, Chanceler da Nunciatura Apostólica, e antigo Amigo de meu Pai. Por minha vez aconselho aos curiosos de arqueologias lisboenses não deixem de obter licença, como eu obtive quando tinha vigor, quando corria a um lado e outro para observações em monumentos e igrejas, a fim de folhearem tão abundante manancial. Oxalá se encontrasse em toda a parte igual hospitalidade!



## CAPÍTULO VII

Quantas festas notáveis se não têm celebrado no Loreto! Seria curiosa a lista, se acaso pudesse ser feita com exacção. De algumas sei eu, e passo a mencioná-las.

\*

Uma segunda feira 19 de Junho de 1724 faleceu em Lisboa D. José Zignoni, Cavaleiro da Ordem de Santiago, e Residente de Austria. Foram muito solenes as suas exéquias de corpo presente nesta igreja, a 21 (1).

\*

Em 20 de Agosto de 1799 faleceu o Santo Padre Pio VI. Quando a notícia chegou a Lisboa, resolveu a colónia italiana celebrar pomposas exéquias no Loreto. Foi encarregado o architecto

---

(1) *Gazeta de Lisboa* n.º 25 de 22 de Junho de 1724.

e pintor Mazzoneschi, Romano ao serviço do Real Teatro de S. Carlos, se dirigir tôdas as decorações da igreja.

Ficou interiormente um templo da ordem coríntia, colgado de armações de luto agaloadas de ouro. Aos dois lados da capela mor as tribunas para a Família Real. Os púlpitos do corpo da casa foram disfarçados em composições architectónicas com figuras de Anjos sustendo placas que representavam mármore, cheias de inscrições alusivas ao Papa. Ao fundo do templo erguia-se o coreto dos músicos.

Do alto da abóbada pendia uma cúpola forrada de arminhos, de onde desciam quatro magnificas cortinas do mesmo, que iam prender aos quatro cantos da espaçosa nave, e assim serviam de docel ao moimento, ou cenotáfio comemorativo de Pio VI.

Este moimento contava na redonda base 26 palmos de diâmetro, e 58 de altura. Sobre uma escalinata de três degraus surgia um embasamento de pórfido, em quatro faces, com cornijas de metal dourado; adornava-se o pedestal com os Brasões de Armas da família do Pontífice. Quatro altas colunas sustentavam uma larga pedra, onde assentava a urna funerária que figurava conter as augustas cinzas.

Foram a 2 de Dezembro de 1799 as exéquias soleníssimas; assistiram o Príncipe Regente com a Princeza D. Carlota Joaquina, e todos os membros da Casa Real, o Cardeal Patriarca de Lisboa, vários Bispos, o Nuncio Monsenhor Paca, o Corpo diplomático, a Nobreza, etc.

No primeiro dia celebrou Missa o Nuncio assistido do Auditor, do Secretário, e de um Cónego de S. Pedro de Roma então de passagem aqui; serviu de mestre de cerimónias um Cónego Regente de S. Vicente de fora. Prégou o Padre Mestre Doutor Frei José Maria, Eremita Paulistano.

A música foi de Jommelli cantada por grandes cantores da Capela Real, entrando também o célebre Crescentini e outros de S. Carlos.

Mais dois dias se protraíram as cerimónias, cujo esplendor nunca visto fez honra aos mesários do Loreto, e em especial a José Midossi, seu Provedor (1).

\*

Em 10 de Maio de 1804, quinta feira da Ascensão, mandou o Ministro plenipotenciário da República francesa em Lisboa, General Lannes, celebrar no Loreto um solene *Te-Deum* em acção de graças pelo malôgro da conspiração Realista contra o Primeiro Consul, Napoleão Bonaparte. Officiou o Arcebispo de Adrianopolis, e assistiu o Nuncio, que não poud officiar por se achar adoentado. Via-se tôda a Nobreza, com os negociantes francezes, italianos, suiços, batavos, etc. A orquestra foi a da Capela Real, mais os melhores cantores de S. Carlos, sob a direcção do grande Marcos António Portugal, compositor da música.

---

(1) *Gazeta de Lisboa*, anexo ao 2.º suplem. do n.º X, de 15 de Março de 1800.

A noite iluminou a frontaria do templo com transparentes alegóricos, etc. O General Lannes, ali vizinho, deu baile e ceia no seu palácio, precedidos de concerto onde cantaram a Catalani, a Gafforini, o Monbelli, e Nalsi, Mattucci, Olivieri, Angelelli, e Violani. Regeram os maestros Fioravanti, Marcos Portugal, e o célebre rabequista Olivieri (1).

\*

Na mesma nave, onde assim se celebravam as glórias republicanas, houve dez anos depois, em Setembro de 1814, solenes festejos pela restituição do Santo Padre Pio VII ao Trono da Santa Sé. Eram as alegrias delirantes da Paz geral, a reposição da Europa nos seus eixos, a vitória da ordem e da legitimidade sobre os desmandos e prepotências do regime imperial do adventício.

«O templo de Nossa Senhora do Loreto—diz uma narração que tenho à vista—é um dos mais admiráveis da Capital, por sua architectura, riqueza, e magnificência; e determinaram, para maior pompa exterior do culto, que a preciosidade de seus mármoreos se realçasse com as mais ricas tapeçarias. Armou-se, com dilatado trabalho de muitos dias, de veludo e ouro, com uma elegância tal, que o mesmo templo oferecia um espectáculo até aqui não visto naquele género..... obra do esmero e engenho do armador da mesma, Cândido Benevenuto dos Santos.

---

(1) *Gazeta de Lisboa*, n.º 20, de 15 de Maio de 1804.

«De ambos os lados da capela mor se levantaram duas riquíssimas tribunas, cuja simetria aumentava a formosura do templo, e cuja riqueza e aparato eram dignos das personagens que as deviam ocupar como representantes do Augusto Príncipe Regente.

«A fachada exterior do templo ofereceu um quadro poucas vezes visto, porque, devendo iluminar-se em três noites sucessivas, se compunha de figuras alegóricas.....

«Viu o povo da Capital em a noite de 5 de Setembro aparecer um Pantheon, alegoria da Igreja Universal, no símbolo de uma rotunda. Por cima do seu pórtico se via em um grupo sôbre o seu pedestal a figura simbólica da Igreja, com as Taboas da lei; do lado esquerdo a Devoção, curvada em acto de adoração; e do direito o Amor da mesma Igreja, tendo abraçado o escudo com o preço augusto da Redenção, calcando aos pés o Egoísmo, representado numa cabeça troncada.

«Nos intercolúnios da ordem composita da majestosa rotunda estavam colocadas as figuras da Fé e da Esperança, com os símbolos que as designam.

«Aparecia, no meio de uma representação alegórica da Glória, o retrato ao natural do Soberano Pontífice Pio VII, constituido no centro de uma luminosa estrêla, que, derramando raios de luz em um dilatado círculo, simbolizava a luz evangélica que abrange o Globo. Grupos de Serafins derramavam festões de flores, imagem da abundância das graças que o Eterno espalha no seio da sua Igreja.



«Superiores a êste pomposo quadro se observavam dois Anjos, que sustentavam nas mãos a Tiara pontifícia, tendo de um lado a trombeta do Evangelho, cujo som tem chegado aos limites da terra, e do outro lado uma coroa de louro, como expressão do assinalado triunfo, que a Religião alcançava da impiedade e da tirania (1).

«Mostravam-se em os dois lados superiores da fachada as duas figuras simbólicas da Caridade... e da Gratidão.

«Tôdas estas figuras, assim como o retrato do Sumo Pontífice, eram de iluminação transparente; e em tôdas se manifestou a pintura de tal maneira, que constituíam o principal ornato daquela majestosa perspectiva, que tanto honra e manifesta os talentos do architecto e pintor Domingos Schiopetta.»

\*

Segue a descrição das aparatosas festas dêste tríduo; prégou a 6 o Padre João Farto Franco, Vice-Reitor do Seminário patriarcal; a Missa, composta pelo ilustre António Leal Moreira, arrebatou o auditório. A 8 prégou o famoso José Agostinho de Macedo (2).

---

(1) Biscas do articalista ao Imperador Napoleão I.

(2) A descrição completa de tado vem na *Gazeta de Lisboa* n.º 257 de 31 de Outubro de 1814—Apenso.

\*

Celebraram-se neste templo as festas pela eleição do Santo Padre Pio IX; consta ter sido muito censurada a armação interior, que era de paninho de côres. Mas quando foi pela entrada do mesmo Papa em Roma em 1850, tornou-se ainda mais notável a armação do corpo da igreja.

«A capela mor estava armada com as armações ricas do costume. A armação de paninho principiava na entrada da capela mor— escreveu o minucioso e fidedigno José Valentim de Freitas nuns apontamentos manuscritos que existem no arquivo da Real Associação dos Architectos e Archeólogos portuguezes, e que pude copiar com licença do digno Presidente o meu falecido amigo e mestre Possidónio da Silva.

«As cortinas principaes, brancas, com outras sobrepostas escarlates e amarellas, côr de gemma de ovo, que tapavam coisa de metade do vão do arco, ficando escura a capella; tinha por cima, como por sanefa, uma bambinella côr de rosa.

«As capellas collateraes, cortinas brancas com outras côr de rosa sobrepostas, e bambinellas amarellas tirando a côr de cana por sanefa.

«As capellas de cada lado, fazendo simetria a primeira com a ultima, cortinas brancas com outras escarlates sobrepostas, e sanefa de côr azul.

«A segunda e penultima, cortinas brancas com escarlates sobrepostas e sanefa côr de rosa.

«A do centro cortinas brancas com uma escarlate de uma parte, e da outra amarello gemmado, sobrepostas, e em cima traçadas em bambinellas formando sanefa.

«Nos arcos do côro, o do centro cortinas brancas, e por sanefas bambinellas azues traçadas com brancas. Os dos lados cortinas brancas, e por sanefas bambinellas azues com brancas.

«Eram as cortinas brancas em toda a parte as que chegavam mais a baixo, e pegavam em cima, tomando metade do vão, e apanhadas para os lados.

«Os nichos do Apostolado armação de bambinellas côr de rosa, com um bocado de paninho amarello gemmado, traçado no lugar da sanefa.

«As pilastras da 1.<sup>a</sup> ordem de architectura e os pilares do côro forrados de velludo carmesim no meio como refendido, com uma tira larga de papel pintado de alto a baixo. É até onde pode chegar o ridiculo!

«As atticas forradas de escarlate, e com a tira de papel pintado.

«A cornija da 1.<sup>a</sup> ordem com bambinellas verde claro.

«A cornija da attica com ditas escarlates.

«Tudo guarnecido de galões de oiro ou prata, ou tiras de lhama, assentes ou torcidas.

«Na entrada da capella-mór dois lustres de vidro.

«Na frente de cada capella um lustre de madeira bronzeada, com nove velas, e suspenso por meio de tres cadeias como a das balanças das lojas de mercearia!

«A tribuna para a Rainha tinha o corpo inferior armado de branco e dividido em dois; tinha em baixo almofadas de côr de rosa, e em cima decoração azul com bambinellas por sanefa, amarellas de amarello citrino

«Os pilares que formavam a tribuna forrados de veludo carmesim forrado de oiro.

«Olhando ao todo trazia á lembrança um rancho de mascaradas femininas muito engraçadas com as fraldas brancas.»

\*

Em 1887, celebrando se com pompa na igreja do Loreto a festa da Imaculada Conceição, cantou-se uma missa do grande Palestrina,

*puissant Palestrina, vieux maître, vieux génie,*

Pedro Luís, o eminente mestre do século xvi, o reformador da Arte, o criador da instrumentação harmónica. Essa Missa, conhecida no mundo musical pelo titulo de *Missa do Papa Marcelo*, pareceu sublime aos ouvidos lisbonenses, apesar dos seus trezentos e vinte e dois anos de existência.

Deveu-se esta novidade tão artística à iniciativa do sr. P. Carlos Figari, Tesoureiro da Junta administrativa do Loreto; e graças à sua iniciativa inteligente, pôde cá ouvir-se pela primeira vez esta obra prima.

A boa música, a boa poesia, não se deterioram com os anos; são sempre belas. Homero e Virgílio, Haydn e Mozart, bem antigos são, e ouvem-se com deleite, com entusiasmo. Bem modernos são os nefelibatas; mas êsses... quem os atura? (1)

\*

Como curiosidade acrescentarei, que possuo, por amável oferta de D. José da Silva Pessanha em 2 de Julho de 1895, uma reliquia preciosa: um pedaço de véu tocado na Sagrada Imagem da Virgem do Loreto de Itália, com a seguinte atestação:

#### ATTESTAZIONE

*Attesto io sottoscritto Custode della S. Casa di Loreto, che il velo nero sigillato, ed annesso a questa mia, sia stato indosso il giovedì, e venerdì santo alla sacra Statua Lauretana, e poi toccato nelle sante*

---

(1) O leitor que quizer notícias mais miudas desta igreja dos Italianos, encontrá-las-á na nossa obra *O Carmo e a Trindade*, onde, mercê de uma larga e demorada consulta no Arquivo, facultada pelo então pároco Rev.º Dom Biajo Rotondano, pademos historiar e descrever a vida acidentada, da Confraria, desde 1518 até à actualidade, e os quatro templos que se saeceram no mesmo local, junto às portas de Santa Catarina. (*Nota de M. S.*)

*Mura, nella santa Veste, e nella santa Scodella della beatissima Vergine, che si conservano in questa sua santa CASA. In fede ec.—Dat. in LORETO della Custodia questo dì 4 Feb.<sup>o</sup> 1781.—Gratis—Cav. Ant.<sup>o</sup> Genuizzi Pro-Custode.*

\*

Não posso despedir-me da igreja do Loreto, sem mencionar a faladíssima estanqueira, que tinha loja pegada com o templo, e a quem coube a triste honra de inspiradora de versos satíricos de Bocage.

«Era hedionda — diz um investigador, que ou a conheceu ainda, ou ouviu em quente as descrições dela — com uma interminável cara, e um descompassado nariz, que ficou histórico, e deu mais que fazer aos poetas de anagramas e epigramas, que o nariz do Padre Genest nos últimos tempos de Luís XIV.» (1)

Depois de ter acendido o rasilho de mil décimas facetas, depois de ter provocado as gargalhadas de toda a gente, e ter sido citada em provérbio nas conversações das salas e botequins, até veio a ser retratada. O meu bom amigo José Carlos Sete possuía uma antiga caixa de tabaco, já pertencente a seu pai, em cujo tampo se via a côres

---

(1) Castilho (José Feliciano) — *Biografia de Bocage* — T. II, pág. 254.

o retrato da estanqueira, prova de quanto foi popular a desgraçada. Copiei fielmente êsse retrato, e ainda o possuo.



A estanqueira do Loreto  
pintura sua contemporânea numa caixa de tabaco

Pobre velha! acabou miseravelmente, ralada de privações e fome, a triste Helena, vítima das chufas insolentes dos desalmados peraltas literários.

Il neige, il neige, et là, devant l'église,  
Une vieille prie à genoux.  
Sous ses haillons où s'engouffre la bise,  
C'est du pain qu'elle attend de nous.

Qual era o seu crime? ser feia. Ia por fim sentar-se, muito triste, num mocho de pau, ao Ca-

lhariz, vivendo de esmolas, e na sua resignação silenciosa inspirando (quem sabe?) aos antigos rapazes travessos o remorso das más acções.

Parece que o disforme crânio desta *macrocéfala* existe no museu do Hospital de S. José.

\*

Outro *tipo* do sítio era até 1728 um coxo, que, sentado nas escadas do Loreto, ou nas do chafariz, ganhava a vida lendo ao galegos e passageiros a *Gazeta* e outros papéis de notícias (!).

Distribua petas a 10 réis; foi, segundo se vê, o predecessor de certos periódicos que vivem do mesmo.

\*

Dêste leitor ouvi a meu Pai uma histórieta, que, êle narrava divinamente, com o seu sério cómico; foi isto:

O sujeito sabia ler, vagarosa e escabrosamente, sim, mas em suma, lá ia; agora com os números não podia entender-se; não estava mais na sua mão: em vendo um número qualquer, era como quem visse um jeroglífico do Egipto dos Faraós. Gravíssima falta! o bonito e interessante das relações de batalhas é saber quantos prisioneiros, quantos feridos, quantos mortos se contaram.

---

(!) Informação do falecido António Quintela em 9 de Julho de 1883 em casa do Conde de Nova Goa na rua do Prior.

Era no tempo das tremebundas campanhas napoleónicas. Com a *Gazeta* em punho, cercado de um magote de aguadeiros, lia a passo e passo o bom do homem:

— Deu-se grande batalha... nas margens do rio tal... entre as tropas do Bonaparte... e as do General Fulano. Depois de um encarniçado combate de algumas horas... ficaram mortos no campo de batalha... (E parava hesitando; depois repetia, dando outra avançada)... ficaram mortos no campo... (e tornava a parar; a atenção do auditório recrescia)... ficaram mortos no campo da batalha... um poder dêles! concluía em tom sinistro o atrapalhado leitor desembuchando, e livrando-se de tamanha carga de responsabilidades)!. . .

E os ouvintes, *sugestionados* pelo olhar tórvo e pela voz tétrica do homem, encaravam aterrados, uns com os outros! e, como se ficassem sabendo o conto da carnificina, murmuravam convictos, cheios de espanto e comiseração:

— Eia! eia! éna pae! loubado seja Dios!...

E benziam-se.

Estas leituras eram diárias no chafariz do Loreto.

Quantas cenas cómicas se perderam por êsse mundo!...



## CAPÍTULO VIII

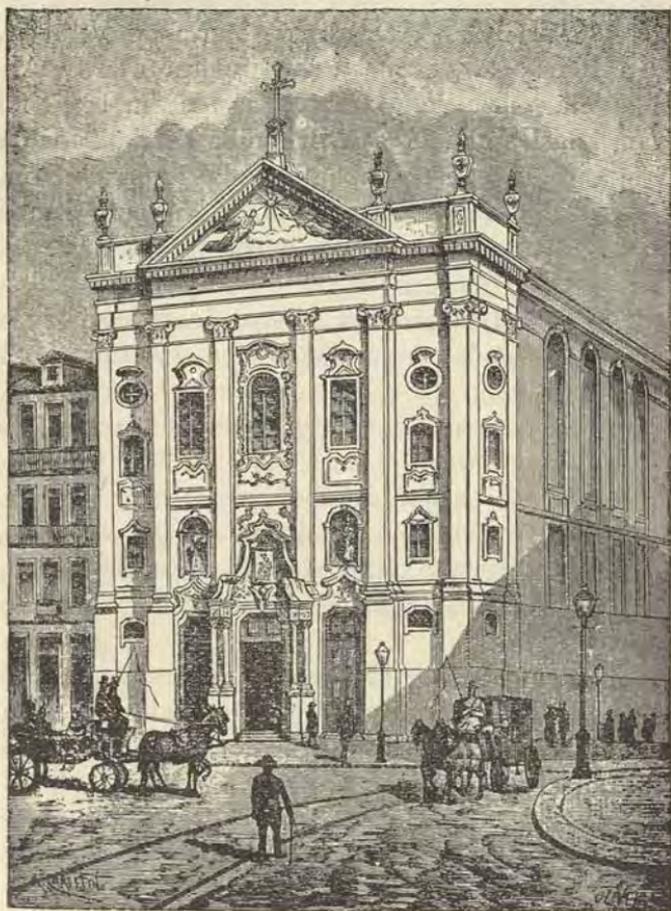
Basta de Loreto, amigo leitor; basta. Volta-te para o meio-dia, e contempla comigo a Encarnação.

Desde o ano 1551 existia em Lisboa uma paróquia com aquêlê Orago, mas sem casa própria. Estabelecida no templo do Loreto, aí ficou até ao incêndio de 1651.

Passou então a hospedar-se na ermida vizinha, de Nossa Senhora do Alecrim, que era particular, tornando para o Loreto em 1676.

Estas moradas de empréstimo nunca provam bem. Os Italianos queriam arrogar-se sôbre a freguesia direitos de padroado. Daí, litígios entre eles e os Portuguezes. Nada mais terrível do que são guerras de sacristia.

De novo saíu a paróquia, e tornou a passar para a ermida do Alecrim, pouso mesquinho para a população que afluía aos actos do culto.



Fachada principal da igreja de Nossa Senhora da Encarnação  
estado actual

Houve então quem se condesses dessas misérias, e remediasses o mal. Vejamos como.

Vivia em Lisboa D. Elvira Maria de Vilhena, filha de D. João de Sousa da Silveira, e de D. Archangela Maria de Vilhena. Nascida em 1627, foi Dama da Rainha da Grã-Bretanha D. Catarina de Bragança, a quem acompanhou a Inglaterra, e Condessa de Pontével. Casou com ela Nuno da Cunha de Ataíde, que pelo seu casamento foi Conde <sup>(1)</sup>.

Falecendo elle em 27 de Fevereiro de 1698, a Condessa viúva, piedosa e rica, destinou as suas avultadas rendas à fundação de um sumptuoso templo.

A Condessa de Pontével representou ao Governo o seguinte:

1.º — que a paróquia lisbonense que até 1660 e tantos tivera a sua sede na igreja italiana de Nossa Senhora do Loreto tinha passado a estabelecer-se na próxima ermida do Alecrim, com licença do Ordinário;

2.º — que essa ermida, por muito acanhada, não bastava à sepultura dos fregueses, nem aos actos quadragésimais, aos quais concorria muito povo com grande incómodo.

3.º — que ampliar a ermida era impossível, por ser propriedade particular do Desembargador José de Sousa de Castelo Branco;

4.º — que, para obviar a tantos males, como os que padeciam os fregueses na frequência e execução das cerimónias litúrgicas, desejava ela,

---

(1) *Hist. Geu.* — Tom. XII, P. II, pág. 914.

suplicante, por sua muita devoção, edificar a expensas suas um templo novo para a freguesia da Encarnação, em chão que aí possuía na vizinhança, junto ao muro da Cidade.

Preenchidas certas formalidades de consultas etc., fêz-se vistoria ao chão, e achou se ter duzentos palmos à face da rua, e de fundo setenta, incluindo se nêle algumas casas, e a Câmara informou favoravelmente (1).

A Condessa de Pontével requereu à Câmara licença para se demolir a tôrre e parte do muro da Cidade, em baixo, junto à ermida de Nossa Senhora do Alecrim, para alargamento do chão em que edificava a nova igreja da Encarnação. El Rei concedeu em 9 de Maio de 1698, em vista da consulta camarária de 15 de Abril.

Em 4 de Junho lançou a primeira pedra o Cardeal Arcebispo de Lisboa D. Luís de Sousa, compondo-se a Condessa e a Câmara sôbre o foro do terreno.

As obras continuavam, e em 6 de Setembro de 1708, achando se concluido o templo, benzeu-o o Arcebispo de Évora D. Simão da Gama, abrindo-se a culto solene no dia 8; para o que, foi transferida a Sagrada Eucarístia em vistosa procissão desde a vizinha ermida do Alecrim, com oitavário festivo (2).

---

(1) *Elementos* — Tom. IX, pág. 505 e seg.

(2) *Elementos* — T. IX, pág. 554, texto, e eruditas notas do compilador o Sr. Eduardo Freire de Oliveira, a quem tanto fica devendo a história lisbonense.

\*

Existe na Biblioteca de Évora um manuscrito do Beneficiado Francisco Leitão Ferreira. Rivara publicou as notícias dêsse papel na *Revista Universal* do seu amigo António Feliciano de Castilho (1); daí vou extratar as minúcias curiosas que seguem.

Feito o plano, começou-se em fins de Dezembro de 1705 (2) a demolição da porta colossal de Santa Catherina e da muralha contígua. A torre, que servia de defesa a esta importante serventia de Lisboa, levou muito tempo a derribar. Sobre a porta havia duas imagens de mármore, representando Santa Catherina, n'um nicho da parte de fora da porta, e Nossa Senhora do Loreto, n'outro nicho da parte de dentro, olhando para o Chiado. Em 7 de Junho de 1710 collocaram-se devidamente na frontaria do Loreto, e lá estão. (3). Quatro columnas de pedra ornavam a celebre porta; duas quebraram-se quando as tiraram; as outras duas serviram na porta travessa do açougue do Terreiro do Paço reformado por ordem do Conde de Aveiras, Presidente do Senado.

---

(1) T. II, pág. 460.

(2) Outro informador diz 1702.

(3) É evidente lapso. As imagens, como atraz diz o autor, estão na fachada do templo da Encarnação e não na do Loreto. (*Nota de M. S.*).



Retrato da Condessa de Pontével, fundadora da Igreja da Encarnação, vendo-se na pintura figurado o primitivo templo, destruído e incendiado quando do terremoto de 1755



Foi no dia 4 de Junho do ano de 1698 que se lançou a primeira pedra no templo, destinado a servir como matriz da paróquia, então provisoriamente estabelecida na ermida de Nossa Senhora do Alecrim, no sítio, pouco mais ou menos, da esquina Nordeste dos prédios do largo actual do Quintella. Quem benzeu e lançou essa pedra inaugural foi D. Luís de Sousa, Cardeal Arcebispo de Lisboa. Benzeu a igreja, em 6 de Setembro de 1708, D. Simão da Gama, Arcebispo de Évora, e inaugurou-se em 8, passando em solenissima procissão o Sacramento para a sua nova igreja, e seguindo-se oito dias de festa com sermões.

Dez annos ainda durou a fundadora; faleceu a 31 de Dezembro de 1718, e jaz com seu marido na capella mór desta sua criação piedosa (1). Não pude copiar os epitáfios.

---

(1) «... No mesmo dia — (vespera do Santissimo Nome de Jesus, que, corresponde a 31 de Dezembro de 1718) — Deu fim aos seus annos, com muitos de idade, a snr.<sup>a</sup> D. Elvira Maria de Vilhena, Condessa de Pontével, Dama que foi da Serenissima Rainha D. Luisa desde o anno de 1645, e depois da Serenissima snr.<sup>a</sup> Rainha da Gran-Bretanha D. Catherina, a quem acompanhou no anno de 1662, e mulher do Conde Nuno da Cunha de Ataíde, Governador que foi das Armas da Provincia da Beira, Presidente da Camara de Lisboa, e dos Tribunaes das Juntas do Tabaco e Commercio, e embaixador na Córte da Gran-Bretanha, filha de D. João de Sousa, Alcaide mór de Thomar, e a ultima pessoa da linha dos Alcaides móres da dita villa; havendo guardado uma perpetua clacura em sua casa todo o tempo da sua viuvez, que começa em 26 de Fevereiro de 1697, em que o Conde faleceu. Foi sepultada na sumptuosa e magnifica egreja

\*

Padeceu a igreja com o terremoto de 1755 algum estrago, que se reparou devagarinho, sendo autor da reedificação o architecto Manuel Caetano de Sousa (1).

Diz o meu manuscrito antigo *Narração do formidável terremoto* (2):

«A igreja de Nossa Senhora da Encarnação, excellente e grandiosa obra da Condessa de Pontével, não cahiu com os terremotos, e só algumas pyramides cahiram, uma das quaes matou um Sacerdote no adro da mesma igreja; o fogo porém a destruiu e abrazou, com tudo quanto n'ella havia de rico e primoroso; salvou-se a lindissima Imagem da Senhora, que tem em seu poder a Marqueza de Angeja.»

Gaspar José Raposo pintou os ornamentos do tecto da capela mor (3); Simão Caetano Nunes os do tecto da sacristia (4); João Tomás pintou na mesma sacristia dois Evangelistas, cujas cabeças executou Francisco de Setúbal (5).

---

parochial da Encarnação de N.ª Senhora, que edificou á sua propria custa, toda revestida de excellentes marmores e pinturas. Segunda feira (2 de Janeiro de 1719) se lhe fez um officio solemne na mesma igreja onde se lhe devem fazer as exequias com grande magnificencia.»

*Gazeta de Lisboa* n.º 1 de 5 de Janeiro de 1719.

(1) Cyrillo — *Memórias*, pág. 223.

(2) Pág. 38.

(3) Cyrillo — *Memórias*, pág. 204.

(4) Cyrillo — *Memórias*, pág. 203.

(5) Cyrillo — *Memórias*, pág. 126.

Vinte e nove anos depois do terremoto, para o novo edificio (apesar de ainda incompleto nos adornos) se trasladou a Sagrada Eucaristia, entrando em funções a nobre igreja (1).

\*

Olhando de pausa para a fachada actual da igreja, creio eu, apesar de quasi hóspede em materiais tão ingremes, que pouco teremos que admirar. Tem proporções elegantes, mas tudo é vulgaríssimo.

Parecem-me (talvez seja heresia) parecem-me tôdas o mesmo as igrejas neo italianas da architectura *borrominesca*; não me tocam; há nelas uma

---

(1) *Carta que um amigo de Lisboa escreveu a outro da provincia da Beira em a qual lhe dá circunstânciada noticia do modo com que se fêz a trasladação do Santíssimo Sacramento da freg.<sup>a</sup> de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Encarnação para a sua nova igreja.* — Lisboa — 1784 — 4.º

\*

Os estragos que o templo sofreu com o terremoto, podem avaliar-se, pelo desenho publicado na revista *Olisipo* n.º 59, fig. 9. A obra da nova igreja demorou largos anos para acabar-se, e ainda em 1835, quando Luiz Gonzaga Pereira lhe fixou o aspecto, estava desprovida do actual frontão, e as sineiras abriam-se ao alto de um muro, a Nascente, onde hoje está o prédio que com ela confina. (*Nota de M. S.*)

enfase balofa, e umas falsas retóricas, que destoam do ideal que formo do redil cristão. Não sou dos que dizem que o *único* templo católico é o ogival,

*à vitreaux coloriés, à longs arceaux pointus;*

não vou tão longe, mas confesso que o prefiro quasi sempre.

Bem sei que há templos modernos no estilo romanizado dos Brunelleschis, dos Bramantes, dos Migueis Angelos, que são admiráveis como ideia e como realização. Cito apenas o templozinho circular de S. Pedro em Montório, em Roma, e S. Pedro do Vaticano, aquêlê poema giganteu de sábia estrutura, que, se à primeira nos subjuga e nos não comove, depois de analisado e meditado nos assombra como um portento de génio sobrenatural. São as grandes excepções. Mas confesso que a decadência dêsse género é aos meus olhos profanos muito mais pobre do que a decadência do estilo gótico: o puro ogival ao precipitar-se deu as concessões híbridas mas inspiradas do estilo florido, e do flamejante, e cá as do chamado manuelino; o clássico cristão ao declinar produziu o borrominesco; e dêste brotou o *rocóco*. Êsse quanto a mim poderá ser como um soneto bem trocadilhado a tal ou tal Santo, uma décima-madrigal-Pompadour perfeitamente rimada a tal ou tal personagem; mas, nem mesmo quando se eleva, nos eleva a nós; e o bom clássico, e o bom ogival, elevam-nos sempre.

Quem pois olhar para esta fachada da Encarnação, encontra uma obra proporcionada, bonita, rica, se quiserem, na nossa nitidíssima pedra de Lisboa que maravilha os estrangeiros, mas nada mais encontrará. Acho-lhe, naquêlê seu piramidar convencional, um indefinível garridismo, um salpicado de massas escuras, que me desagrada.

E digo-o por esta, e por outras muitas igrejas: há mau, e há *rócócó* sempre que a forma se burne só pela forma, sempre que o architecto perde de vista o seu pensamento inicial, para só se embrenhar, a sangue frio, no delírio voluptuoso do pormenor, sempre (isto custa a dizer hoje) sempre que a inovação dos filhos degenerados da Arte, cogumelos da grande árvore caída chamada Miguel Angelo, vem tentar substituir com entablamentos arbitrários, com proporções arbitrarias, com colunas multiformes, com avelórios fictícios, com laçarias de grinaldinhas, com platibandas grotescas, com o abuso das curvas, com almofadas poligonais imotivadas, com todo o luxo doentio das imaginações caducas, as formas puras, calculadas, severas, motivadíssimas, da Arte antiga.

É desenganar: aquilo lá é grande; é grandioso mesmo quando não é grande; é fácil, é uno, é simples. Comove; domina. Isto... não.

\*

A frontaria da Encarnação compõe-se hoje de três corpos muito altos, verticais, entre quatro pilastras jónicas, que, para apanharem a proporção,

se guindam sôbre pedestais esguios à altura das três portas que dão ingresso ao templo. No sentido horizontal vemos essas três portas; por cima dois nichos nas laterais, acompanhando a composição, que sôbre quatro pequenas colunas coroa o portão central. Vemos por cima de um cordão três janelas, e a cima o entablamento dominado por um tímpano rematado de cruz, com dois pequenos acrotérios piriformes.

Este corpo principal é acompanhado ao Nascente e ao Poente de dois outros esguios corpos re-traidos, com oito janelas de variadas formas, e flanqueados de outras pilastras jónicas, também ornamentadas de acrotérios e remates iguais aos do corpo central. Reina em tudo a curva, já nos apainelados, já nos baldaquinos das janelas.

Peço desculpa à memória do architecto da Cidade e da Casa Real, Manuel Caetano (de quem logo falarei muito), se me atrevo a julgar com certa severidade a sua obra, pois que, segundo li em Raton (1), é feitura sua a reconstrução deste templo.

O que eu censurei (talvez sem razão) tudo são impressões minhas pessoais, que os entendidos tomarão como quiserem.

Desejo sempre fugir a uma pecha, que vejo distingue alguns escritores: arvoram-se em juizes de última instância, e homologam em tom peremptório (quási diríamos agressivo) as suas sentenças sôbre controvérsias de Arte.

Não há razão para isso.

---

(1) *Record* — pág. 300



Imagem de Nossa Senhora da Encarnação  
escultura em cedro pelo grande Joaquim Machado de Castro



Devemos nós outros, os profanos, apresentar como profanos as nossas opiniões em assuntos sujeitos, como tudo, às flutuações da opinião, e aos vaivens da moda.

Crenças artísticas não se decretam. Podemos preferir tal ou tal escola; mas há lugar para todos. As fogueiras da Inquisição apagaram-se.

\*

A quem entrar nesta igreja grandiosa e rica de-sejo denunciar uma jóia bem preciosa: é a estátua do Orago, esculpida num trôço de cedro por Joaquim Machado de Castro; *niente meno*. No altar mal pode apreciar-se, porque muita vez estará revestida; e, quando o não esteja, acha-se tão rodeada de acessórios, que não brilham, como deveriam brilhar, as suas linhas grandiosas e simples. Eu tive a fortuna de a vêr num santeiro da rua do Ouro, quando em 1874 ou 75 lá esteve a encarnar e estofar de novo; e digo «tive a fortuna» porque a vi branca de todo, com o mordente apenas para a pintalgação, ou (mais francamente) estragação convencional. O branco é uma nudez na Arte; por isso a trivialidade o esconde.

Posso afirmar que me pareceu uma linda estátua; notei o harmonioso (um pouco vulgar talvez) dos panejamentos; o modelado das mãos comprimidas sôbre o peito; o sentido, leve, dos pés nus, que, segundo as regras da Arte, não são escondidos; a majestade maternal e virgínia ao mesmo tempo; o imaculado esplendor daquela frente,

iluminada de um sorriso feminino e divinal; a castidade da sua posição concentrada e extática. É uma mulher em todo o viço da forma, e parece que não pesa sobre o pequenino pedestal onde assenta.

As nossas Madonas antigas, a *do cacho* da torre de Belém, a do Rastelo, a da Batalha, têm sempre o que quer que sela de Rainhas; por mais tosco que fôsse o escopro, dir-se-ia que imperava nele uma ideia vaga de lisonja de Corte; as nossas Madonas históricas (e às de lá de fora sucede o mesmo) parecem belas estátuas erguidas dos seus leitos funerários nos carneiros Reais; insensivelmente desejamos chamar-lhes Mafaldas, Beatrizes, ou Leonores. No ademane, no alongado bisantino das figuras, no porte sereno e altivo, até no manto e na coroa, são Rainhas profanas, como as Princesas eram personagens semi-divinas. Procura-se o pagem e o palafrem.

\*

As Virgens da arte nova perderam aquele cunho, e ficaram, pela maior parte das vezes, na esteira burgueza de onde saíam de certo os seus modelos. O cinzel democratizou-se. Foi então que o artista de verdadeiro mérito sentiu o esforço que lhe era mister para topetar com as nuvens onde pairava o seu ideal; e como quasi nunca atingiu até lá, pois começava a escassear nas oficinas o grande elemento criador, a Fé, as Madonas ficaram umas mães mais ou menos formosas, mais ou



Joaquim Machado de Castro Escultor  
Português, autor da Estátua Equitativa  
e estátua no terreno da Pátria  
de Lisboa

Retrato do grande Joaquim Machado de Castro



menos garridas, mais ou menos convencionais, e rimaram com o *rócócó*. A Madona realenga descerá do seu trono e sumira-se.

Ora nesta de Machado de Castro (ou eu me engano, pela simpatia, já hereditária, que tributo à memória do mestre) encontrei um cunho de distinção serena, que julgo muito superior à grandíssima maioria das imagens dos nossos melhores templos. Só tenho pena de que não a deixassem de todo branca, ou da sua própria cor de cedro.

Foi esculpida em 1803; tem agora noventa e nove anos; o motivo por que a fizeram foi este:

Possuira a condessa de Pontével, D. Elvira Maria de Vilhena uma Imagenzinha de dois palmos e tanto, representando a Virgem da Encarnação; doou-a à igreja que ali fundou; a estatueta lá permanecia em 1755, escapando ao terremoto, e continuando por mais quarenta e sete anos a ser venerada no seu altar; até que em 18 de Julho de 1802, por ocasião de uma festa, em que ardiam muitas luzes na capela mor, aconteceu atear-se nos paramentos um fogo inesperado, que de repente destruiu a maquineta e a Imagem, e danificou a capela antes de ser apagado, o que breve se conseguiu.

A Irmandade do Santissimo resolveu então cometer ao escopro ilustre do estatuário nacional, a execução de uma nova Imagem condigna d'ele, do templo, e do assunto; e o mestre saiu-se da empresa como quem era, não sem se terem dado entre os irmãos e ele grandes discussões sôbre a composição do modelo que apresentou, discussões

azêdas, que lá vêm muito por miudos no folheto que o erudito artista escreveu sobre o assunto (1).

A propósito de incêndio: resta-me dizer que em 1651, segundo mencionam escritores (2), houve além do fogo do Loreto um na Encarnação, que tinha a sua sede, como disse, na ermida do Alecrim. A freguesia passou então para a Trindade; depois de 1676, para o Loreto; em 1679 para a ermida do Alecrim; e finalmente instalou se em casa própria em 8 de Setembro de 1708.

\*

As obras na Encarnação posteriores ao terremoto deixaram a frontaria principal dezenas de anos por acabar. Em 6 de Outubro de 1859 oficiava o Presidente da Câmara Municipal ao Juiz e Mezários da Irmandade do Santíssimo, instando pela conclusão do trabalho (3).

Em 21 respondia a Meza, que ia tratar de obedecer aos desejos da Câmara (4); em 3 de Novembro comunicava que por falta de meios não

---

(1) Veja-se a *Análise gráfica ortodoxa e demonstrativa de que... a escultura e pintura podem ao representar o... Mistério da Encarnação figurar vários Anjos...* por Joaquim Machado de Castro. Lisboa, 1805, 4.º, 1 folh. de 77 pág.

(2) Frei Ap. da Conc. *Dem. hist.*, pág 211, n.º 263 e J. B. de Castro, a pág. 154 e 192 da 2.º ed. do *Mapa de Portugal* acrescentado por Manuel Bernardes Branco.

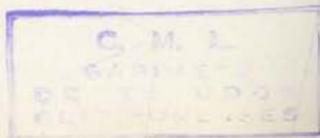
(3) *Anais do Mun. de Lisb.* — n.º 55, pág. 451.

(4) *Anais do Mun. de Lisb.* — n.º 55, pág. 451.



A igreja da Encarnação antes de 1870

1915



procedera ainda a trabalho algum, mas que desejava também a conclusão dos citados embelezamentos (1).

Com efeito, apresentou um projecto, aprovado na generalidade pela Portaria do Ministério das Obras Públicas de 15 de Janeiro de 1867 (2).

O Governo desejava certas modificações. Em sessão da Câmara de 17 de Junho desse ano foi apresentada aos Vereadores uma Portaria acompanhando o novo prospeto mandado traçar pela Irmandade, contendo alterações. Fizeram-se cumprir (3).

\*

Eis aí o que pude juntar de notícias sôbre esta bela igreja.

Mais, e muito mais, e muito melhor, poderia acrescentar aqui, se a um só homem chegasse o tempo e a força para percorrer minuciosamente os registos paroquiais.

Grande fonte é essa de notícias históricas; mas não pode quaquer ir dessedentar-se a ela, nem os seus guardadores natos acham sempre ocasião de a franquearem aos estudiosos.

---

(1) *Anais do Mun. de Lisb.* — n.º 57, pág. 465.

(2) *Arquivo Mun. de Lisb.* — 1867 — n.º 369, pág. 2978.

(3) *Arquivo Mun. de Lisb.* — 1867 — n.º 390, pág. 3153



## CAPÍTULO IX

Bem defronte das duas igrejas, Loreto e Encarnação, levantavam-se, ainda em 1860, uns restos de maior quantia, a que o povo chamava, por epigrama, *os casebres do Loreto*. Achavam-se estes casebres emoldurados pela rua *do Alecrim*, rua *da Horta séca*, rua *do Loreto*, e travessa *dos Gatos*. (!)

\*

A geração nova só conhece de tradição estes illustres casebres, e ouve falar na travessa *dos Gatos* como ouve falar em Menfis. Parece lhe fábula que houvesse o que houve no perímetro da actual

---

(!) A travessa dos Gatos deveria ter derivado o seu nome, dos *gatos* de ferro que ajudavam a firmar a fachada Poente do palácio dos Marialvas, e não da família deste apelido ou dos simpáticos e tão lisboetas felinos. (*Nota de M. S.*)

praça de *Luis de Camões*, bandeja equilibrada entre duas ruas de nível diferente. A geração nova só conhece êsse mesquinho terreiro gradeado, onde se ergue a formosa estátua do Poeta, pelo insigne escultor Victor Bastos, meu falecido amigo, estátua a que fazem tristíssima moldura renques de prédios dos mais prosaicos e semsaborões de toda Lisboa.

Pois o que é certo é que todo esse centro era ocupado pelos restos de um antigo palácio dos Marialvas, que figurava ter sido muitíssimo grande, porém talvez sem beleza, como quasi todos os nossos solares.

Aquêle campo junto e fronteiro à porta de Santa Caterina tinha sido do Almirante, que o vendeu a el-Rei D. João I, que o doou à Cidade (1). Muitos chãos por aí se aforaram a vários, conforme consta de documentos; quando porém os Meneses comessem a possuir terreno nessas barreiras é que não sei. (2)

---

(1) Cartório da Câmara — Liv. 2.º de el-Rei D. João I, fl. 24.

\*

(2) À falta de informes seguros Castilho não pôde acertar neste ponto. Esse campo «junto e fronteiro à Porta de Santa Catarina», ao Sul da Estrada de Santos, que ali se iniciava, não tinha sido comprado ao Almirante Pessanha por D. João 1.º. O território que este soberano adquiria ao Almirante, ficava aquém do muro Fernandino, ao Norte do nosso actual Chiado. Foi aí que se caseou parte da Vila Nova de Santa Catarina que alastroa, principalmente, para

\*

Cálculo que desde o segundo quartel, pelo menos, de século xvii esta família (então Cantanhede) aí tinha residência, em frente da antiga porta de Santa Caterina, nesse sítio alto, lavado de ar, e entre as amenidades campestres que os Alteros de Andrada tinham começado a desbravar em proveito publico.

Averiguado está que nestas suas casas morava em Maio de 1651 o Conde de Cantanhede (depois 1.º Marquês de Marialva) (1), e aí trazia obras, que em Novembro de 1652 ainda continuavam. Isso consta, por incidente, de certas palavras de um Henrique Tavares, pagem do Conde de Vila Franca, D. Rodrigo da Câmara, aos Inquisidores de Lisboa. Vejamos:

Tinha-se instaurado no Santo Officio o processo do Conde. Temendo os parentes que os depoimentos do dito pagem agravassem a posição do

---

as bandas de São Francisco. A confusão que no tempo do autor estava estabelecida entre as duas Vilas Novas — a de Santa Catarina e a de Andrade — é que motivou o engano, em que todos caíam então. Esse campo à ilharga do Poço do Chapaz, era o que foi parar com outros, no fim do século xv, à posse do Guedelha Palançano, astrólogo do Rei D. Duarte, como ficou provado nas anotações ao primeiro volume desta obra. (*Nota de M. S.*)

(1) D. António Luís de Meneses, 3.º Conde de Cantanhede, foi criado Marquês de Marialva em 11 de Junho de 1651; Governador das armas do Alentejo em 2 de Novembro de 1658. Morreu a 16 de Agosto de 1675.

preso, trataram de o sequestrar. O próprio Henrique Tavares o contou quando conseguiu apresentar-se ao Tribunal; e confessou:

«Que êle confitente veio da dita ilha—(S. Miguel) — para esta cidade com o mesmo Conde — (de Vila Franca) — e em sua casa quando o trouxeram preso..... no dia seguinte resolveu êle confitente de se vir apresentar;..... mas antes de o poder fazer, sendo ainda pela manhã cedo, lhe foi falar D. João Lobo, cunhado do Conde de Cantanhede, e perguntar se sabia alguma coisa do Conde de Vila Franca:..... e respondendo êle confitente que sim sabia, o dito D. João mandou levar a êle confitente por dois criados do Conde de Cantanhede a uma sua casa onde faz obras junto ao Loreto, e aí o entregaram a Agostinho de Ciabra — (sic) — fechado em uma casa, e êste tinha o cuidado de dar o necessário a êle confitente. Ali esteve coisa de catorze ou quinze dias, no fim dos quais, sendo já noite, vieram cinco homens de uma caravela, e levaram a êle confitente, e o embarcaram.....»

«AGOSTINHO DE SEABRA, morador em Lisboa, disse que, na ocasião em que foi preso o Conde de Vila Franca, levou António de Aguiar, que é agora Juiz do crime desta cidade, dois homens a casa da testemunha, não estando êle ali; e quando voltou os achou entregues a João ou Manuel de Seabra, seus filhos..... com recado que o Conde de Cantanhede, a quem êle serve, e do qual eram as casas em que então morava, e estavam no sitio em que agora — (24 de Novembro de 1652) — faz as

novas, mandava dizer que tivesse aí consigo aqueles dois homens até êle Conde ordenar outra coisa.....

JOÃO DE SEABRA, solteiro, filho de Agostinho de Seabra, disse que no dia seguinte ao da prisão do Conde de Vila Franca — (a prisão foi a 26 de Maio de 1651) — pelas 10 horas da manhã foi a casa de seu pai António de Aguiar.....” etc.

Dêses parágrafos conclui-se pois que:

1.º — Em Maio de 1651 o Conde de Cantanhede tinha obras nas suas casas do Loreto;

2.º — essas obras parece eram reedificação de prédio antigo, já ali existente, não se sabe desde quando;

3.º — num aposento do palácio foi detido como em cárcere privado, até ser levado para o mar, o pagem Henrique Tavares, assim raptado para o impedirem de comprometer seu amo com as delações que premeditava (1).

Certamente com o intuito de ampliar alguma parte do edificio, o Marquês de Marialva aforou à Câmara de Lisboa um chão ao Loreto (2).

(1) Estas notícias do célebre processo foram-me comunicadas pelo doutor escritor, e meu particular amigo, Anselmo Braamcamp Freire, que dedicou ao tenebroso caso do desgraçado Conde a mais interessante monografia, onde a história do tempo, as alfaias, os usos e costumes das famílias aristocráticas, etc., se apresentam com muita viveza de côr, e em estilo elegante e apurado. É obra de estado, e para estado. O processo do Tavares é, na Torre do Tombo, o n.º 975 da Inquisição de Lisboa.

(2) Cartório municipal — Liv. 6.º do Príncipe D. Pedro fl. 302, 466, 375. — Liv. 7.º fl. 268, 366, 313. — Liv. 8.º fl. 37, 150.

\*

Durante a guerra com Espanha, em seguida à Restauração, o povo, tanta vez injusto, desfeiteou as famílias de alguns generais, quando a sorte das armas não acompanhava os votos públicos. Logo depois da perda de Évora, amotinou-se a plebe, saqueou algumas casas, e entre elas este palácio do Marquês de Marialva. A Marqueza e suas filhas tiveram que fugir pela banda da travessa *dos Gatos* (1).

\*

Neste palácio quantas festas sumptuosas se não celebrariam! Sei apenas de uma, com teatro e baile, em honra de 22.º aniversário natalício da 3.ª Marqueza de Marialva, D. Joaquina Maria Madalena da Conceição de Meneses (2).

A essa festa dedicou Tomás Pinto Brandão um *romance*, em alguns pontos ininteligível para mim: *Fazendo anos a Ex.<sup>ma</sup> Senhora Marqueza de Marialva, houve comédia em sua casa e danças com bizarro estrondo* (3).

---

(1) D. António Caetano de Soasa — Hist. gen. da C. R., T. VII, pág. 381.

(2) Hist. gen., T. V, pág. 286.

(3) Pinto renascido, pág. 312.

Entre outras coisas lê se isto :

.....

A sala era um Ceo aberto!  
e, no muito que brilhava,  
cada luz era uma estrella,  
um signo era cada placa.

Ea, vendo rosas e luzes,  
de confuso davidava,  
se o ceo era o florescido,  
ou se era a terra a estrellada.

Fidalgos como as Estrellas,  
por suas altas prosapias,  
foram destes Astros guias,  
sendo de taes Nortes guardas.

A luz que a sala expedia  
era com tal efficacia,  
que cegos podiam vel-a,  
e só a tortos cegára.

Não foi possível dos doces  
achar, por muita abundancia,  
penna com que os descrevêra.  
papel com que os embrulhára.

.....

\*

Segundo o Tombo da Cidade, levantado depois do terremoto, o palácio era regular, compreendido entre quatro ruas, e por estar distinto se não mediu. Foi pena, porque algumas minúcias de descrição do prédio teriam ficado.

Segundo as minhas lembranças, e dois desenhos que tirei eu próprio colocando-me no adrozinho que então (14 de Setembro de 1859) tornejava nas duas faces da igreja do Loreto, a fachada principal deitava para o largo *das duas Igrejas*. Compunha-se para essa banda (Nascente) de um portão monumental corrido de uma cornija, que seguia, desde a larga pilastra do cunhal da esquina da rua *do Loreto*, até outra pilastra, que tomava justamente o centro desta face do quarteirão. Sôbre o portão erguia-se uma grande sacada, entre ornamentos severos mas elegantes, tendo aos dois lados outras duas sacadas, tôdas três adornadas de cornijas, e gradeadas à antiga. No alto três mezaninos, sôbre os quais a aguafurtada, e os telhados.

A pilastra do Norte, na esquina, era enfeitada com três brasões, que infelizmente não copiei.

Isto são as linhas gerais, porque a verdade é que o traçado primitivo se achava interpolado de miserandos acrescentos. Exemplos: o portão principal, por onde penetrou, a página e página, todo o *Livro dos Grandes*, em visita aos Marialvas... dava em 1859 para uma taberna; era dividido ao alto, e cada parte tinha uma portinha de vidraça, e uma janela. Para a banda da esquina tinham rompido uma tísica porta de volta curva; para o lado oposto via se um armário, onde escanhoava um barbeiro os rostos dos galegos. Às duas ilhargas do portão tinha havido duas janelas oblongas, talvez de claridade para a vasta loja de entrada; achavam-se mascaradas.

O que fôsse primitivamente o seguimento para a parte do Sul, até à esquina da rua *da Horta seca*, não me atrevo a decidir; imagino talvez um pequeno jardim no género do palácio Palmela ao Calhariz; a existência da pilastra do que tinha sido cunhal parece-me excluir a ideia de que outras sacadas continuassem. Isso aí era uma casinhola baixa, de três sacadas mesquinhas, onde habitava um dentista; depois um casarão térreo com taberna, a cuja porta se via no outono uma castanheira.

Aquelas varandas aristocráticas, onde assomavam no século xvii as empoadas senhoras da família dos Meneses, como grandes retratos de Rubens, para assistirem à passagem de alguma procição, ou de algum cortejo político, habitava-as um relojoeiro; lembro-me bem; viam-se relógios de vários feitios pendurados por dentro nos banzos da vidraça.

Por baixo dos brasões, na parte superior do cunhal da esquina, eram afixados os cartazes dos teatros. Muita vez ali fomos, quando passavamos, nós os rapazes daquele tempo, ler o que se dava em S. Carlos, saber se entrava a Tedesco ou a Bernardi.

A fachada sôbre a rua do Loreto ainda mostrava sacadas, talvez nove, quatro sobrepojadas de mezaninos tais quais os da frente; mas como visivelmente tudo isso tinha padecido grande ruína, o desenho primitivo achava-se interpolado de habitações pobres. Por essas janelas, altas, baixas, de todos os feitios e côres, ou gorgeava o laborioso pintassilgo, condenado pela maldade ociosa a tirar



Os casebres do Loreto — antigo palácio dos Marquesses de Marialva como eram em 1859. Fachada sôbre o largo das duas Igrejas



água com o seu baldezinho, ou prégava o esgançado papagaio lisboeta, ou enfim... espreitava os passeantes algum formoso rosto moreno por trás de taboinhas verdes.

Nos baixos, indústrias várias; um ervanário, um santeiro, uma confeitaria onde se vendia bellissima gelea, etc.

Os Marialvas velhos, e os Cantanhedes, é que de tódo não reconheceriam naquêles cães o seu solar. Aquilo era um campo, onde parecia que tinham ido os gigantes jogar à bola; ou antes: parecia que um encontrão da sorte dismantelara um paço para fazer dêle barracas de títeres.

Tudo muda. Também o palácio não reconheceria os sítios da sua fundação, depois de arrazadas as portas históricas de Santa Catarina.

\*

Do interior do palácio, dos seus salões, das suas mobílias, dos seus quadros, nada sei, e creio que ninguém sabe. Ocorre me apenas que Jerónimo de Barros Ferreira, architecto e pintor de flores, ornato, assuntos architectónicos, e miniaturas, executou as pinturas do tecto da casa da mesa (1). Como nasceu em 1750 e faleceu em 1803, aos últimos anos do século XVIII, ou logo ao princípio do XIX é que deve attribuir-se tal obra; o que mostra, ou que a ruína causada pelo terremoto não foi tão completa como geralmente se pensa, ou que houve princípio de reedificação, e restauros tais quais.

---

(1) Raczyński, *Dicionário*, citando Taborda e Cyrillo.

\*

Eis tudo quanto posso restituir do vasto solar dos Marialvas. Da frente para a travessa *dos Gatos* mal me lembro; eram ruínas, oficinas de ferrador, e industriais mais ou menos embuçadas. A fachada sobre a rua da *Horta séca* ainda em 1837 contava sete janelas sacadas. Em Abril dêsse ano mandou a Câmara intimar os proprietários a apea-las, o que de certo se fez <sup>(1)</sup>.

O interior dêsse conjunto arruinado era, segundo ouvi, um dédalo de pátios e cabanas ridículas, de um pitoresco de péssima catadura. Não habitava ali o pudor, certamente, mas formigavam todos os infortúnios e vícios.

\*

Desde 1837 começou a aparecer a ideia da demolição dos casebres.

Oficiou a Câmara em Outubro a vários cidadãos importantes do Bairro, convidando-os a reunirem-se na casa do Município, a fim de se tratar da expropriação do prédio, que então pertencia à casa dos Duques de Lafões. Eram êsses cidadãos os seguintes: Joaquim António dos Santos, Rafael José da Cunha, Anacleto José da Silva, Conde do Farrobo, José Ferreira Pinto Junior, Manuel Correia Gomes de Oliveira, e Inácio Rufino de Almeida.

---

(1) *Synopse dos princ. act. ad. da C. M. de L.* em 1837, pég. 5.



Os casebres do Loreto — Fachada sôbre a rua direita do Loreto  
como era em 1859

C. M. L.  
GABINET  
DE LES VOUS  
1870 85

Apresentaram à Câmara uma proposta cujos três primeiros artigos foram aprovados, e a Câmara ofereceu 4:000\$000 réis ao Duque pela compra do casebre, a fim de se formar uma bela praça em seu lugar.

Houve negociações com o procurador do mesmo Duque, mas chegou-se a 1850 sem nada estar decidido.

Em 1855 baixou uma Lei autorizando a expropriação por utilidade pública.

Todos olhavam para o caduco edificio como para um sentenciado a pena última; e entretanto, elle lá ia resistindo com os seus longos achaques, e padecendo mazelas de todo o género.

Até que enfim, no verão de 1859, as picaretas municipaes levantaram o dente contra a obra, outrora magnífica, dos Condes de Cantanhede e Marquezes de Marialva.

Vi demolir os casebres do Loreto, como tenho visto demolir muitas outras coisas: edificios, caracteres, ambições, armadilhas.

É pensão de quem vive o ir vendo aluir tudo em volta de si.

Na ordem moral, esquecer é arrazar laços inteiros da existência. Há entes infelizes, para quem viver é esquecer. Não os invejo, não! Recordar é reviver.

\*

Depois da demolição, começaram a cruzar-se no ar, como setas, alvitres vários sôbre o destino que havia de dar-se à praça nova. Uns, queriam mer-

cados de flores; outros, repuchos e galerias; outros, monumentos e estátuas. Abstenho-me de relatar aqui essas opiniões, limitando-me a citar umas discussões de João Carlos Feio com o *Jornal do Comércio*, nomeadamente nos n.ºs de 22 de Setembro e 7 de Outubro de 1859. (1)



Praça de Luiz de Camões — Depois da demolição dos casebres do Loreto, e antes de edificado o monumento do poeta

(1) Este sítio dos Casebres do Loreto, foi um dos escolhidos, para ali se edificar o Teatro Nacional, (ideado por Joaquim Larcher e por Garrett), pela Comissão encarregada oficialmente da realização dessa ideia. Afinal o preferido em 1845, para assento do edificio que veio a ser riscado por Fortunato Lodi foi o terreno onde estava o Palácio da Regência, como se sabe, ao tôpo Norte do Rossio. (*Nota de M. S.*)

\*

Das janelas do prédio grande, entre as ruas *do Loreto* e *da Horta seca*, a vista é lindíssima. Rasga se em frente do espectador o taboleiro cuidadosamente revestido do lindo empedrado *lisbonense*, mosaico interessante, e que pela sua duração e limpeza tão próprio é para esse uso de marchetar as praças e o passeio das avenidas. Em meio levanta-se sobre os seus três degraus oitavados o pedestal com a estátua de Camões por Víctor Bastos.

Mais adiante avistam-se, a olhar uma para a outra, as duas igrejas, de Nossa Senhora do Loreto e de Nossa Senhora da Encarnação, igrejas opulentas, garridas, mas sem a devoção singela das ermidas de aldeia entre arvoredos, conchegadas e silenciosas.

Enfia-se depois pelo Chiado (ou rua *de Garrett*), e sobre os telhados do palácio do tampo, onde foi a igreja do convento do Espirito Santo, assomam as muralhas e casas do castelo de S. Jorge.

Esta longa perspectiva tem bonitas linhas quebradas, a que não falta um certo grandioso, que, apesar da mesquinhez dos pormenores, e do banal das frontarias quasi todas, agrada, e trás em si mesmo o que quer que seja de cenográfico. Muitos planos, muita luz, muito movimento.

Camões, e o grupo de homens não menos notáveis, que tão ingratamente lhe foram sacrificados, para suportes ornamentais! a casa dos Cantanhedes e Marialvas, com os seus concertos, as suas cenas

de família, as suas cenas políticas! essa casa reduzida pelo terremoto aos miseráveis casebres! a antiga ermida de Santo António transformada na paroquial do Loreto! a Condessa de Pontével e a paroquial da Encarnação! a antiga porta de Santa Caterina, com os seus torreões negros, que tanto sangue viram, e tantas festas também! o chafariz do Loreto, com o seu parlamento de barris! Garrett, com as suas tradições de affectada elegância no café Marrare! o velho Ribeiro Chiado, a quem uma Câmara Municipal inconsideradamente desterrou! o Espírito Santo, onde agonizou o affectuoso espirito do Padre Manuel Bernardes! lá no alto as barbacans solenes do castelo dos valis! tudo isto a falar! a bradar! a inundar a nossa alma na melhor de tôdas as poesias: a das recordações!...

Lisboa é (como tôdas as grandes capitais) assunto inesgotável de observações curiosas; mas Lisboa, com as antiguidades que ainda possui, e que têm resistido ao camartelo e à picareta dos proprietários e das vereações, é ainda hoje a mais interessante, a mais rica, das crónicas portuguesas.

Entre a Cidade moderníssima, de papelão e gesso, sem carácter, sem cunho, sem duração, descobre quem sabe ver a nobre Cidade velha, tôda ela memórias santas, tôda ela saudades de passadas grandezas. Tinhamos obrigação de respeitá-la; mas obliteramos, demolimos, esquecemos tudo isso, por indole, por atavismo, e infelizmente por educação!...



Praça de Luís de Camões; estado actual

C. M. L.  
GABINETE  
DE ESTUDOS  
DE ECONOMIA



## CAPÍTULO X

Deixemos as duas igrejas e o palácio varrido, e desçamos para o mar pela nossa bela rua *do Alecrim*, ou (como se dizia logo depois do terremoto) rua *das duas Igrejas*, ou (como se dizia em 1730 e tantos) rua *da Encarnação*, ou (como diziam outros então e antes) rua *do Conde*. Encontrariamos, até o tempo do terremoto, do lado direito, um pouco ao sul do sítio que é hoje a esquina Nordeste do largo do *Quintela*, uma ermida, que tem história.

A topografia do lugar era assim: na linha que descia da esquina da nossa rua da *Horta seca* para o mar levantava-se uma propriedade nobre, cujos dois andares deitavam sobre a rua *do Conde*. Depois havia muro e seguia-se a ermida, formando esquina para a chamada travessa de *Braz da Costa*, que ia desembocar na rua *das Flores*; e esta, seguindo a mesma directriz que hoje segue, ia acabar, como agora, na rua *da Horta seca*. Todo este quarteirão só compreendia, creio, a casa nobre, a

sua ermida, e um logradouro ou quintalão, onde houvera um poço público chamado do Chapuz.

É natural o desejo de se saber a origem da ermida; ela aqui vai como a estudei.

Era no século xvii D. Ana de Vilhena uma senhora ilustre da ilha de S. Miguel, filha de Francisco Ramalho de Queiroz e de Leonor Dias Neto (1), e mulher do desembargador Alvaro Lopes Moniz.

Quando veio para Lisboa, trouxe D. Ana consigo uma muito devota Imagem da Senhora, que levou para os Olivais, onde ficou habitando. Pensava, e já de muito, em erigir uma capela à Virgem, mas não atinava com invocação nova que lhe desse. Uma vez, estando D. Ana em oração na freguezia dos Olivais, andava por ali a trastejar um filho que ela levara consigo; e de repente, eis que, sem mais nem mais, a criança começa por brinco a pedir esmola aos circunstantes, como via pedirem os sacristães, mas para uma Senhora, de cujo apelido não resava até então a liturgia: Nossa Senhora do Alecrim. «Esmola para Nossa Senhora do Alecrim!»

Ouve a mãe aquele nome, proferido espontaneamente por lábios inocentíssimos; sobressalta-se sem saber porquê; ao mesmo tempo acha-lhe imensa graça;

*a voz da infância ecos no Empirio dá;*

e tem como certo ser aquele um sobrenatural aviso com que a ilumina o Céu (2).

(1) D. Tivisco. *Teatro geneal.* — *Arvore* Castelo Branco.

(2) *Santuário Mariano*. Tom. 1, pág. 329.

Deliciosas crenças dos corações puros! a feliz mãe abraçou o filho pequenino, e meteu ombros à empreza.

Compraram logo, ela e seu marido, por escritura de 9 de Novembro de 1624, um terreno em Lisboa a D. Ana de Mendonça; custou 100\$000 réis, ou 327\$000 réis da moeda actual. Esta vendedora tinha havido o terreno por herança de sua avó D. Brites de Mendonça, a cujo marido, António da Silveira, a Câmara o tinha aforado por escritura de 5 de Julho de 1535 por 50 réis anuais (1). Obtido o chão, enviuvou D. Ana de Vilhena, casando segunda vez com Cristóvam Soares de Albergaria, Desembargador da Casa da Suplicação, e Vereador da Câmara de Lisboa. Quanto a este sujeito há divergência de opiniões; não tive meio, nem necessidade, de esclarecer o caso, que importa pouco; mas dizem uns que elle faleceu no 1.º de Dezembro de 1640; e outros, que não foi elle mas seu filho Francisco Soares de Albergaria, Corregedor do crime (2).

---

(1) Informações extraídas a pedido do autor por José Ferreira Chaves dos livros de aforamentos da Câmara Municipal de Lisboa.

\*

(2) Foi realmente o filho do marido de D. Ana de Vilhena quem faleceu no primeiro de Dezembro de 1640. Chamava-se Francisco Soares de Albergaria, e fôra Corregedor do Crime da Côrte. O seu assento de óbito diz que elle morava na Rua das Flores, que se enterrou na Trindade, que o tinham morto no «paço desta cidade» e que era casado com D. Antónia (de Vilhena). (*Nota de M. S.*).

Foi já depois deste segundo casamento de D. Ana, que se deu principio às obras; mas tendo sido isso sem licença da Câmara, esta as mandou embargar, concedendo em 18 de Maio de 1628 a licença indispensável. Em 6 de Junho baixou uma provisão régia permitindo definitivamente a edificação, em conformidade com os despachos dos vereadores, e o parecer do respectivo síndico.

Não sei se houve novo motivo que paralisasse os pedreiros; mas, segundo o *Santuário*, mais de treze anos depois é que se dava por concluída a empreza, com grande gosto da fundadora; e tanto gosto, que, instituindo morgado de seus bens, lhe deu como cabeça a nova ermida da Senhora do Alecrim.

A neta herdeira da fundadora, e filha do Dr. Francisco Soares de Albergaria, Corregedor do crime em Lisboa, e de D. Antónia de Vilhena, chamou-se D. Isabel Soares de Albergaria. Casou em 1.<sup>as</sup> núpcias com o Dr. António Moniz de Carvalho, de quem enviuvou; passou a 2.<sup>as</sup> núpcias com um sujeito importante, José de Sousa de Castelo Branco, Senhor do Guardão, nascido em Leiria a 19 de Março de 1624, Desembargador do Porto em 1653, e dos Agravos da Casa da Suplicação em 1661, Deputado do Conselho da Fazenda em 1674 e do Conselho Real em 1692, falecido a 10 de Dezembro de 1701.

Tiveram entre outros filhos:

Pedro de Sousa de Castelo branco, Senhor do Guardão, Coronel do mar, e militar valente e activo. Êste em 1735 justificou perante o juizo do

tombo da Câmara pertencerem-lhe as casas e a ermida por linha vincular materna. Os instituidores achavam-se sepultados na dita ermida, como ainda em 1755 se via pelos seus epitáfios (1).

A ermida do Alecrim, paroquial temporária do Loreto e da Encarnação nos impedimentos das matrizes (2) (como apontei no lugar oportuno), teve a glória de impor a sua denominação à grande rua que descia ao longo do muro, prolongada sobre dois arcos até ao Tejo pelo Marquês de Pombal; depois desapareceu inteiramente na reconstrução delineada por Eugénio dos Santos de Carvalho.

Bem fadada e mal lograda. Pouco durou a piedosa fundação de D. Ana de Vilhena. Deixei-lhe ao menos o epitáfio assinalado neste livro, que, a bem dizer, é um vasto cemitério.

\*

Da moderna rua do Alecrim trata o *Arquivo Pitoresco* (3).

Nesta rua, n.º 10 antigo, junto ao largo do *Cais do Sodré*, esteve estabelecida nos primeiros anos do século XIX uma casa de pasto elegante, e onde

---

(1) Informações de J. Ferreira Chaves, a cuja memória agradeço a sua amabilidade, além de notícias colhidas no *Santuário*, nos *Nobiliários*, na *História genealógica da Casa Real*, etc.

(2) *Sanct. Mar.* — Tom. I, pág. 350.

(3) Tom. V, pág. 398.

os companheiros de Bocage e Tolentino iam de certo jantar e conversar. Chamava se *do Leão de Ouro*. Mesa redonda das 2 às 4 da tarde, a 800 réis por cabeça (1). Em Novembro de 1813 oferecia se de trespasse êste estabelecimento (2).

Um ano depois já se achava mudado para a rua *do Corpo Santo* n.º 9 antigo, e devia abrir a 16 de Novembro de 1814; mesa redonda às 3 horas da tarde (3).

\*

Esta celebridade da rua é apenas culinária; mas tem outra de mais finos quilates: ali morou Garrett.

Pouco abaixo do largo *do Barão de Quintela*, à direita, era a sua casa, que aliás não conheço bem. *As Viagens na minha terra* aí foram escritas, segundo uma indicação que o autor deixou cair logo no princípio da sua narrativa. Creio que daí se mudou Garrett para o pátio do Pimenta, às Chagas, em 1847, e lá nasceram às *Folhas caídas*.

Uma meu falecido e bom amigo, José Carlos Sete, convivera muito com Garrett, e contava dele minúcias engraçadas. Esta por exemplo, que se refere à morada do poeta na rua do Alecrim:

Uma tarde recolhia Garrett, quando ao Loreto encontrou José Carlos.

---

(1) *Gazeta*, n.º 110, de 9 de Maio de 1811.

(2) *Gazeta*, n.º 265, de 11 de Novembro de 1813.

(3) *Gazeta*, n.º 269, de 14 de Novembro de 1814.

— Amigo Sete, — lhe diz o grande homem — venha comigo aqui à minha casa; quero mostrar-lhe, como a bom entendedor, a minha última obra.

— Com muito gosto irei com V. Ex.<sup>a</sup> É prosa ou verso?

— Nem uma coisa nem outra — responde o poeta enfiando o braço ao jovem José Carlos — é melhor do que isso.

Poucos passos andados, entraram. Garrett dirigiu-se a um guarda-fato no seu quarto de vestir, abriu-o, com modo respeitoso despendurou um pequenino paletó de veludo preto.

— O quê? um paletó?!!!!

— Pois que lhe disse eu? nem prosa nem verso; é isto.

E mostrava o paletó, mirando-se nêle, encarecendo o bonito talho, o bonito galão, o bonito fôrro de setim.

— Mas... — disse Sete — V. Ex.<sup>a</sup> falou-me numa obra sua.

— Pois certamente; é obra minha; eu dei o risco; e o meu criado, que foi alfaiate, e tem jeito para estas fantasias, executou. Mas olhe que a final é obra minha.

— E vejo que tem o seu orgulho de autor.

— Tenho, tenho; isto é melhor do que os versos.

Veja isto! esta elegância!... hein?

E vestia o paletó, e requebrava-se mirando-se no espelho.

Rua do Alecrim, não te lembras da cena?

Oh! fraquezas dos grandes homens! encantadoras fraquezas, tão pequeninas, e tão grandes! Quem nas poderá escrever tôdas, sem fel, mas com o sorriso benevolente que sai da alma, e enfia direitinho ao coração!...

Conto esta historieta como ma contou o meu saudoso e honrado Sete; elle tinha convivido com todos os altos literatos antigos, e apreciava-os.

\*

Em Março de 1851 a Câmara autorizou o começo da construção da cortina aos lados da ponte sôbre o arco (1); e em Dezembro aprovou o risco do gradeamento do mesmo arco (2).

Aí ficam essas achegas para a crônica da rua *do Alecrim*; não são muitas, mas não tenho mais.

Quem escrever depois de mim preencherá as minhas faltas.

«Não tenho mais» — disse eu. Grave engano; tenho abundância; e se não, passe o leitor ao capítulo seguinte, e pisme de filão que se lhe abre nesta mina!

(1) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L.* em 1851 — pág. 10.

(2) *Ibid.* — pág. 25.



Almeida Garrett





## CAPÍTULO XI

A maior parte do público ignora, talvez, que a nossa rua *do Alecrim* se chamava antigamente *do Conde*.

Qual Conde? — pergunta o leitor. O do Vimioso — respondem os documentos. Deu sempre nome ao sitio o grande palácio que lá vemos, e que últimamente pertenceu aos Barões de Quintela, Condes do Farrobo, mas tinha sido edificado no mesmo lugar do dos Condes do Vimioso, Marquezes de Valença; o palácio deu primeiro nome à rua *do Conde*; depois, ao largo *do Barão de Quintela*; edificio vasto e formoso, que, arrimado pelo norte á Encarnação, domina pela frente a rua *do Alecrim*, e confina pelas costas com a *do Tesouro velho*.

\*

Deitaria um grosso volume a história completa e minuciosa desta casa, que neste momento está chamando pela minha pena; mas, não podendo escre-

ver êsse interessantíssimo volume, limito-me a forragear nos documentos que tenho agora diante dos olhos algumas notícias históricas que sirvam ao leitor. Êstes documentos são nada menos que o tomo autêntico do vínculo do Farrobo, emprestado a mim <sup>(1)</sup> pelo meu bom e excelente Carlos Pedro Quintela do Farrobo, filho do 1.º e ilustre Conde, a quem tanto deveu a sociedade portuguesa; portanto, o que vou dizer é o mais autêntico possível.

\*

Comecemos pelo chão do palácio.

Em 1521 aforou-o a Câmara a Jorge de Melo por 1.200 rs. e laudemio de quarentena. Como o sitio tinha boas vistas, aí fez êle uma quinta, e um prédio em que habitou.

Por morte do dono, coube o prazo em partilhas a sua viúva D. Antónia de Mendoça, que reconheceu a Câmara em 1572 como directa proprietária.

Passou por morte da mesma senhora a Rui da Silva, a quem ela doou o dominio útil. Êste, que devia quantias avultadas a António Delgado, Recebedor do Consulado da Alfândega, e até mesmo à Real Fazenda, foi executado pelos Contos do Reino.

Com licença do Senado, arrematou tudo um João Martins de Palhavan (ou Palauam), fazendo reconhecimento à Cidade em 1637.

---

(1) Lamiar Junho de 1902.

Foi herdeira dele sua viúva Maria dos Santos, que em segundas nupcias casou com Manuel da Cunha.

Êste vendeu os bens a Simão Luís, a cuja herança, depois de êle falecer, o Juízo dos orfãos os penhorou por dívidas.

Posto o prazo em hasta pública, arrematou-o em 1648 o 1.º Marquês de Aguiar, 4.º Conde do Vimioso, D. Afonso de Portugal, casado com D. Maria de Mendoça, filha do Marquês de Castelo-Rodrigo.

Do Marquês passou a seu filho D. Luís de Portugal, 5.º Conde do Vimioso.

Falecendo êste sem geração, foi seu herdeiro D. Miguel de Portugal, seu irmão, 6.º Conde, o qual, no fim do século xvii, doou grande porção de terreno ao nascente, para se construirem cavalharias para os cavalos da Rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia (1).

Foi êste 6.º Conde o reformador e reedificador do prédio de seu pai. «O Conde do Vimioso — conta um coevo — fez um soberbo palácio. Casou com uma filha do Marquês de Alegrete.» (2).

Dêste Conde passou a posse para D. Francisco de Portugal, Marquês de Valença; e por ser filho único e sucessor legítimo, não se fizeram partilhas.

---

(1) Sousa — *Hist. gen.* — T. X, pág. 774.

(2) Fol. 216 v. do vol. de *Miscelâneas*, letra do século xviii; Carta de um amigo a outro dando-lhe novidades de Lisboa dos anos 1697 a 1699. Em mea poder.

Aqui temos num relance de olhos a primeira parte sucinta e rápida da história do casarão, desde 1521, em que aí vicejava, com seus lindos prospectos de terra e mar, a quinta verde e alegre de Jorge de Melo, até à edificação nobre do Conde do Vimioso.

Passemos a historiar as vicissitudes e transformações do prédio.

\*

Em 25 de Novembro de 1726 um incêndio devorou este solar, que devia ser muito rico, por ser já hereditária a magnificência dos Condes do Vimioso, já então Marqueses de Valença (1).

Durou o incêndio até ao dia seguinte; e o notável é que o proprietário, 8.º Conde e 2.º Marquês, D. Francisco de Portugal, viu arder Tróia, viu sumir-se o seu espólio todo «com ânimo imperturbável», diz Barbosa Machado. Nessa triste ocasião toda Lisboa certamente correu a visitá-lo, e até el Rei D. João V, e o Infante D. Francisco, muito sentidos do infortúnio dele, lhe deram grandes provas de simpatia, oferecendo-lhe o primeiro destes senhores o palácio da Casa de Bragança, aí próximo, e o segundo o da Bemposta, para sua residência (2).

---

(1) *Gazeta de Lisboa* n.º 48, de 28 de Novembro de 1726.

(2) *Bibliot. Lusit.* — T. II, pág. 235.



O 6.º CONDE DO VIMIOSO  
D. José Miguel João de Portugal

C. M. L.  
GABINETE  
DE ESTUDOS  
OLISIPONENSES

\*

Lembra-me o seguinte, que approximo aqui:

O honrado e polidíssimo 1.º Duque de Loulé, Nuno José Severo de Mendoça Rolim de Moura Barreto, habitou uns anos no palácio, hoje desaparecido, do pátio *do Torel*, ao campo *de Santana*. Esse palácio dominava a Baixa, e via-se de muita parte.

Uma noite, ha anos, ardeu; e quando as labaredas começaram a atear-se, e a fumarada a enovelar-se em rolos avermelhados, ao som do rebate dos sinos, foi um alarme geral. O Duque era muito respeitado; e não tardou que os seus amigos pessoais e políticos corressem ao Torel, ansiosos por notícias, e dispostos a tudo. Chegavam, ofegantes, comovidos, encontravam o Duque no pátio, sereno, fumando um charuto, vendo arder a casa, e recebendo a quem chegava com a sua polidez grave e senhoril.

Naquela formosíssima fisionomia era impossível ler outro sentimento, que não fôsse o da conformidade e resignação. Perdeu mobília, alfaias, quadros, livros, mas dominou-se, e deu um exemplo extraordinário de firmeza de ânimo. Ia nisso uma grandeza, que afina perfeitamente com a daquela personalidade singular.

\*

Volvamos do Torel ao palácio da rua *do Alecrim*.

\*

Se alguém me perguntar pela descrição da propriedade dos Valenças, certamente reedificada, dir-lhe-hei como era trinta anos depois do sinistro:

Constava a parte urbana de duas moradas contíguas, encostadas pelo Norte à casa da Irmandade da igreja nova da Encarnação, e pelo Nascente ao muro da Cidade, no qual se achavam ligadas, conforme a escritura do aforamento antigo; do Sul confinavam com quintal; do Poente com a *rua larga do Loreto* (ou *das duas igrejas*, ou *do Conde*, ou *do Alecrim*), que ia findar no postigo do *Duque de Bragança*. Sobre esta rua havia as lojas baixas, as cocheiras, etc., e para o interior estrebarias e palheiros. Constavam estas duas moradas de dois andares com janelas sacadas, e no alto outras habitações com três janelas de assentos para a rua.

Tais são as descrições e confrontações no ano 1756.

Voltemos um pouco acima.

\*

Em 8 de Maio de 1731 André Rodrigues da Costa Barros arrematou em praça estas nobres casas por 6.675\$000 réis, pagando só meia sisa, 330\$000 réis, porque a outra meia «livrou-a pelo privilégio do Ex.<sup>mo</sup> Marquês de Valença» — diz um

papel, que não sei entender bem. O que vejo é que talvez o enguiço do fogo, ou qualquer outro motivo, desgostou desta posse os Marqueses de Valença, que passaram a habitar na sua quinta do topo do Campo Grande.

Temos pois dono do prédio da rua *do Conde* o dito Costa Barros, que de todo ignoro quem fôsse, mas bem podia ser irmão (ou parente próximo) de Mateus da Costa Barros, autor de não sei que bagatela literária sôbre a *Ave Fenix*. Se havia parentesco, entrou no seu lugar a alegoria: vamos vêr como das suas cinzas renasceu o palácio, para muito melhores destinos, para muito maiores opulências, para glórias sociais de alto apreço.

\*

Se todos os prédios podessem contar a sua história, possuiria Lisboa um anexo de memórias curiosas, para a secção biográfica da sua bibliografia.

É já lugar comum dizer-se que o edificio é um livro de pedra. Ora como a asserção tem muita verdade, vamo-la repetindo. Um templo monumental, como a Batalha, ou como os Jerónimos, lembra as Biblias em pergaminho, devotas, iluminadas de miniaturas. Os castelos arruinados, que ainda aí campeiam por todo o Reino, são folios máximos de crónicas antigas em tipo gótico e iniciais à mão.

O palácio que neste momento nos ocupa, e a cujo renascimento vamos assistir, vai aparecer-nos como um belo volume dos Mames ou dos Didots, todo êle versos e música, encadernado em *chagrins*, com formosas gravuras em aço ao longo das suas grandes páginas de velino doirado por fôlhas (1).

---

(1) Os limites e a descrição minuciosa dos prazos, originários da residência dos Vimiosos na Rua do Alecrim, foi feita no bellissimo trabalho de Vieira da Silva, *A Cerca Fernandina de Lisboa* (volume II, pág. 13 e seguintes), dando-se a correspondência exacta deles aos prédios actuais deste arruamento. Da mesma forma, pelo mesmo illustre olissipógrafo ficou esclarecido o traçado da muralha, no troço entre as Portas de Santa Catarina e o Postigo do Duque de Bragança. (*Nota de M. S.*)



## CAPÍTULO XII

Neste meio tempo desenvolvia-se notavelmente a actividade commercial em tôda a Monarquia. Os *homens de negócio* acumulavam grandes fortunas, e junto à Nobreza da conquista, que pela rapi-nagem alargou as nossas fronteiras, mas tanto sangue fêz correr, levantava-se a incruenta Nobreza do trabalho, que tantas lágrimas enxugou.

Joaquim Pedro Quintela, homem probo, laborioso, empreendedor, arrematante de rendosos contratos, entre êles o do azeite de peixe e barba de baleia, no qual se achava associado em 1791 com António José Ferreira, tinha conquistado lugar conspícuo entre a sociedade Lisbonense; os seus escritórios, cheios de empregados, dirigiam, como uma Secretaria de Estado, transacções consideráveis no Reino, nas colónias, no estrangeiro; a sua firma era uma alavanca poderosa, pelo crédito que representava; o seu nome ombreava com tudo quanto havia mais illustre.

Filho e neto de Cavaleiros fidalgos, sobrinho de Desembargadores, tinha êle próprio, desde 6 de Maio de 1795, o foro de Fidalgo-Cavaleiro, que é o mais alto da escala; e era Conselheiro honorário da Real Fazenda, do Conselho da Rainha, Cavaleiro e Comendador na Ordem de Cristo, etc. etc.

\*

Convergiram com as diligências dêle as zelosas diligências de seus dois tios, no engrandecimento da casa; a saber: Luís Rebêlo Quintela, Juiz dos feitos da Coroa, Desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação, e Inácio Pedro Quintela, Familiar do Santo Officio desde 1740, Contratador de vários contratos Reais, Presidente da Real Junta do Comércio, etc., ambos Cavaleiros professos na Ordem de Cristo, e o segundo Comendador na de Santiago. As deixas de ambos, a sua prática, os seus conselhos, fizeram milagres. Querem ver?

O Desembargador arrematou em 2 de Junho de 1777, na rua *das duas igrejas*, 203 palmos de frente com  $100\frac{1}{2}$  de fundo a 10\$000 réis o palmo quadrado, no valor de 2.030\$000 réis, e mais 203 palmos de frente e 108 de fundo na rua *do Tesouro*, a 7\$000 réis, no valor de 1.421\$000 réis; total 3.451\$000. Eram, como o leitor já percebeu, as casas que estudamos desde Jorge de Melo, 1.º emfiteuta. O sítio não podia ser melhor: Lisboa renascida alinhava-se ao longo de serventias muito belas, e como uma das melhores do bairro figu-

rava sem dúvida esta, que o lápis de Eugénio dos Santos de Carvalho endireitara sôbre dois bonitos viadutos, dando-lhe por pano de fundo o mar.

Começou o novo proprietário com obras no seu prédio, obras que, não me ocorre o motivo, a Câmara embargou, levantando logo os embargos a 11 de Janeiro de 1781. Outro embargo adveio, e dêsse não houve apelação: a morte do Dezem-bargador no 1.º de Abril de 1782; mas o palácio fêz se por um bellissimo risco, respirando elegância moderna e opulência.

Joaquim Pedro comprou em 24 de Novembro de 1788 mais área para se expandir (1), e completou esta formosa peça urbana.

Edificar um palácio com architectura, traçado segundo os ditames do gôsto, é sempre serviço numa povoação; mas edificar um palácio naquêlo tempo, quando Lisboa em grande parte jazia prostrada, quando era preciso erguê-la dos escombros, era dar um nobre exemplo, era abrir uma escola; numa palavra: era civilizar.

\*

Uma curta digressão:

Todos sabemos que os palácios das clases altas em Lisboa nunca brilharam pelos primores

---

(1) Consulte-se Tinop — *Lisboa de outros tempos*, T. 1, pág. 89, livro extraordinariamente curioso, cuja leitura me tem deleitado e instruído. O trabalho que revela uma tal obra é incalculável. Tenho orgulho em o saber apreciar.

arquitectónicos. Observa um viajante do fim do século XVIII, e com muito critério, o seguinte:

«Todos os Grandes possuem palácio. Parece pois que deveriam encontrar-se em Lisboa muitos dêles imponentes pelas suas dimensões, notáveis pela regularidade da architectura, agradáveis pelo variado da ornamentação. Debalde procura o observador colunas, pilastras, frisos, arquivadas, cornijas, peristilos, pórticos, vasos, urnas, estátuas, mármore. Os casarões aqui chamados palácios não passam de ordinaríssimos edificios, de aparência muito mediocre, levantados sem regularidade, sem elegância, sem adornos, e próprios quando muito, de qualquer particular medianamente endinheirado. O brasão de Armas dos donos é o que os distingue e enfeita.» (1).

Tudo isto é verdade. Apontam-se a dedo as pouquíssimas residências senhoris que mereçam,

---

(1) *Tous les grands ont des palais. On croirait d'après cela trouver à Lisbonne beaucoup de ces édifices, imposants par leur masse, frappants par la régularité de leur architecture, agréables par la variété de leurs ornements... On y cherche des colonnes, des pilastres, des frises, des architraves, des corniches, des péristyles, des portiques, des vases, des urnes, des statues, des marbres, mais on les cherche vainement. Les édifices qu'on décore du nom de palais sont des maisons très ordinaires, d'une apparence fort médiocre, construites sans régularité, sans élégance, sans ornements à peine dignes d'être habités par un particulier médiocrement riche. Les armoiries des propriétaires sont la seule chose qui les distingue, le seul ornement qu'on y aperçoive.»*

ou merecem ser admiradas, ainda assim com restrições. Noto em tãda Lisboa e seus próximos arredores as seguintes :

o palácio dos Cruzes Sobrais ao Calhariz (transformado hoje, como logo direi) ;

o dos Marqueses do Lourçal a Palhavã, hoje do sr. Conde da Azambuja ;

o dos Larres, Provedores dos armazéns em S. Sebastião da Pedreira, hoje do sr. Carlos Eugénio de Almeida, Par do Reino ; principalmente antes do 2.º andar corrido, que aboliu e disfarçou os quatro torreões acoruchados que adornavam os cantos ;

o dos Marqueses de Castelo-melhor, ao antigo Passeio público, hoje Avenida, pertencente agora ao sr. Marquês da Foz ;

o dos Condes de Castro-Marim, Marqueses de Olhão no alto da calçada do Combro, onde esteve o Correio ;

o dos antigos Patriarcas de Lisboa, na Junqueira, hoje do sr. Conde de Burnay ;

o dos Marqueses de Marialva ao Arco do Bom Sucesso, hoje do Duque de Loulé ;

o dos Marqueses de Fronteira, em S. Domingos de Benfica ;

o dos Marqueses de Pombal, às Janelas-verdes ; hoje galeria das Belas-Artes ;

o dos Marqueses do Lavradio, ao Campo de Santa Clara ; hoje Tribunal militar ;

o dos Condes do Sabugal e de Óbidos, à Pampulha ;

o dos Condes de S. Miguel na rua direita de Arroios, a fachada apenas, por concluir ;

o dos Almadás, Provedores da Casa da Índia, Condes de Carvalhais, no Largo do Conde Barão (apesar das reconstruções dos séculos XVIII e XIX); hoje sede da Companhia Nacional Editora, onde este volume se está imprimindo (Setembro de 1902);

o dos Condes das Galveias ao Campo Pequeno;

o dos Condes de Resende ao Campo de Santa Clara;

o dos Marqueses de Pombal em Oeiras;

o dos Marqueses de Penafiel às Pedras Negras;

o de Raton na rua Formosa, hoje dos herdeiros de Frederico Biester;

o dos Duques de Palmela, ao Calhariz (o do Rato merece, no seu exterior, mesquinho comentário);

o da Rainha de Inglaterra, D. Catarina de Bragança, à Bemposta, hoje Escola do Exército;

o dos Marqueses da Ribeira, à Junqueira;

o dos Marqueses de Ponte de Lima, hoje dos de Castelo-Melhor, por sucessão à Rosa; e enfim (além de outros que me não ocorrem) este dos Quintelas (1).

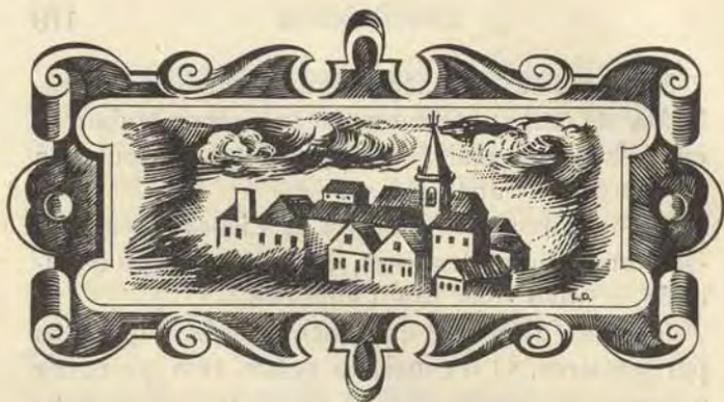
---

(1) O *Inventário de Lisboa*, feito por Norberto de Araujo, excelente publicação municipal, acrescentou esta lista dos palácios lisboetas, fazendo de cada um a descrição e a história. Tal obra, do maior interesse, vai ser continuada, e de certo, ficará como um bom subsídio das residências nobres de Lisboa onde à falta, em geral, de primores de architectura, se afirmavam pela vastidão, essencial para abrigo da numerosa criadagem (a Família, como se dizia), que era um dos sinais de pompa dos palacianos lisboetas. (*Nota de M. S.*)

Mas note-se: não são, (alguns dêles) obras acabadas de engenho e execução; recomendam-se em relação aos mais, e pela grandeza aristocrática da sua figura; apenas isso.

No meio pois dos *palácios* de Lisboa, levantou-se com grande elegância, e um ar distinto e cuidado, o novo solar dos Quintelas.

A frente divide se em cinco corpos, separados por pilastras. O do meio, o nobre, tem em baixo o grande portão da entrada, unido, no mesmo pensamento de ornamentação, à varanda central, que tem também muito carácter. Aos dois lados do portão duas janelas e duas outras inferiores gradadas destinadas a dar à luz vasta loggia para onde desembocam as escadas. Às duas bandas da sacada, que domina o portão, duas outras. Os dois corpos laterais tem cada uma três sacadas, por baixo três janelas de peitos, e por baixo, da esquerda três janelas gradeadas, e o da direita, três portões. Os corpos das extremidades, enfim, tem cada uma janela sacada; e, pela inclinação da rua, o do sul tem outra inferior, e um portão.



### CAPÍTULO XIII

Desde que o palácio foi habitável aí morou o dono. Os Almanques do tempo o demonstram. Toda a Lisboa elegante ali concorreu às festas, e se apinhou nos salões, cujos estuques são de Felix Salla, artista italiano citado por Cyrillo (1) e Raczynski (2).

As iluminações estupendas com que foi festejado o nascimento da Princesa da Beira em 1793 constam de um folheto raro, a que hei-de referir-me detidamente lá para o diante; esse folheto menciona e descreve a sumptuosidade e o bom gosto, com que Joaquim Pedro Quintela iluminou a frontaria.

\*

Entre a rua *do Alecrim* e a das *Flores* seguia, comunicando-as, a travessa *Nova de S. José*.

(1) *Mem.* pág. 272.

(2) *Dict.* pág. 254.

Joaquim Pedro Quintela comprou aí um terreno com 213 palmos de frente, à face da sua bela rua, em frente do seu palácio; e em vez de o utilizar edificando aí prédios, arrasou as baiúcas, terra-planou o chão, e doou-o à Cidade; é o nosso actual largo *do Barão de Quintela*.

Quantos procederiam com bizzarria igual?

\*

Entre os viajantes estrangeiros que falam de nós (por outra: se dignam de fazer-nos a honra de falar de nós, da nossa terra, dos nossos usos, dos nossos merecimentos, dos nossos defeitos), há uns (e *umas*) simplesmente malignos; êsses só engendram caricaturas, em que, pretendendo agredir-nos, se ridiculizam a si próprios. Outros, entusiasmados com o clima, com a paisagem, com a bondade do Povo, com a hospitalidade proverbial da nossa gente, com a mansidão arqueológica e patriarcal dos nossos costumes, desentranham-se em elogios exagerados; lembram os retratos femininos de Madrazo, que, sem deixarem de ser parecidos, são mil vezes mais belos que os originaes, graças aos segredos do claro escuro, da posição e da côr. Outros viajantes, enfim, misturam os encómios com as críticas, e vendem as maçãs maduras de envolta com as verdes.

O anónimo autor do livro *Voyage en Portugal en 1796*, espírito fino e observador, deixou quadros, que, apesar de carregados na tinta, ainda hoje se parecem com a Lisboa de cento e tantos anos atrás.

Referindo-se aos Grandes de Portugal, escreve :

«Não são grandes pela riqueza, nem pelo luxo e magnificência, nem pela representação. Entre êles, só uns dois ou três gosarão de cêrca de 300.000 libras tornesas de rendimento (1). A renda dos outros é infinitamente menor. Os seus palácios apenas são notáveis pelo tamanho; architectura, ornamentação, mobilia, tudo fica abaixo do que usam os particulares de mediana riqueza; a representação dêstes Grandes é nula; nunca têm gente a jantar, nunca dão festas, e recebem pouco. As suas equipagens são ordinaríssimas; não passam de seges; alguns possuem coches, mas vulgares e antiquados. O luxo dêstes senhores consiste em atrelarem quatro machos, em serem acompanhados de um criado a cavallo, de espada ao lado, a quem chamam *escudeiro*, e a ter grande número de criação .....

Êstes Grandes mostram-se altivos, soberbos, pouco accessíveis aos Portugueses; mas são polidos, amáveis, afáveis, affectuosos até, obsequiosos, para os estrangeiros.» (2)

\*

À vista de tais pinturas, exactas em muitos pontos, que formoso foi o papel civilizador dos opulentos filhos do alto comércio, quando, à voz do Marquês de Pombal, e em nome da tolerância

---

(1) Creio que 54 ou 60 contos; mas peço ao leitor não se fie no que lhe digo; em contagem de moedas sou de uma miséria reconhecida por tôda a Europa culta.

(2) *Voyage en Port. en 1796*, pág. 111.



O 1.º Barão de Quintela

C. M. L.  
GABINE C.  
DE ES UROS  
OLISIPONDRES

cristã, se tornaram centros da sociabilidade, promotores do luxo, que é alavanca poderosa, protectores das artes, incitadores do Belo e do Bom, nesta Cidade morta, onde, como acabamos de ver, a bisonhice das altas classes as afastava das classes médias suas irmãs primogénitas, e do povo seu avô!

\*

Os serviços dos Quintelas, a bizarria com que protegiam tôdas as grandes emprêsas industriais, e o patriotismo com que punham as suas arcas ao serviço do progresso nacional, mereceram ser premiados; e para consolidar a estirpe, pediu Joaquim Pedro, já Cavaleiro professo, na Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa Real, do Conselho do Príncipe Regente e do da Real Fazenda, Comendador na Ordem de Santiago, licença para constituir morgado dos seus avultadíssimos haveres; o que lhe foi concedido por alvará de 18 de Junho de 1796.

Com efeito, a 23 de Junho de 1801, numa sala do seu palácio, e perante cinco testemunhas, instituiu essa fundação opulenta com bens vinculados no valor de 423.317,687 réis.

As testemunhas foram:

Pedro de Mendonça de Moura, Fidalgo da Casa Real, do Conselho de S. M. e do Almirantado, Comendador de Rio Meão, Arada, e Maceda, na Ordem de S. João de Jerusalém, Vice-Almirante da Armada Real; morador na travessa *da Queimada*;

Lucas de Seabra Silva, Moço-Fidalgo, do Conselho de S. M., Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, Desembargador do Paço, Chanceler da Côrte e Casa da Suplicação servindo de Regedor das Justiças, e irmão do célebre e infeliz Ministro de Estado ;

Domingos Pires Monteiro Bandeira, Licenciado em Leis, Professo na Ordem de Cristo, Comendador na de Santiago da Espada, Fidalgo da Casa Real, do Conselho Real, Deputado da Mesa da Consciência e Ordens, Escrivão da Real Câmara no despacho do dito Tribunal e do cumum das mesmas Ordens, Mestre de cerimónias delas, Administrador dos colégios de Nossa Senhora da Conceição para clérigos pobres, e do de Jesus para meninos orfãos ; morador a Vale do Pereiro ;

O Padre António Monteiro Velho Rocha ; e Vitorino António Machado, Professo na Ordem de Santiago, e 1.º Guarda-livros do papel selado.

Certamente eram tudo íntimos da casa, o que nos dá alguma luz sôbre a consideração que reciprocamente se tributavam.

O morgado intitular-se-ia *do Farrobo*, por ser cabeça do vínculo a quinta dêsse nome, no têrmo de Vila Franca de Xira ; e, segundo contrato celebrado a 7 de Novembro de 1795, o administrador teria para sempre o padroado do mosteiro de religiosas da Visitação, ou Salésias, adiante da Junqueira.

O instituidor nomeou-se a si próprio primeiro administrador ; por sua morte passaria o morgado a seus filhos legítimos e à descendência déles ;

na sua falta aos naturais legitimados. Se no correr dos anos se extinguisse a geração, passariam os bens vinculados à posse dos hospitais mais pobres de Portugal, com a seguinte condição: cada doente diria, na ocasião de sair curado, estas palavras:

«Deus tenha em paz as Almas do instituidor Joaquim Pedro Quintela, e de seus tios Inácio Pedro Quintela, e Luís Rebelo Quintela, benfeitores dêste piedoso lugar.»

Os administradores ficariam obrigados a usar do apelido de *Quintela do Farrobo*.

A sentença da instituição foi proferida pelo Desembargador João Vicente Pimentel Maldonado (o poeta dos *Apólogos*) em 18 do Agosto de 1801.

\*

Correr a lista dos haveres urbanos a rústicos que formavam este opulento morgado seria interessante, mas levaria muitas páginas; aqui basta-me dizer, que, além de numerosos prédios no campo e em Lisboa, alguns magníficos na mesma rua *do Alecrim*, o palácio de que tratamos foi avaliado em 24 contos de réis

Dava em cara aos próprios estrangeiros a maneira como vivia esta família. Falando da sua casa de campo da estrada de Benfica diz o citado livro *Voyage en Portugal en 1796*:

«...a qua mandou construir nas Laranjeiras o negociante português, Conselheiro de el-Rei, o opulentissimo Quintela, um dos homens mais

afazendados e faustuosos de Portugal.» (1) Êste mereceu ao Príncipe Regente a graça, então rara, do titulo de Barão.

\*

Na lista dos notáveis da familia figura êste Barão de Quintela, cuja personalidade tinha alto valor. O célebre Padre José Agostinho de Macedo aprecia-a bem na *Oração fúnebre* que proferiu nas exéquias celebradas a 30 de Outubro de 1818.

Dedicando a edição do panegírico ao moço herdeiro do Barão, o 2.º Barão de Quintela, diz-lhe entre outras coisas :

«A morte de seu Pai deve ser para V. S. um motivo de lágrimas; a vida de seu Pai deve ser para V. S. um exemplo.»

Ê pena que o douto Prégador Régio não entremesse nas retóricas da sua oração alguns daquêles pormenores da vida, que tanto agradam depois; sôbre a parte biográfica deslizou tão rápido, que só a muito custo lobrigamos a figura, por entre a folhagem de mil côres que rebentou daquêle tronco.

Ainda assim, e deduzindo o que a natural cortesia e os melindres do momento podessem impôr ao autor do sermão, o que entrevemos puramente humano basta para nos fazer amar o

---

(1) ... *Celle qu'a fait construire à Laranjeiras le négociant portugais Conseiller du Roi, le très opulent Quintella, un des hommes les plus riches et les plus fastueux du Portugal.*

homem. De mais a mais, o orador erguia a voz entre contemporâneos, cujo testemunho lhe confirmava as palavras; por isso exclama com afoiteza: «Eu falo diante de um tribunal, em que os juizes são testemunhas, e os que podem condenar são os que podem depôr.»

Macedo mostra-nos o caracter do Barão de Quintela quando diz: «O illustre defunto foi modesto, e foi humilde entre a maior efusão de opulência e de grandeza ..... Foi caritativo; ¿e como? como o manda ser a Religião: não saiba a tua mão esquerda o que faz a tua mão direita.»

Mais adiante diz: «Respeitou a Religião e os seus mistérios; não se envergonhou do Evangelho, nem em suas acções contradisse os juramentos do seu Baptismo.»

Logo depois: «O illustre defunto se engrandeceu a si pelo comércio. ¿E quem há, que não conhecesse nêle o homem magnânimo, o homem verdadeiro, o homem franco? Adorou a verdade; eis aqui a fonte da sua prosperidade e grandeza. ¡Feliz o homem, cuja palavra é uma escritura pública! Feliz o homem, a cuja voz se dá crédito, que à firma da sua mão, ou que ao sêlo das suas Armas; a voz é o homem.»

\*

Refere se aos serviços que o Barão prestou auxiliando emprêsas industriais e comerciais, e diz: «Na sua alta jerarquia serviu a Pátria; e se o guerreiro a serve derramando sangue, êle a serviu

derramando riquezas e opulência, talvez que com igual ou maior vantagem . . . . . *As minhas riquezas* — dizia êle — *são minhas, porque mas deu a Providência; são da Pátria, porque as suas urgências as pedem* . . . . . Em que urgência, em que apuro do Estado se não viram francos e abertos aquêles cofres? É verdade que nos outros membros do corpo do comércio se viram também, e se admiraram, lances e rasgos e um igual patriotismo. Mas êste homem dava com o riso; e muitos, que podiam muito, com as queixas, e muitas vezes com as lágrimas.»

\*

Depois conta Macedo êste caso:

Durante a odiosa residência de Junot em Lisboa, choviam as imposições, as extorsões tirânicas de dinheiro em nome da prepotência. «Quando o pavor de quatrocentos mil braços armados, e estupidamente furiosos, ou descaradamente salteadores, nos obrigava a comprar com a profusão do ouro o socêgo ou a neutralidade, o illustre defunto quiz afiançar a dívida imensa que se contraiu na Holanda e na Grã Bretanha; e bastou o seu nomê, para se ultimar o empréstimo. Ainda que a sua vida não oferecesse outro quadro, êste só bastaria para o immortalizar na memória dos homens.»

Aquêles amaldiçoados nove mezes, em que o estrangeiro se desonrou procurando aviltar-nos, deixaram rasto de sangue e lágrimas em muitos lares. Para Quintela foram nove angustiados séculos de sofrimento, pois debaixo dos seus

mesmos tectos, dentro do seu mesmo palácio, elle, tão Português, foi constringido a suportar, a albergar, a tolerar na convivência íntima, o ridiculo tiranete que se chamou Junot.

Uma vez um homem insofrido desabafou contra os tiranos. Os tiranos condenaram-no à morte. O Barão de Quintela, com a amargura na alma, acerca se do General, e a péso de oiro compra lhe o condenado. Aquêles invasores, que se dobravam ao interesse, fingem enternecer-se, aceitam as somas que o Barão lhes atira, e restituem à vida o pobre sentenciado.

\*

Como êstes casos haveria muitos outros, que não sei.

A morte dêsse homem benéfico foi digna coroa de tal vida. Lá o diz José Agostinho, reportando-se à narrativa do próprio confessor.

Por êstes rápidos esboços se vê que o Barão de Quintela, de quem as gerações modernas pouco falam já, foi um verdadeiro Homem.



#### CAPÍTULO XIV

Tal veio a ser a brilhante origem de outro homem ainda mais notável da mesma estirpe. Aqui nasceu, bafejado e acalentado por uma família já então preponderante, um espirito elevado e culto, um artista de indole, um protector das causas nobres, um dedicado amigo da sua terra. Estou-me referindo a Joaquim Pedro Quintela do Farrobo, 2.º Barão de Quintela, 1.º Conde do Farrobo.

Filho do illustre 1.º Barão, e da Baronesa, D. Maria Joaquina Xavier de Saldanha, nasceu aqui a 11 de Dezembro de 1801, e com o exemplo honrado de seus avós se criou para vir a tornar se, sem presunções, e quasi sem o suspeitar, uma das figuras mais eminentes da sua era.

\*

Não cabe num capítulo a biografia dêle; por isso nem sequer lhe tentarei o esboço. Apenas pedirei às gerações novas, tão esquecidas, em

geral, das nossas glórias, que, em passando no largo do Quintela, se lembrem de que ali nasceu, e ali faleceu a 24 de Setembro de 1869, um dos servidores a quem mais ficou devendo a Dinastia do senhor D. Pedro IV, um dos mundanos que mais trabalharam em favor da Arte, e, muito em especial, em prol da sociedade portuguesa.

Com uma bizarría sem igual, mas filiada já nos exemplos da família, abriu incondicionadamente os seus cofres à politica do Duque de Bragança, e nunca foi embolsado dos seus adiantamentos; com um gôsto apuradissimo, cultivado nas leituras e viagens, e digno dos bons tempos de um Luís XIV, animou as falanges aristocratas, contribuindo mais que ninguém para a convivência delas com as classes médias; com um sentimento cristão, raro entre nós, chamou a si os pobres, e ministrou o honrado pão às classes infimas que o auxiliavam.

¿Que lhe importaram as ingratições dos contemporâneos? a despeito delas, continuou sempre a beneficiar o paiz, que o viu tôda a vida na vanguarda dos melhoramentos industriais.

Foi o Conde do Farrobo o primeiro que na sua quinta da Verderena montou uma fábrica de productos químicos, e para serviço dela e da localidade construiu uma resumida linha férrea em terreno seu.

No extinto convento de Santo António de Vila-Franca estabeleceu em larga escala uma empresa de cultura de bichos de sêda.

Entrou com mão poderosa na sociedade fundadora da Vila-Estefânia em Sintra.

Explorou para beneficio das fabricas umas minas de carvão de pedra.

Não havia enfim empresa útil, que não visse o nome d'ele na lista dos acionistas maiores.

Construiu o primeiro gasómetro que viram domínios portuguezes; e, em quanto Lisboa se alumiaava ainda a azeite de peixe, já o teatro do Conde do Farrobo nas Laranjeiras rutilava com o inverno novo.

Nessa quinta se deram bailes sumptuosos, serenatas, representações únicas, que perante a Europa, ali condignamente personificada, levantavam alto a cotação do nosso gosto artístico, e levavam muito longe o nome portuguez.

Não só nas Laranjeiras. O palácio da rua do Alecrim, que este Conde em 1822, sendo um rapaz muito novo, melhorou bastante, sob a direcção do architecto Hilbradt (1), era prazodado de toda a gente notável e conhecida.

Apaixonado pela arte cénica, geriu o Conde do Farrobo algum tempo, como uma distracção mundana, o Real Teatro de S. Carlos; e a bizzarria com que ali montou óperas novas e danças de grande espectáculo, correndo tudo por conta do seu bolsinho, ficou lembrada.

Os seus numerosos criados eram mandados ensinar a tocar algum instrumento; assim os afastava da taberna, assim os entretinha, assim lhes melhorava o coração em nome da Arte.

---

(1) Asserção de Tinop.

Pergunto: ¿ não são tudo isto serviços relevantes? ¿ Não há neste comportamento da vida inteira uma intenção larga e civilizadora, uma grandeza desusada e principesca? Muito pode o atavismo.

\*

Pois um escritor moderno, que só de nome conhecera o Conde do Farrobo, e só soube das suas festas pela tradição, que lhe chegou sabe Deus como, não hesitou em chamar, de passagem, com ar desprezativo, à quinta e ao teatro das Laranjeiras *um eden de mercieiro rico*.

¿ Haverá nas literaturas de todos os séculos expressão menos verdadeira? ¿ mais ingrata? ¿ mais injusta? O que a desculpa é isto só: não foi filha da má fé; nasceu da supina ignorância.

¿ Mercieiro singular aquêle, que no seu *eden* deslumbrava o corpo diplomático das nações mais ricas e exigentes!

¿ Notável mercieiro, com cujo sangue se ufanavam de estabelecer alianças as casas mais ilustres, como a dos Condes de Lumiares, a dos Condes de Cunha, a dos Marqueses da Ribeira, a dos Condes de Pombeiro e Marqueses de Belas, a dos Duques de Saldanha, e outras!

! Apreciável e atractivo mercieiro, a cujas festas se presavam de concorrer outros mercieiros chamados os Reis e os Príncipes!

¿ Mercieiro apreciador do Belo, em cuja presença tocaram e cantaram, convocados por êle, os primeiros artistas da Europa!

Mercieiro muito fóra do comum, singularíssimo mercieiro, êste artista de alma, para quem era um prazer cheio de finura cristã, realmente comovedora, despir o manto de arminhos de Par do Reino, e ir sentar-se entre os seus servos, educados e ensinados por êle, executando em orquestra composições de difficil desempenho, e sacrificando nobremente nas aras da Arte. Esta democracia de um Conde, Alcaide-mór, Grã-Cruz, e Par do Reino, contrasta bastante com a do *liberal*, que vê na palavra *mercieiro* um apódo, uma pungente ironia.

Confessemos bem alto a verdade: nunca houve mercieiro mais fidalgo, mais benéfico, mais rasgado.

Perdoemos, porém, aquela apreciação leviana, que nem de longe pode ofender a memória do Conde do Farrobo (!).

\*

Não o ofendeu, e em nenhum dos pormenores o abalou. Ocupava, e deve continuar a ocupar, na história do seu tempo, largo espaço êste

---

(!) São de admirável visão critica de uma época e de uma figura, estas páginas de Mestre a propósito do artista elegante e culto que foi o Conde do Farrobo. Entre as manifestações do seu bom-gosto, além do Teatro das Laranjeiras, onde tão grandes festas se deram deslumbrando as elegâncias do seu tempo, há ainda que fazer referência ao galante teatrinho do palácio do Farrobo (hoje pertença do senhor Visconde da Merceana), dependência do solar que melhor fala à nossa imaginativa. A casa que, com a quinta atinente, foi cabeça do morgado que instituiu em 1801, está ao abandono. É um enorme casarão, vasio de mobiliário. O teatrinho

Conde, cujo apurado bom gôsto, cujos sentimentos benéficos, cuja alta generosidade, cujo entusiasmo comunicativo, e cuja opulência, eram e ficaram proverbiais. Se bem me fôsse impossível traçar o quadro completo de tudo isso, preciso (repito) resistir à tentação de o esboçar sequer.

Para as gerações novíssimas o nome do Conde do Farrobo traz em si os vagos sons de uma orquestra que vai passando. Para nós outros, rapazes há quarenta anos, para nós outros, os veteranos quási reformados, dizer Conde do Farrobo é dizer arte, bizzarria, magnanimidade, dedicação.

\*

Entrevê-se nas suas salas aquela figura perspicaz e característica, recebendo os convidados, tendo para cada qual uma frase agradável, e só

---

é uma surpresa, no meio do descalabro geral. A sala apenas chegava para cinquenta ou sessenta pessoas. Cinco bancadas de palhinha doirada formam a plateia, duas tribunas ao fundo, duas frisas de rótulas, junto ao proscénio, discretas como reixas monacais, e é tudo. Doze músicos, que eram em geral os criados da casa, caberiam no vão da orquestra. No palco, enorme em comparação da sala, cortado de calhas e alçapões para as visualidades, passaram as maiores figuras da cena do romantismo lisboeta. Não era preciso ser maior o teatro. Servia tão somente para os convidados do grande senhor, nas noites surpreendentes que êle proporcionava à gente elegante do seu tempo. (*Nota de M. S.*)

ambicionava uma coisa: encarregar-se da felicidade dêles por umas horas. Entrevê-se a alegria daquêles olhos quando via coroados de glória nas Academias de Itália e de Alemanha os estudantes seus pupilos. Entrevê-se, subindo a rua do Alecrim, a caminho do Chiado, com destino à Alhandra, o préstito dos seus palafreiros, dos seus caçadores, dos seus trombeteiros, precedendo as matilhas e as carroagens, quando êle saía, nos seus aureos dias, para as memoráveis corridas às lebres no Ribatejo. Entrevê-se a alegria dêsse homem raro, quando uma vez esvaziou o seu cofre e salvou um Reino.

¡E confrange-se o coração quando se pensa no final de tantas glórias! ¡Os bailes, a caridade, a protecção aos artistas, o incitamento às indústrias, tôda aquella dedicação, tôda aquella estrondosa elegância... feneceram tristemente nêsse mesmo palácio, com a morte silenciosa daquêle homem arruinado e esquecido, a quem o país pagou tão mal os seus rasgos fidalguescos!

.....

\*

Tive ainda a honra de conhecer pessoalmente o Conde do Farrobo, e assisti às duas últimas festas que deu nas Laranjeiras em 1862; pouco depois ardia o teatro. No palácio da rua *do Alecrim* nunca entrei; não sei o que aí fizeram dois mestres, Cinatti e Fonseca; não conheço a disposição dos



O 1.º Conde do Farrobo



salões; nunca passei da escada quando aí fui deixar bilhetes. Não sou portanto competente para as descrições que o leitor desejaria.

O sr. Mendes Monteiro comprou haverá talvez uns vinte e cinco anos o palácio, um dos últimos restos do espólio fabuloso dos Quintelas; dêle passou para seu filho o sr. Carvalho Monteiro (!).

---

(!) Pertence actualmente a sr.<sup>a</sup> D. Maria da Nazareth de Carvalho Monteiro e Almeida, casada com o sr. D. Sebastião de Carvalho Daan e Lorena. (*Nota de M. S.*)



## CAPÍTULO XV

Agora uma rápida vista de olhos aos arredores: Confesso que a tentação é grande de ir seguindo a um lado, a outro; ¶ tinha tanto que dizer! os massos de apontamentos chamam por mim com tanta insistência ¶ . . . ¶ Mas, por Deus! o meu título é o BAIRRO ALTO; e Quintiliano (o meu saúdoso mestre, digo eu com Plínio o moço) preceitua que nunca um autor perca de vista, como norte, o título da sua obra.

Enfim, duas palavras a fugir.

\*

A travessa *do Secretário de Guerra*, crismada barbaramente em rua *Nova da Trindade*, ela que tão *velha* era, ela que procedeu séculos a sua invasora, a travessa *do Secretário de Guerra* tirava nome do palácio dos Cunhas, Secretários heredi-

tários do Conselho de Guerra; o palácio dêles era no sítio do nosso teatro do Ginásio, e ainda tem, como amostra, três sacadas para a banda do Sul, sôbre três janelas de peitos na sobreloja, mesmo defronte da actual travessa *das Portas de Santa Caterina*. Êste palácio tinha ermida, da invocação da Madre de Deus, com pinturas de Feliciano de Almeida (século xvii) segundo opinava Cirilo, e de António Machado Sapeiro. Fica contíguo pelas costas com a igreja do Loreto, e foi o incêndio do palácio, que em 1755 se comunicou àquela paroquial (1).

Falecido o Secretário de Guerra, João Pereira da Cunha Ferraz, foi êste importante officio doado em 12 de Maio de 1746 a Pedro de Melo de Ataíde, Fidalgo da Casa Real.

Aquêles Cunhas foram antepassados do meu falecido amigo o sr. António Pereira da Cunha,

---

(1) O palácio que Mestre Jálilo de Castilho chama «dos Cunhas», foi primitivamente dos Giraldes e passou aos Sá e Menezes, por aliança, como se esclareceu no nosso «O Carmo e a Trindade». Foi à praça em 1708 e foi então que entrou na família dos Cunhas, Secretários da Guerra, tendo-se nessa altara feito importantes obras. A situação exacta do palácio, marca-se melhor no nosso referido trabalho. Corresponhia hoje ao prédio que torneja do Largo do Chiado para a Rua Nova da Trindade, e a parte do prédio que se segue, do lado occidental desta rua, até o edificio do Teatro do Ginásio, agora em transformação. O prédio onde foi o Palácio dos Cunhas, pertence hoje à Caixa de Previdência do Ministério da Educação Nacional. (Nota de M. S.).

pai do talentoso e malogrado Sebastião Pereira da Cunha, e avô de António e Sebastião, a quem dedico affecto cimentado pelo tempo.

Eis aqui a genealogia :

\*

No lugar de Lizouros, freguesia de Coura, Arcebispado de Braga, viviam no século xvi dois irmãos, gente honrada e velha, dai mesmo naturais como seus progenitores :

1 — *Baltazar Pereira*, com quem se continua.

1 — *Duarte Pereira*, Capelão do Duque de Bragança D. Teodósio, e Abade de Covas do Barroso.

1 — BALTAZAR PEREIRA casou com Maria da Cunha, filha de Francisco da Cunha e de Maria Mendes; tiveram :

2 — *António Pereira da Cunha*, com quem se continua;

2 — *Tomás Pereira*, que foi para a Índia, e lá casou.

2 — *Francisco Pereira da Cunha*, Capelão do doutissimo Arcebispo de Braga D. Rodrigo da Cunha, e Abade de Santa Eulália de Sande em Regalados.

2 — *João Pereira*.

2 — *Maria Pereira da Cunha*, mulher de Sebastião da Cunha Barbosa, Sargento mor de Ordenanças em Viana, com quem logo se continuará.

2 — *Isabel Pereira*, mulher de Francisco de Caldas de Sousa (ou de Caldas de Andrade).

2—ANTÓNIO PEREIRA DA CUNHA esteve em seus primeiros anos em casa de Mecia Pereira, mulher de Diogo Ferraz, de Ponte do Lima, irmão do Dr. Baltasar Ferraz, sogro de D. Gastão Coutinho; e sendo maior passou a Madrid, onde chegou a ser Oficial maior de Francisco de Lucena, Secretário de Estado. Era em Madrid agente do Duque de Bragança D. João, depois Rei, e vindo dar-lhe conta dos seus negócios achava-se em Vila Viçosa quando se deu a aclamação de 1640. Acompanhou el-Rei para Lisboa, foi seu Secretário do Conselho de Guerra, Fidalgo da Casa Real, Comendador de Santiago de Pias na Ordem de Cristo. Casou em Madrid com D. Bernarda de Araujo Freire filha de Gonçalo Rodrigues de Araujo, natural de Ponte da Barca, e de D. Inês Freire natural de Madrid; tiveram:

3—*Francisco Pereira da Cunha*, com quem se continua.

3—*Frei Lucas*, Graciano.

3—*António Pereira da Cunha*, com quem logo se continuará.

3—*D. Inês Maria da Cunha* mulher de Miguel Ferraz Bravo, natural do Porto, Capitão da Tôrre de Belém, o qual era irmão de Diogo Ferraz Bravo, que serviu de Secretário de Guerra na menoridade de Francisco Pereira da Cunha que segue; filhos ambos estes Ferrazes de Martim Ferraz de Almeida, que viveu no Porto, Fidalgo da Casa Real por mercê de el Rei D. Filipe IV; netos de Miguel Ferraz; bisnetos de Martim Ferraz; terceiros netos de Gonçalo Gomes Ferraz, que

viveu em Aveiro, e é o tronco destes Ferrazes, a quem os linhagistas chamam *de Aveiro*.

3 — FRANCISCO PEREIRA DA CUNHA sucedeu na casa de seu pai, teve a mesma Comenda, e foi também Secretário de Guerra. Casou com D. Brites de Sousa, filha de Henrique de Melo da Azambuja, e de D. Maria de Sousa, e morrendo êle sem geração, deixou a sua mulher tudo quanto poudes; a viúva ainda vivia em Novembro de 1694.

3 — ANTÓNIO PEREIRA DA CUNHA, irmão do antecedente, esteve estudando em Coimbra, mas deixou a Universidade e foi servir na guerra contra os Castelhanos, no Além Tejo, ficando prisioneiro numa batalha. Foi Capitão de cavalos em Estremoz; e depois da paz, tendo falecido seu irmão primogénito, seguiu para Lisboa, onde el-Rei D. Pedro II lhe fez mercê do officio de Secretário de Guerra, que pertencera ao dito seu irmão. Morreu sem herdeiros; pelo que, a linha da sucessão foi procurar na geração anterior a citada D. Maria Pereira da Cunha.

2 — D. MARIA PEREIRA DA CUNHA, casou em 1637 com Sebastião da Cunha Barbosa, Capitão de Infantaria, Sargento mor de Auxiliares de Viana do Minho, e Cavaleiro da Ordem de Cristo, filho de Gaspar Barbosa de Caldas, e de sua mulher D. Juliana da Cunha. Tiveram filho:

3 — ANTÓNIO PEREIRA DA CUNHA, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real por Alvará de 20 de Agosto de 1703, Cavaleiro na Ordem de Cristo, Governador de Caminha, Mestre de Campo de Auxiliares, o qual reedificou a tôrre de Cunha em Paredes de

Coura, e foi casado em 2.<sup>as</sup> núpcias com D. Maria de Castro Pita (dos Pitas de Caminha), de quem teve, entre outros filhos :

4—SEBASTIÃO PEREIRA DA CUNHA E CASTRO, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Capitão de cavalos, e Mestre de campo dos Auxiliares de Coura. Em 1735 tomou posse judicial da tórre de Cunha, em Coura; tendo casado com D. Rosa Teresa Lobo Soto-maior. tiveram filho :

5—ANTÓNIO INÁCIO PEREIRA DA CUNHA E CASTRO, natural de Viana, Fidalgo da Casa Real, por alvará de 29 de Julho de 1724, Capitão mor de Coura, e senhor dos morgados de sua casa. Casou com D. Maria Joana de Melo Pereira de Sampaio, e faleceu em 1791, deixando, além de outros filhos :

6—SEBASTIÃO PEREIRA DA CUNHA E CASTRO, Fidalgo da Casa Real, Coronel de Milícias de Viana, e na guerra peninsular Comandante de um batalhão. Foi senhor da tórre de Cunha, e dos morgados dos Lobos de Viana. Casou com D. Ana Augusta da Agorreta Pereira de Miranda, de quem nasceu.

7—*António Pereira da Cunha*, com quem se continua.

7—*D. Maria Augusta Pereira da Cunha.*

7—ANTÓNIO PEREIRA DA CUNHA nascido em 9 de Abril de 1819 na freguesia de Nossa Senhora de Monserrate de Viana, Fidalgo da Casa Real por alvará de 4 de Fevereiro de 1825, *senhor do paço e tórre do solar de Cunha* (como elle próprio se assinou), Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Deputado às Côrtes em 1856

e 1862, poeta e prosador de elevado mérito, honradíssimo homem, ornamento do partido miguelista. Casou a 26 de Abril de 1848 com D. Maria Ana Machado de Castelo Branco Correia e Cunha de Vasconcelos e Sousa, filha dos 1.<sup>os</sup> Condes da Figueira. Tiveram :

8—*Sebastião Pereira da Cunha e Castro*, com quem se continua.

8—*D. Maria Amália Pereira da Cunha*, mulher de Manuel Pais de Sande e Castro; com geração.

8—*D. Ana Pereira da Cunha*; casou 1.<sup>a</sup> vez com José de Lima Caupers, de quem enviuvou, não ficando filhos; passou a 2.<sup>as</sup> núpcias com José Barreto de Meneses; com geração.

8—SEBASTIÃO PEREIRA DA CUNHA E CASTRO nasceu a 9 de Fevereiro de 1850, e casou em 1869 com D. Maria Amália de Almada, sua prima irmã, filha dos 3.<sup>os</sup> Condes de Almada. Tiveram :

9—*D. Maria Rita Pereira da Cunha*.

9—*António Pereira da Cunha Lobo de Castro*.

9—*D. Maria da Conceição Pereira da Cunha*.

9—*Sebastião Pereira da Cunha*.

\*

O palácio situado entre as ruas *do Tesouro velho* (ou rua *Velha do Tesouro*), e a *do Oiteiro*, crismadas ambas há poucos anos, é celebre por ter sido edificação de José Ferreira Pinto Basto Júnior, filho de um dos homens de mais incontestado merecimento como industrial arrojado e talentoso, José Ferreira Pinto Basto. A construção

não foi porém desde o alicerce; aproveitou se um casarão antigo que ali se levantava. O edificador novo era tio materno dos nossos contemporaneos Eduardo Ferreira Pinto Basto, Teodoro, Carlos, Alberto, Augusto, e D. Isabel, actual Condessa do Calhariz de Benfica pelo seu casamento com o 2.º Conde.

Abrir os jornais de certo tempo, isto é de há sessenta ou setenta anos, é encontrar muitas vezes menção da família Pinto Basto, em quem de pais a filhos tem passado a honradez, e o inteligente amor do trabalho. A industria portugueza deve muitíssimo a estes homens, cnja união de família, e cujo empenho de beneficiar o público, são proverbiais.

Faltam me elementos para estabelecer a lista, embora sucinta, dos vários inquilinos que tem tido o palácio do Loreto. Sei que no principio do século XIX lá habitava o malcriadíssimo João Lanes, depois Duque de Montebelo, Ministro plenipotenciário da República Franceza junto ao Principe Regente de Portugal. Em Agosto e Setembro de 1802 fazia-se leilão da sua magnífica mobilia (¹).

Aí foram os celebrados bailes chamados *da Peninsula* e por 1840 aí esteve o Hotel Peninsular.

Aí foi o Hotel de Itália; e já parece que estava em 1844, quando aí residiu o Enviado de S. M. o Sultão de Constantinopla Fuad Effendi em Outubro dêsse ano (²). Aí morou também de passagem

---

(¹) *Gazeta de Lisboa* — n.º 35, de 31 de Agosto de 1802.

(²) *Rev. Univ. Lisb.* — T IV, pág. 180.

nesse hotel o grande poeta castelhano D. Francisco Martinez de lá Rosa em 1852. Aí esteve instalado o Ministério do Reino em 1860 e tantos, o hotel Mata em 1889, e também a séde da Companhia do caminho de ferro da Beira alta.

Êste belo prédio foi há anos vendido pelo sr. Reinaldo Ferreira Pinto ao Comendador Nunes Teixeira, que em praça se bateu com outros licitantes, Mendes Monteiro e Manuel António de Seixas, abastados capitalistas.

Os herdeiros do dito Comendador Teixeira venderam a casa em principios de Julho de 1902 por 80 contos de réis à sr.<sup>a</sup> Viscondessa de Valmor, viúva.

\*

Com a residência aí da Legação da França usurpadora, com a estada de vários hotéis, onde se albergaram notabilidades, com o esplendor dos bailes que aí celebraram várias Assembleias, tornou-se êste palácio um dos pontos mais brilhantes da sociabilidade em Lisboa. Isso me obriga a uma digressão nos capítulos seguintes, sôbre a vida elegante e alegre da antiga Capital.



Palácio Pinto Basto (ao Loreto)





## CAPÍTULO XVI

A história da sociabilidade e dos usos e trajos mundanos em Lisboa, a crónica minuciosa dos divertimentos e das modas nas classes elevadas, e nas infimas, seria assunto para volumes, se se tivessem conservado materiais autênticos: mas essas coisas, de si leves e fugidias, desaparecem; depois de arderem e perfumarem, como o beijoim, não deixam residuo. Ainda assim, os farrapos descosidos, que das antigas elegâncias nos restam, são riquíssimos; eu porém não tenho pulso para os manusear e classificar.

Em todo o caso, peço licença aos meus leitores para os acompanhar numa digressão pela minha feira da ladra, sem contudo saber ainda se os levarei longe.

\*

Dos tempos mais remotos pouco alcanço. Haviam de ser muito grosseiras as práticas e as conver-

sações daquêles valentões emproados, daquêles traga-moiros, cuja vida passava na guerra, e cujo alimento era sangue. Deslizarei num relance por sobre os primeiros reinados, cujos usos sociais tentei esboçar noutro livro, e chegarei aos fins do século xv. A observação nada despreza; tudo lhe serve; tudo lhe diz alguma coisa; e para estudar o viver urbano de nossos maiores, até as ementas dos artigos de vestuário e fazendas nos dão luz.

Num alvará de el Rei D. Manuel sobre sisas, de 16 de Dezembro de 1499<sup>(1)</sup> há nomes de antigas fazendas, de todo desaparecidas do comércio, e outras conhecidas; vejo, por exemplo, *brocados* (telas de sêda entretecida de oiro, como se usam nos frontais de altar, cortinas de igreja, e outros paramentos), *sêdas* de tôda a sorte, *chamalotes* (ou chamelotes, sêdas ondeadas), *solias* (fazendas de lâ), *sarjas* (tecidos de lâ e sêda), *hustedas* e *hustedilhas* (fazendas de lâ), *estamenhas* (idem), *fustões* de tôda a sorte (lençaria de linho tecida de cordão), *três*, *holão*, (panos de algodão), e *holandas*; e vejo citadas várias confecções, ou objectos de uso, como *toucas* de mulher, *cocêdras* (cobertores acolchoados, como os nossos antigos *godrins*, ou modernos e estrangeirados *édredons*), *reposteiros*, *mantas bancais* (como quem hoje dissesse panos

---

(1) Tenho-o a pág. 274 do 1.º volume da obra intitulada *Sistema ou colecção dos Regimentos Reais*, por José Roberto Monteiro de Campos Coelho e Sousa (sic).

de mesa ou panos de banca), *toalhas*, *alcatifas*, *tapetes*, *mantas*, *bedens* (capas grandes à moda moirisca), e *lenços* (1).

Tão variados artigos de *marçaria*, com procedências também várias, deviam mais ou menos usar-se cá e em tôda a parte; e é não menos evidente que, no seu tôdo e nos seus pormenores, as diversões sociais das altas camadas eram em Portugal (pelo menos em Lisboa) o que fôsem lá fora; no público é que residia a individualidade, o característico, apreciado dos forasteiros.

«Deleita-se o povo lisbonense — diz certo autor no último quartel do século XVI — com música e aprestos musicais, e até com o tinido de não sei que instrumentos baratos, e com o estralar dos dedos. Quem mais se torna notável nisso é a escravaria, que ao estrépito dos seus tamboris dança nas ruas.

.....  
 «Gosta muito disto a gente baixa, cujas mulheres não podem sempre ensinar aos filhos as danças moiriscas e castelhanas, com certos estalos de dedos e certos requebros, que a Strabão não passaram despercebidos. Os mais apurados usam guitarra. Pandeiros, harpa, alaude, espinheta, tudo isso é conhecido, mas não vulgar (2).»

(1) Essas várias interpretações de termos antigos são quasi tôdas pescadas em Moraes; nunca me enfeito com alheias galas.

(2) «Il (le peuple de Lisbonne) se délecte bien fort au reste des instrumens musicaax et de la musique, mesme au cliquetis de ne sçay quels instrumens de petit pris, et au

\*

Pintar a vida íntima, as cenas de interior doméstico, dos quinhentistas, e as diversões polidas com que se distraíam nas cidades grandes, é difficilimo. A liberdade (às vezes bem pouco decente) das relações dos dois sexos, no século xv, depreende-se de muitos passos do *Cancioneiro* de Rezende; mas é provável que no reinado austéro de um D. João III, e nos subseqüentes, tudo isso se modificasse.

Pouquíssimo nos legaram dèsses pormenores interessantes os escritores do período *aureo* das nossas Letras; e o que nos mandaram, em fugazes descrições, chega-nos quasi sempre através dos cláustros. É principalmente nas narrativas dos cronistas monásticos que podemos achar algumas luzes do viver cidadão. ¿Singular coisa, não é

---

battement des doigtz; mais signamment les serfs qui font à ceste note, et au son de leur tambourinet en losenge, leurs danses publicques, esquelles ils s'eschauffent de sorte, qu'il en revient souvent quelque fraict au maistre de la serve, *partus enim sequitur ventrem*. Si est-ce que la chose plaist bien au comman de Lisbonne, où les femmelettes se trouvent souvent empeschées à apprendre leurs petits enfans à danser à la morisque ou à la castillane, avec certains cliquetis des doigtz et agitation des jarretz, remarquée, par adventure, anciennement par Strabon. Les plus polis se servent de la gaitere: le cistre, la harpe, le lath, l'espINETTE, et les orgaes, leurs sont congneuz, bien que non si communément.»

*Boletim de bibliografia* por Aníbal Fernandes Tomás — T. 1 pág. 167 — Filipe de Caverel — *Ambassade en Espagne et en Portugal de... D. Joan Sarrazim* — 1582.

assim? e verdadeira. Soror Maria do Baptista escreve atrás das grades do mosteiro do Salvador, mas olha para o mundo; Frei Luís de Sousa escreve em Benfica, mas lembra se dêle; Frei Belchior de Santana, Frei João do Sacramento, escrevem na sua cela, mas ante os seus olhos desliza esta ou aquela personagem, que traz em si mesma as bafagens do palácio e das ruas.

Contudo, as observações desses e outros literatos claustrais vêm tão impregnadas de misticismo, roçam tanto ao de leve por certas matérias, para êles talvez pouco interessantes, em parte desconhecidas, ou, por muito comesinhas, reputadas indignas de nota, que pouco servem à curiosidade insaciável dos nossos dias.

Quando lemos nas crônicas monásticas a biografia dêste ou aquêle Frade, outrora cavaleiro e pelejador, desta ou aquela senhora convertida às austeridades do cilício, topamos, numa ou outra frase, algum traço verdadeiro, que nos serve, e nos encanta; mas é tão pouco! Mais e melhor nos dizem os romances de cavalarias, as farças de Ribeiro Chiado, Gil Vicente e António Prestes, o poeta Fonseca Soares (antes de ser Frei António das Chagas), e, em tempos mais modernos, os engraçados palradores do *Anatómico jocoso*, e os rabiscadores de folhetos de cordel; mas quási sempre pintam caricaturas, e não retratos a sério.

Faltam-nos *Memórias*, faltam-nos êsses auxiliares palreiros e despretenciosos dos que se deleitam em narrar a sua vida. Somos nisso a nação menos bem provida, ou mais desgraçadamente falha.

Diz M.<sup>me</sup> George Sand algures ser freqüente ouvir esta frase:

— Oh! se eu contasse a minha vida! que romance comovedor!

Nada mais certo: a biografia exacta e artística de um marítimo da Bica de Duarte Belo, ou de um actor de circo, encerra mundos de sentimento, de tristeza, de alegria, e de ensino para todos, tanto como a vida do mais dedicado asceta, ou a do mais illustre homem de pensamento.

Faltam-nos *Memórias* íntimas de uns e de outros, falta-nos, de todo, esse género literário. Os antigos prosadores e poetas julgaram a baixo da dignidade da pena de pato o despreverem-nos a forma das recepções, o viver doméstico, os serões de família, as cenas de abaladas para longe, as passeatas ao campo, ou um dia de compras na rua Nova.

\*

No trato a sociedade portugueza foi sempre das mais polidas, e é quasi sempre das mais benévolas. O que se diz, o que se alardeia em cumprimentos e protestos corresponde a maior parte das vezes ao sentir do coração. Nem sempre (é clarissimo); há casos, em que a hipocrisia da urbanidade excede o que chamamos *francesia*; é um verdadeiro horror, que enoja as pessoas sinceras; mas esses casos não são regra.

O célebre Feijóo, o alto pensador do *Teatro crítico*, livro velho onde acho sempre novidades, escreveu no assunto da *Verdadeira e falsa urbanidade* boa doutrina; e deixou cair a nosso respeito

um engraçado remoque; por onde se prova o conceito de melifluos em que nos tinham nossos irmãos peninsulares. Segundo esse douto Abade Beneditino, a urbanidade requintada destecha em *zalameria*, isto é, em palavria do ouco, à maneira da *salema* dos Muçulmanos. (Bluteau que diga o que é *salema*).

“SALEMA — nos responde o imortal Dicionarista — palavra turquesca, derivada das palavras com que contumam os Turcos saüdar-se quando se topam: *Ala hyi Zalemaq*, que valem o mesmo que Deus vos salve.”

Voltemos da Turquia à Côrte de Lisboa.

\*

Muito, e óptimo, nos poderia ter deixado Pero de Andrade Caminha em descrições de usos do seu tempo, em narrações de festas de Côrte, em bosquejados retratos de gente ilustre; mas nada fez, e ele que vivia na sociedade mais culta e fidalga, e tinha uma lira tal qual à sua disposição. Imita o seu amigo António Ferreira, dirige louvores e louvaminhas aos seus Soberanos, extasia-se perante o Sá de Miranda, esculpe epitáfios, desentranha-se em galanteios à sua Filis, *formosa, formosíssima, modestíssima, volorosíssima*; tudo inofensivo, mas banal a mais não poder ser.

Apenas num sítio ou outro, a medo talvez, deixa transparecer algum traço de verdade contemporânea, como num Epigrama, *Ouvindo cantar uma rara formosura*; mas não desce a pormenores, não nos diz quem era a formosura, nem como se acompanhava, nem onde era isso.

Uma vez convidaram-no para um festim, e êle, comedido de costumes e maneiras, admira-se do que vê:

Não vi tanto comer nem beber tanto,  
 como nêste banquete festejado;  
 pudera aos costumados dar espanto,  
 quanto mais a quem come tão regrado!

.....

Outra vez, aludindo a certo jantar de cerimónia, a que assistiu, dirige-se ao anfitrião, e deixa-nos entrever algumas minúcias culinárias interessantes, a variedade dos guisados, dos doces, das frutas, dos vinhos, e até os gelados à moderna; e diz êle:

Convidaste-me a mim, a aos que quiseste;  
 fomos com grã largueza agasalhados;  
 mil várias aves, várias carnes deste,  
 várias doçuras, frutas, e guisados;  
 para uns vinho excelente ali tiveste;  
 outros foram de neve refrescados.

Pouco mais se poderá respigar dêste género de cousas por aquêle oceano de pesadas bagatelas. Grande lástima, repito.

A João de Barros, a Miranda, a Ferreira, não se podiam exigir as observações e descrições minúsculas de usos que nos seria hoje tão agradável conhecer; mas Andrade Caminha, que era um cortesão, um mundano de certo engenho, um almiscarado da era de quinhentos, devia, desde que pegou na pena para escrever, deixar-nos mais subsídjos. Envolvido na onda das diversões da



Doutor Francisco de Sá de Miranda



populosa Lisboa, não percebe quanto nos interessariam mil nadas dos antigos costumes; olha, quasi com inveja, para o remanso do Minho, onde na quinta da Tapada o Mestre presidia de longe a faina literária :

Ah ! prudente Francisco, desprezaste  
sempre as cidades vãs,  
cheias de maos enganosa, vãos negócios;  
louvas teu doce Neiva, as águas sãs  
da tua fonte, as fuitas que plantaste,  
as aves que oves, os teus santos ócios.

É grande pena, repetilo-hei sempre, que o Andrade Caminha por exemplo, que estava (como se diz vulgarmente) com a faca e o queijo na mão, nos não descrevesse um sarau na Ribeira, ou um jantar em casa do Infante D. Duarte.

Sempre o desprezo da vida real, e o seu disfarce em linhas clássicas ! Sempre a pintura vaga, que tanto podia convir à civilização da nossa terra, como à das outras ! Nenhum traço característico dos usos peculiares portugueses !

Se elle tivesse querido, ou se esse modo de observar fôsse costume da sua literatura, havia de ter achado na memória muitos *tipos* curiosos da Corte velha, que hoje seriam verdadeiros mimos para nós. Bastava que desenhasse a *morte-côr* algumas das Damas do Paço, suas conhecidas, com as suas gorjeiras de caça e os seus vestidos de brocado, para nos legar preciosas jóias artísticas e históricas.

No tempo dêle o *galante*, o moço-fidalgo madri-galesco, mariposa de palácio (como disse Castilho algures), era certamente para ver e ouvir. Os seus ademanes, o seu tabardinho curto, o seu *curto pe-*

*lotinho*, os seus *golpi-nhos*, o seu pisar miúdo e cauteloso, e o manso e aflautado do seu falar, tudo eram poemas de ninharia, que não passaram despercebidos a Garcia de Resende, e pintam uma época.



Mancebo nobre quinhentista  
em traje de Côte

\*

Havia nêsse tempo as chamadas danças altas, que hoje dizemos *puladas*, e as baixas, que para nós são *passeadas*. Entre as do primeiro grupo figurava o *tordião*, vindo de França, e lá denominado *tordion*, ou *tourdion*, dançado a três tempos, com muitos passes e ademanes. Caminha certamente o pulou com as suas ilustres colegas da Côte; mas nunca alude a êle, porque essas cousas eram reputadas vulgaridades pouco para se escreverem em poesias que falavam de Palas, Júpiter, e Saturno.

\*

Outro autor, contemporâneo do Caminha, nos poderia ter dado boas notícias; e deu-as até certo ponto, mas tão embuçadas em convencionalismos românticos, que mal podemos hoje aceitá-las na sua valia verdadeira. Refiro-me ao imaginoso Francisco de Moraes na sua interessantíssima *Crónica de Palmeirim de Inglaterra*.

Um *serão de sala* nos descreve êle (1), em que a Infanta Polinarda e as damas tôdas se vestiam com grande riqueza, assim como os cavaleiros. Sentou-se cada um dêles junto da dama a quem mais queria; e em alegres conversações passaram todos boa parte da noite.

No dia seguinte, depois de tôda a Côrte assistir à Missa solene, passou-se ao jantar. Os homens trouxeram as senhoras pela mão, e sentaram se onde mais lhes agradou. Se isto representa ao certo etiquetas palacianas, difere um tanto do que usamos; as senhoras vão pelo braço, e não pela mão, dos homens; e os lugares nos banquetes de aparato acham-se de antemão destinados segundo as categorias.

Tornando a narrar um festim, diz-nos noutra parte o mesmo escritor (2), que aí se viu ordenança diferente da que então se costumava, porque, em vez de se sentarem os homens em mesa diversa da das senhoras, todos comeram misturados, em promiscuidade.

---

(1) Parte I, xxvi.

(2) Parte II, cap. cliv.

Pouco valem como *história* estas minúcias; contudo não as quis omitir.

\*

Aludi ainda agora aos cronistas monásticos como boas testemunhas. Os inventários de trajos e jóias também indirectamente são adminículos, e mais as crónicas Reais, ainda que estas só se referem (e de passagem) a alguma festa de bodas ou recepção nos paços dos Soberanos. Da nobreza e das altas classes médias só os monges nos deixaram quadros, que apesar de empoeirados e *crescidos* (termo de pintor), são muito para consulta.

\*

Aqui me ocorre agora o desenho descritivo de um interior de família nobre nos fins do século xvi. Querem ver?

D. Ângela de Noronha, mulher do Mestre-sala da Rainha D. Luísa, era irmã da virtuosa Freira Carmelita descalça de Santo Alberto, Soror Maria de S. José; e escreveu da sua santa irmã algumas memórias que entram como provas documentais na Crónica dos Carmelitas (!).

Eram D. Ângela e Soror Maria filhas de Luís Lopes Lobo, cuja varonia era Alvito, e de D. Inês de Sousa. Nasceu Maria em 1586, professou em 1605, e faleceu em 1625. Da sua vida religiosa não tratarei; é um compêndio de virtudes, exaltações, sobressaltos de escrúpulo, assombros de dedicação e amor do próximo. Aqui só quero

(!) T. I, pág. 664, 666, 674.

mostrá-la tal como era em pequenina, na casa de seus pais, em Setúbal; alvorecendo para o misticismo; iludindo as vigilâncias; quebrando a obediência filial, com o fito em mortificações precoces; comendo no mesmo prato com sua irmã à mesa materna, mas dando, muito disfarçada, quasi todo o seu quinhão a uma criança que ali tem de pé atrás da sua cadeira; erguendo se de manhã cedíssimo, logo que tangia a campá do próximo convento; entrajando de Carmelita o menino seu protegido pobre; trocando a casa de estrado pelo oratório horas a fio; preferindo aos trajos ricos, e graciosos toucados da moda, um simples vestido de raxa alionada e toalha sem goma, como as moças de serviço; sendo a carinhosa enfermeira dos de casa, sem repugnâncias, sem cansaço; e por fim, vencidas as oposições maternas, penetrando a súbitas, e por piedosa fraude, na cláusura de Santo Alberto das Janelas Verdes, em Lisboa.

Estas austeridades excepcionais mostram nos, como reverso da medalha, o viver das classes elevadas. Se tudo isso se notava em casa, se tudo se combatia, era por não ser habitual. A senhora portuguesa era muito devota, mas nem sempre tomava o caminho da porta-falsa do mosteiro.

A relação de D. Ângela de Noronha dá-nos pouco, mas alguma coisa nos dá. Não entrevemos sequer o chefe da casa, não, mas lobrigamos alguns pormenores caseiros: o costume antiquado de comerem no mesmo prato, por familiaridade, por intimidade, que motivou um provérbio ainda hoje vivo; a maneira simples do trajar das servas;

as aspirações mundanas das familias mais austéras; a casa de estrado, ou sala de visitas (como talvez se dissesse hoje); a influência monacal, que até ao vestido das crianças se estendia; e outros nadas, que, pela sugestão, são muito para quem os sabe vêr ao microscópio.

A ideia religiosa tinha tanto poder, que até no Paço dominava, e se enroscava nos usos cortesãos. Haja vista aquella Dama da Rainha D. Caterina, que ouvindo lêr a vida e acções da gloriosa homónima de sua Real Ama, Santa Caterina de Sena, se sentiu aba'ada da devoção de vestir o hábito da Terceira Regra de S. Domingos, e para isso pediu à Rainha a necessária licença; e a Rainha (diz o eminente cronista dos Dominicanos) «como senhora tão católica lha deu graciosa e alegremente, ajuntando condição, que mais fez estimar o favor: que não fôsse parte a diferença do trajo, para deixar de a acompanhar, em todos os actos e tempos, como as mais Damas».

Frei Luís de Sousa não lhe pôe o nome, mas declara tê-la visto muitas vezes, com o seu hábito de Dominica entre as donas e donzelas do séquito da Rainha (!).

\*

Contudo, a Lisboa Filipina não primava pelo luxo, pela convivência; a politica dera cabo do que se usava uns quarenta anos atrás. Nem havia

---

(!) *História dos Dorr.* — P. III, pág. 143.

Côrte em Lisboa, nem os Grandes pensavam em recepções; os fieis esperavam, no silêncio do desânimo, o advento de uma era nova; os que tinham abraçado a recente ordem de coisas, viviam longe, e mendigavam ao Castelhanao titutos e comendas.

Os lisbonenses ricos vegetavam monotonamente, nas suas casas ou quintas, e enquanto não eram deportados para a Catalunha ou para os Brasis, a pelear por el-Rei D. Filipe, exercitavam-se, mais ou menos, nos seus jogos favoritos.

\*

Enquanto Lisboa jazia adormecida e manietada, enquanto não soava o momento da nossa redenção politica, não creio se pensasse muito por cá em luxo e sociabilidade.

Caverel, observando sempre os usos de uma terra tão estranha aos seus olhos, diz que o geral do povo não se excedia, nem no custo nem nos feitios do trajar. Vestia-se geralmente um farragoulo largo, de pano de lã, ou de pano holandês ou italiano, de lã e sêda, ou droga semelhante, descido até à barriga da perna, e com isso se disfarçava o acanhado custo do pelote e das calças.



Popular lisbonense  
em trajo de rua

Sobre isto um capote de analoga fazenda, mais comprido, envolvendo tudo. Notou o mesmo viajante maior desperdício nas senhoras; essas usavam nos pés uns chapins, ou socos elevados; pelo que, eram constrangidas a não poderem correr, e a caminhar vagarosamente, e muita vez com o auxilio de algum pagem, ou negro, ou do próprio marido; *desperdicio* que não chego a entender, porque o dito narrador confessa logo adiante, que tôdas trajavam com modéstia, e apareciam meio veladas (1).

---

(1) Il (le peuple de Lisbonne) n'est pas excessif ni en prix ni en façon de son acoustement, portant ordinairement quelque casaque essez longue de drap de baye, de frisette, ou de saye, et chose semblable, qui estant longue jusque aux jarretiers, couvre le petit prix des chausses et du pourpoint, le manteau d'estoffe pareille et plus de longueur couvrant le toat et mesme les brosqains dont ils usent ordinairement pour bas de chausses. Il y a plus de superfluité ès hauls patins des femmes, de quoy leur est force de marcher gravement, et souvent avec appay de quelaque page ou nègre, ou bien de leurs maris mesme, au reste modestement accoustrées et a demy voylées.



## CAPÍTULO XVII

Com a restauração da dinastia legítima, e a entrada de el Rei D. João IV, houve certamente uma expansão de sociabilidade. As alegrias de 1834 lembram muito as de 1641. Mnita gente que estava em cárceres, saiu; muita que andava fugida, tornou para Lisboa; e os nossos entusiasmos peninsulares tomaram largas bem lícitas depois de sessenta anos de abjecta subserviência.

\*

Pouco sei dessas folganças da Côrte e da aristocracia, a não ser o que já descrevi noutros livros; mas encontro no que dizem, aqui, ali, antigos escritores, preciosas minúcias, que nos atestam o luxo do século xvii.

Francisco Rodrigues Lobo, descrevendo certa senhora numa novelasinha da *Côrte na aldeia*, pinta-a dêste modo:

«Saiu ela do coche.....  
vestida de uma tela verde semeada de borboletas de oiro, que lhe estava muito bem, porque dava graça à neve do seu rosto.....  
Os olhos tão alegres, que parece que se vinham rindo das estrêlas, como os cabelos o poderam fazer do sol, se êle já não estivera escondido de pura inveja. Sôbre êles trazia uma rede de prata, cujos laços se rematavam com perlas à maneira de camarinhas; e da parte esquerda três plumas altas, uma branca e duas encarnadas, prêsas a um camafeu. Sôbre os pensamentos das orelhas <sup>(1)</sup> rosas de flores <sup>(2)</sup> perfiladas a oiro, e pendurado em cada uma um Cupido, que quebrava o arco sôbre um diamante. No pescoço uma volta pequena <sup>(3)</sup>, com pontas de aljofares muito miúdos, e uma gargantilha de uns passarinhos de oiro com os peitos esmeraldas. As criadas vestiam de setim amarelo gualde, com guarnição de prata.»

---

(1) «Antigamente em Portugal eram umas arrecadas de uma vergainha de oiro, cujas pontas fechavam até o meio, entrando uma pela outra. Da delgadeza da obra deviam de tomar o nome.» — Blateau — *Vocab.*

(2) Espécie de laços de ourivesaria.

(3) «A tira de pano que cinge o pescoço pregada no cabeção do jabão.» — Blateau — *Vocab.*

Poderão objectar-me; essas pinturas são fantasia romantica. Certamente o são, mas calcadas sobre o que usava a sociedade alta em dias de el-Rei D. Filipe III, e provàvelmente de el-Rei D. João IV.

\*

Já durante a Regência do Príncipe D. Pedro, em 1668, se pensou muito a sério nas demasiaz do luxo, que esmagavam e amesquinhavam um Reino tão pequeno. Para os nossos costumes nacionais, a invasão das modas da dissoluta França eram novidade, que fazia arripiar as carnes. Por várias vezes falou bem alto a pragmática; eram os avisos do bom senso; mas a loucura pública parecia requintar.

Dez leis sumptuárias conheço dos Romanos; não seriam menos as nossas. Cito aqui as do regimen filipino; acho-as em 1609, 1610, 1611; continuam depois da restauração; tenho apontadas as de 1643, 1644, 1668, não falando nas que entraram por tempos mais modernos (1).

---

(1) Passam de oitenta as leis samptuárias que em Portugal se publicaram, as quais no que dizia respeito ao traje dos nobres, tinham escassa duração, senda às vezes os próprios soberanos a esquece-las. No terceiro volume da nossa obra «Depois do Terremoto», tentamos compendia-las, e comenta-las, a propósito das proibições que affectavam a Real Fábrica das Sedas, criada no tempo do quinto João. Para lá se remete o leitor curioso desta matéria accessória da vida da cõrte lisboeta. (*Nota de M. S.*).

A pragmática salvadora tendia no terceiro quartel do século XVII: a atalhar o escândalo dos trajos, tão desmedido, que tocava em desonesto.

... «Os homens — diz um coevo — andavam enfeitados como mulheres, e as mulheres nuas



Mancebo no rigor da moda  
no 3.º quartel do século XVII

como maganas»; e acrescenta: «O excesso facilitava o uso, vestindo o oficial e o mecânico tão custoso, que já se desprezavam os chamalotes, e se tinha a sêda por grosseria; e o pior era que as rendas de prata e oiro se viam onde não havia oiro para prata; e o desonesto dos trajos rendia para os trajos desonestos, sustentando-se o brio muito à custa da honra, com tal devassidão, que já se não reparava em faltarem as mulheres em serem honra-

das, contanto que se avançasse a saírem bem vestidas. Os que o pagavam, o pagavam do que não tinham; com o que, nem havia fazenda segura, nem honra estimada, tendo-se por gala o furto, e por bizzarria o desonesto, crescendo ao passo das demasias humanas as ofensas divinas.» (1).

(1) Monstruosidades do tempo e da fortuna — pág. 44.

Isso tudo é tal qual assim. Se as senhoras furtavam aos homens o uso de elevadas bengalas com ricos castões de prata e oiro, os homens vingavam-se em trajar como mulheres, trazendo plumas, lacinhos, rendas de preço, pedras preciosas, bordados, cabelos soltos, borlas, fazendas vistosas, renques de botões grandes e pequenos, e tudo quanto pode constituir um trajo afeminado.

E lá iam eles pela rua, deslizando, que não andando, num saracoteado gracioso, que parecia o ondular de um barquinho veleiro; lá iam com o seu laço enorme de gravata, as rendas a cachoar do peito e dos punhos, e, na ponta do talabarte muito descaído, o espadim de punho historiado, mandado de propósito comprar em França.

\*

Há em vários rabiscadores do tempo alusões claras à invasão importuna das modas forasteiras, e à sua ridículo implantação em Portugal. Nisso deram sempre o almiré as senhoras mais em evidência nas classes elevadas. Duas grandes elegantes, e legisladoras absolutas da bagatela doirada, foram as Marquesas de Nisa e de Arronches, segundo uma antiga crítica manuscrita, que possuo, e que, no estilo do tempo, livre e lardeado de segundos sentidos, deve ser pintura fiel. Transcrevo o trecho :

“... As senhoras andam succintas e imprensadas, e afrancezadas, que suppõem que é defeito trajarem como as Portuguezas; e assim, indo de

redondo, todas as cortinas são poucas para se fecharem; porém graças a Deus que nos sustenta ainda.

«Vimos os guardas-infantes das senhoras Marquezas de Nisa e Arronches, que estão bradando e dizendo *Campus ubi Troja fuit, e Hoc opus hic labor est*. Ninguem estuda como ha de ser Portuguez, mas sim como ha-de ser estrangeiro. Fomos, os Portuguezes, os mais amantes da Patria que houve; e hoje parece que todos a negamos, porque quem não quer que o conheçam por frade despe o habito. Finalmente, quantas extravagancias e buzearias podem fazer ridiculo um bonecro, são galantarias, que se applaudem com boa aceitação na Côrte, a titulo de modas; e quanto mais desproporcionadas, tanto mais agasalho teem.

«Podem-se conhecer as mulheres, como em algum tempo as gallinhas, pelas calças, porque umas as trazem amarellas, outras azues, pela maior parte de côr de papoilas; e rara a que não traz hoje nas mangas mais pano que um barco do Alto nas velas, ainda que seja muito fraca-roupa; e parece que este genero mudou de natureza; e se o miolo, como cuida, lhes não dá alguma volta, ellas com fitas dão tantas na cabeça, que parecem bandeiras de navio Hollandez» (1).

---

(1) Volume manuscrito que possao, intitulado *Miscelânea em verso*. fl. 221 v. e 222.

\*

A propósito das duas elegantes Marquesas acima citadas: conta outro palrador o seguinte a respeito da de Távora em 1672. Pelo que se vê, tinha muito mau génio. Eu digo em duas palavras o que sucedeu, e que nada ofende o carácter da illustre senhora.

A Infantinha D. Isabel Maria Luísa Josefa, nascida em 1669 do primeiro casamento de el-Rei D. Pedro II, tinha uma ama, ou aia, que a vestia, a acompanhava, a servia; rapariga não nobre, mas com umas mãos abençoadas para todo o género de habilidades. Todas as senhoras do Paço a estimavam e tratavam, até por uma prenda em que era exímia, singular, *guapa* (segundo a expressão dos peralvilhos): o pentear. Naquele tempo isso do pentear era assunto de costa a cima!

Havia grandes e sábios *artistas capilares*; sessenta anos depois, brilhava defronte do convento da Esperança (sítio muito concorrido então) um cabeleireiro francês de fama, Monsiur Emmanuel Auroy, de quem eram avoengos profissionais os do tempo da prenadíssima aia da Infantinha.

Ora correu um dia com insistência nos palatários de Lisboa uma extranhíssima novidade; e dizia-se:

— Não sabem? a ama da senhora Infantinha foi agatanhada pela snr.<sup>a</sup> Marquesa de Távora.

Uns acreditavam, outros não; uns contavam o caso de um modo, outros de outro. E diziam os tidos por mais bem informados isto assim:

A Marquesa pediu à aia que lhe penteasse a filha, que devia ser D. Inês Caetana de Távora, depois

Dama da Rainha, e Condessa de Alvor; ou D. Leonor Tomásia de Távora, de quem falei no volume antecedente.

A aia saiu-se a primor; e, sôbre rogos e súplicas de ambas, prometeu não repetir tão maravilhosa obra em nenhuma outra senhora. Não se falava senão no tal penteado. A Ribeira, o Côrte-Real, o Terreiro do Paço, e a rua Nova, encareciam aquelas supremas elegâncias.

Nisto, a mulher de um valido, que se não sabe quem era, tanto seduziu a talentosa cabeleireira, que a tentou a quebrar a promessa, e obrigou-a com as blandícias que melhor sabem obrigar, a penteá-la tal como tinha penteado a filha dos Marqueses de Távora. E logo depois, quem nos afirma que não apareceu, muito de caso pensado, no seu lindo vestido esguio de sêda da Índia, corpete de bico e degotado, sôbre saia de brocado de outro matiz, e meneando, como em triunfo, o seu rico leque muito grande, transparente e de varetas historiadas, nalgum jantar de aparato, ou nalgum concerto do Paço, onde levou os aplausos das entendidas?

Entre as *entendidas*, houve porém uma, que se doeu até às intimas fibras do coração; foi a Marquesa. Mete-se num coche, corre ao Paço, entra nos quartos da Infanta, e, tôda trémula de raiva, procura a aia. Mal a vê agarra-a, sacode a, des-penteia-a com os empuchões, e diz-lhe cara a cara o que Mafona não chegou talvez a dizer quando desabafava os seus ódios ao toucinho.

Faz-se ideia do reboliço! a aia chorava, a Infantinha soluçava, a Marquesa vociferava.

Quando a Princesa D. Maria Sofia, depois Rainha, soube do desacato, obteve logo ordem de desterro contra a Marquesa de Távora.

Esta historieta, que hoje contamos a rir, assumiu de certo proporções medonhas quando se representou ao vivo no mês de Novembro de 1672.

Há lá nada mais terrível neste mundo do que o *mulherio açanhado*!!<sup>(1)</sup>

---

(1) Consulte-se o livro *Monstruosidades do tempo e da fortuna* — pág. 204.



## CAPÍTULO XVIII

E assim conversando, eis-nos chegados aos dias alegres de el-Rei D. João V.

Aí sim, encontra o escritor de costumes muito onde respirar: os casamentos Reais, os cumprimentos de anos no paço da Ribeira, os concertos nas salas da Rainha, os saraus dos nobres nos seus palácios do Loreto, da Anunciada, de Pedrouços, e nas casas, já muito cultas, dos ricos mercadores nacionais e forasteiros.

De entre numerosos nomes que esqueceram, um sobrenadou, no grupo das cantoras de sala, na falange das senhoras amáveis, que tanto contribuíram, com a sua condescendência e o seu talento, para abrilhantar as assembleias, as reuniões, as funções, as serenatas, de nossos maiores. E sabem quem nos conservou esse nome? a poesia. É graças a Tomás Pinto Brandão, que ficamos conhecendo a elegante Mariana Rubim.

Dirigiu-lhe o poeta um *romance*, que não fujo a transcrever.

Está-se mesmo a vêr a galante menina: desempenada, ondulante, e como que imprensada no seu justilho de sêda, braços nús até ao cotovelo, cabelo empoadado, e rostinho travêssos mosqueado de sinais. Pediram-lhe cantasse; fêz-se grave; apertaram com ela; está brilhante a função; há bons apreciadores; anuiu. Levantou-se modesta, corando levemente, e aceitou o braço ao dono da casa, que todo cortês a veio buscar. Comprimidô entre as pequeninas mãos o lenço de rendas e o leque, ei-la junto do cravo. Vai acompanhá-la um professor de nome. Quando dão por ela, todos atendem; chegam às portas; faz-se silêncio.

Mariana, um pouco trémula, ergue a voz suave e cheia, e canta com lindíssima pronúncia italiana algumas árias de Corelli ou Pergolese. muito saboreadas, muito aplaudidas de todo o salão. (É preciso notar que nos antigos cravos, de cinco oitavas apenas, o acompanhamento era singelo e muito leve; por forma que deixou brilhar a voz sonora e resoluta da cantora.)

E ei-la voltou para o seu lugar, entre aplausos.

— Guapo, minha senhora! guapo! — exclama um fidalgote comprimentando a rápido com uma mesura de pé cruzado.

— Gosto sempre muito de a ouvir — pondera um Desembargador sentencioso; — mas desta vez excedeu tudo, senhora D. Mariana.

— Oh Mariana, que bem cantaste! foi linda esta ária última — diz uma amiga.

Ela, confusa e radiante, agradecendo a uns, agradecendo a outros, sorria; depois afeiçoando os tufos da saia, sentava-se, entre o sussurro geral.

Tomás Pinto não a perdia de vista; observava-a com o seu olhar de águia.

Daí a pedaço foi-se dançar. Mariana, requestada pelos populares mais galantes, executou os sabidos passos com maestria igual à dos trinados.

Tomás Pinto, com ar galanteador, deitava-lhe a luneta cá de longe.

Escutemos o que êle escreveu ao chegar a casa, e lamentemos que os genuínos cortesãos da era de quinhentos nos não deixassem análogos paineis, das *formosuras* que ouviam cantar e dançar nos serões do paço do Castelo, nos de Alfama, nos do nosso Bairro alto, emfim, que tanto lucrariam em ser conhecidos!

E basta por agora. Tem a palavra Tomás Pinto Brandão.

À SENHORA MARIANA RUBIM  
A PRIMEIRA VEZ QUE A VIU E OUVIU CANTAR

*Romance*

Quem quizer saber qual é  
ama que eu ouvi e vi,  
como nenhuma cantar,  
e mais que tôdas luzir (!),

---

(!) Brilhar, diríamos hoje.

não se cance em ir mais longe;  
e, se se fiar de mim,  
dela os sinais lhe darei,  
como ela mos deu de si<sup>(1)</sup>.

Seas olhos (Jesus me valha!) ...  
muito em vê-los padeci;  
que olhos foram a mea ver,  
e raios a mea sentir.

As mais, à vista da sua,  
não podem a boca abrir,  
que pode a todos vender  
ambar, coral e marfim.

A cara val mais que muitas,  
porque eu muitas vejo aqui  
carinhas de oito tostões<sup>(2)</sup>;  
e esta, nem de dobrões mil.

O mais, apanhado às mãos,  
ou aos pés, que encobrir quis<sup>(3)</sup>,  
não é nada; tudo é alma,  
pois é toda um Serafim.

Se talvez<sup>(4)</sup> aplica ao cravo  
aqueles seas dez jasmims,  
é dos ouvidos e olhos  
um harmonioso matiz.

---

(1) Isto é: eu pela descrição lha darei a conhecer, ou lha farei conhecer, como ela se me fêz conhecer a mim.

(2) Ainda hoje se usa familiarmente dizer uma *carinha de oito tostões* para designar um rosto insignificante.

(3) Ininteligível. Porque se empenhou ela em encobrir os pés? havia de encobri-los tanto como as outras senhoras. As modas eram iguais para todas.

(4) *Talvez* significou alguma vez, uma vez ou outra. *E talvez convites* — disse D. Francisco Manuel de Melo.

Ela é no italiano  
mais que tôdas varonil,  
que as outras aprendem momos,  
e o Momo é dela aprendiz (1).

Sea canto é quási divino;  
e tem, para ser assim,  
toques do Espírito Santo,  
que hoje é sea mestre feliz (2).

Quando com graça se move  
ao chamado de um violim,  
as almas nas voltas (3) mete,  
e nenhuma sai dali.

Tanto ar nas cabriolas (4)  
mostra o seu corpo gentil,  
que do abalo de seus pés  
tremeram os meus quadris.

Para enfeitiçar as almas  
engenho tem tão subtil,  
que quem a chegar a vêr  
o mea mal há-de sentir.

É uma preciosa pedra,  
que sea pai soabe palir  
na oficina de sua mãe;  
mais que Diamante, é Rubim (5).

---

(1) As outras raparigas que desejam cantar em sala aprendem gestos e trejeitos teatrais; Mariana é tão hábil, que o próprio Momo, que entretinha o Olimpo, se daria por aprendiz dela.

(2) José do Espírito Santo, músico e organista de grande reputação no tempo.

(3) Termo de dança.

(4) Termo antigo de dança, hoje perdido.

(5) Trocadilho com o apelido da menina e o nome de uma pedra preciosa.

É pedra de tal valor,  
que ea em memória a meli (1),  
e o coração para engaste  
lhe darei, se lhe servir.

É um sol, que quem pretende  
buscá-lo no seu zenith,  
não sómente ao Bairro alto,  
mas à Glória há-de subir (2).

Se inda não sabem quem é,  
e querem seu nome ouvir,  
não é Maria, nem Ana ;  
e o que não é, é enfim (3).

\*

Acabamos de ver a senhora lisboeta em sala, cantando e dançando. Se os seus requebros vocais tinham muito que ouvir, os seus menuetes tinham que ver. Os antigos passos coreográficos eram uma espécie de cenas cómicas representadas a sério para deleite dos espectadores, que aos dançantes prestavam tôda a melhor atenção. Como havemos hoje de compreender isto, no desleixado passear das nossas contradanças!?

\*

Espreitemos agora de relance a nossa antiga patricia, quando sai às festas de Igreja, à tarde, a

(1) Ainda hoje chamam *memórias* a certos anéis oferecidos por pessoa querida. Trocadilho.

(2) Moraria algares no alto da calçada da Glória ao Bairro alto.

(3) Deliciosa esta charada final! Quando isto foi repetido! E a graça que Mariana lhe achou!

pé (que à Missa era mais fino ir de sege). Lá vai ela com as suas criadas; caminha de vagar, com seu rico manto de lustro, saia de bambolins (ou folhos), guardapé (saia de baixo) de folhado, com prisões (ou apanhados) de galão estreito, colete à inglesa com palatina (cobra de peles), e luvas de pala (ou canhão). As jóias que leva são broche no peito, colar de pequeninas pérolas no pescoço, sua cruz de diamantes e esmeraldas, outras pedras no topete, e aneis.

Ao entrar no templo, recomenda o engraçado *Anatómico Jacoso*, «vá andando muito de mansinho, por modo de quem não quer acordar alguém» (1).

Que exacta e firme pintura!

\*

Se antes dela sair a tivessem procurado em casa, certamente não anuiríamos ao convite indiscreto do citado *Anatómico*, de a espreitarmos no seu erguer; mas não creio indiscreto passar uma revista aos petrechos do seu toucador de espelho; o mesmo guia nos diz, gracejando sempre:

«Na banquinha terá tudo que pertence à crena da cara: um vidro de agua do rosto; uma tijellinha com brandura (2); outro vidrinho com oleo de jasmíns; tijellinha de côr; algumas pomadas de varias castas; uma caixinha com signaes;.....

---

(1) TOMO I, pág. 76.

(2) Algum *bazulaque* de abrandar ou amaciar a pele, como o *cold cream*.

Tenha um penteador de rendas, duas toalhinhas para alimpar, mais dois paninhos com que se assenta a côr e se alimpam os dedos, que ficam untados com as enxundias do rosto; uma escovinha de alimpar os pentes; uma caixa redonda para os pós com sua borla<sup>(1)</sup>; basta que seja d'estas de cobertor de serafina. Isto assim preparado, coberto tudo com seu tafetá.»

Têm graça estas minúcias. Ovidio nos seus *Cosméticos* não desceu a tantas; se descesse, apresentava-as melhor; primeiro, por ser êle; depois, por falar em verso.

\*

Este mesmo *Anatómico*, série de quadros, alguns muito certos no desenho e na côr, mostra-nos a passeio e compras a senhora burguesa puchada nas regras da apurada *bandarrice* (como se dizia), ou da requintada elegância (como hoje diríamos).

Era de obrigação isso de sair uma vez ou outra à *rua Nova*, ou às esplendíssimas lojas da Capela, ou à rua *dos Ourivezes*, fazer compras, ou passar o tempo a fingir que as fazia, já na loja de Francisco Cardoso, já na de Manuel de Moura, já na de Manuel da Fonseca.

\*

Noutra parte avistamos uma *madama* correndo as igrejas da obrigação na lugubre noite das Endoenças, «encostada ao braço de seu esposo, com tôda a sua família, e moço com morrão

---

(1) O peito de cisne do pó de arroz.

acezo» (1). Não é um pequenino quadro? tanto é, que Murphy o desenhou quasi exacto nas suas *Travels in Portugal*: vai a diante o marido, envolvido no seu grande capote, depois ela de bioco e véu, e camândulas à cintura, depois a criada (*familia* na boa lingua portuguesa significa os serviçais).

\*

Para as nossas Portuguesas trabalhavam bons artífices, tanto estrangeiros como nacionais; e as lojas sortidas do melhor sabiam certamente rivalizar com as de fora. No canto da *Cordoaria velha* (ao Loreto) tinha tenda de modas em 1723 um tal Estevam Jordão; pois a atrevida gatunagem abriu-lhe a porta com chave falsa, pela meia noite de 21 de Fevereiro, e roubou-lhe uma porção de artefactos preciosos; a saber: nada menos de cento e cinquenta cabeleiras, noventa e seis covados de *tissu* de ouro, com o fundo côr de fogo e as flores largas, duas peças de *primavera*, uma amarela, outra côr de ouro, e um xairel amarelo bordado de ouro e prata, com franja da mesma sorte. Quatro dias depois do furto (porque não pode ser antes) a *Gazeta* desabafava as lágrimas do roubado Jordão. Basta a lista dos objectos perdidos para dar uma amostra do grande luxo das salas, e do viver público.

---

(1) *Anat joc.* — T. 1, pág. 81.

\*

De uma rapariga camponesa de Barcelos em 1678 existe uma graciosa aguarela, que vou intercalar aqui; é do pincel de António de Vilasboas e Sampaio, o conhecido heráldico da *Nobiliarquia*, e autor do *Auto da lavradora de Airó*, sob o criptónimo de João Martins, criado do Duque de Barcelos (1)

Tem graça a desempenada moça vestida no seu traço provinciano.

Leva o cabelo em rolete,  
melenas dependuradas,  
gargantilha de beloiros (2)  
com relicário de prata;

colete de serafina (3)  
figa de azebiche à banda (4),  
ramais de corais no braço,  
e camisa debuxada (5).

Manteu verde, que na côr  
dá que entender a quem passa,  
que inda que Leonor é esquiva,  
o manteu dá esperanças (6).

---

(1) Possui a reprodução de 1841.

(2) Corruptela de *avelórios*, contas de vidro de côre vistosas.

(3) Lan delgadinha.

(4) Ainda hoje usam.

(5) Provavelmente de algama chita serapintada em vistosos desenhos.

(6) Trocadilho alusivo ao verde, côr simbólica da esperança.

Descalça pelas pedrinhas,  
vai sem medo de topadas,  
e assim melhor que de meias  
vai Leonor indo descalça (1).

A todos quantos encontra  
com seus olhos prende e mata;  
e, com ser escassa a moça,  
dão seus olhos muitas dadas (2).

#### ESTRIBILHO

Pastores de Airó,  
fugi, apressai-vos,  
que vai Leonor  
a dar-vos cuidados

\*

Sobre trajos populares haveria mais que dizer;  
mas seria talvez sair fora da pista. Voltemos a ela.

\*

Das nossas patricias ponderava em 1730 um  
viajante francês:

«São muito lindas as Portuguesas, redondinhas e  
brancas, com formosos olhos, e muita vivacidade.  
Aparecem algumas senhoras de distinção trajando  
e penteando-se à francesa; mas em geral andam em  
cabelo, e com casaca masculina bordada, agaloada  
ou lisa, segundo a sua posição e os seus haveres.

(1) Indo sózinha vai melhor que indo acompanhada, isto é,  
*de meias* com outra pessoa.

(2) Apesar de ser avara a moça, distribui com os olhos  
mil prendas.

Por sôbre o traje usam sempre uma ampla saia negra levantada pela cabeça, por forma que ninguém lhes vê o rosto e a estatura, senão os homens que elas muito bem querem; para o que, abrem de relance essa espécie de capa com um ar ingénuo e natural, como se só quizessem tomar um pouco de ar. As senhoras da Nobreza andam de liteira, seguidas de um escudeiro a cavallo; mulheres e filhas de burguezes andam de sege, ou a pé com as creadas a traz» (1).

Bluteau, que as viu, e as conheceu nas ruas por onde passava, e nas festas dos Caetanos, quer remontar clàssicamente aos bons dias de Roma este manto das Portuguezas, e deriva-o da antiga *pala* das matronas do fóro e dos porticos (2).

(1) *Description de la ville de Lisbonne*, pág. 108.

Les Portugaises sont for belles; elles ont assez d'embonpoint et de blancheur, généraleman parlant de très beaux yeux et beaucoup de vivacité. Il y a quelques dames de condition habillées et coiffées à la Française; mais pour l'ordinaire toutes les femmes sont coiffées en cheveux et habillées en habit d'homme (?) brodé, galonné ou uni, suivant leur condition ou leur fortune. Elles ont toujours par dessus leurs habillements une grande jupe noire retroussée sur la tête, de façon que leur visage et leur taille ne peuvent être vus que des Cavaliers à qui elles veulent bien accorder cette faveur; ce qu'elles font en ouvrant un instant cette espèce de manteau d'une manière en apparence fort ingénue, comme si effectivement elles ne pensaient qu'à se procurer un peu d'air. Les dames du premier Ordre marchent en litière suivie d'un écuyer à cheval, et les femmes et filles des bourgeois en chaise roulante ou à pied, accompagnées de leurs servantes.

(2) *Vocab.* — verb. *Manto*.

Não creio tivesse rasão.

A alta genealogia, porem, de nada lhes valeu, aos tais rebuços das embiocadas; morreram, como tudo morre. Garção, animado do espirito *moderno* do seu tempo, exclamou com um ar de desabafo e satisfação:

Já lá vão os biocos portugaeses,  
moirisca asança, bárbaro ciúme,  
que uma pobre mulher aferrolhava,  
quais se guardam frenéticos orates.  
Há gente mais feliz. Outros costumes  
adoptou a nação, abria os olhos (1).

\*

Os penteados, esses requintaram, e cresceram de tamanho, a ponto de esconderem um enxergão, como diz o poeta. O bom senso, pela boca dos ministros da Igreja, verberou o abuso, e chamou-lhes tronos do demónio, como o foi o telónio de S. Mateus. O nome pegou, e os toucados altos ficaram conhecidos por *telónios*.

Chamaram *telónios* — explica Filinto — «aos toucados altos, que se inventaram em Lisboa depois do terremoto, quando as moças iam descaradamente sem manto nem touca açoitar os ares com o topete» (2).

Calculo, e creio não me enganar, que essa moda desastrada nos veio de França.

(1) *Teatro novo*, farça.

(2) *Obras completas* — T. v, pág. 395.



Já mais de uma vez se notou que a mania dos peralvilhos, de um e outro sexo, era parecer estrangeiro. Ter estrangeiros por alfaiates e modistas (oh! frivolidade humana!) é também o desejo de uns certos. Nos nossos dias, haverá uns quarenta ou cinquenta anos, sabia-lhes melhor, a'êses tais darem-se como fregueses do Krug, do Ursprung, do Strauss, do Keil, ou do Airoles, do que do Nunes Correia, do Xafredo, do Catarro, ou do Bernardo de Lemos, que desde a mocidade servira o senhor D. Pedro IV.

No meio do século XVIII tínhamos cá às modistas M.<sup>me</sup> Charles <sup>(1)</sup>, e M.<sup>me</sup> Chavalhé, corruptela de M.<sup>me</sup> Chevalier <sup>(2)</sup>, talvez mais faladas que a Martins e a Dias, suas contemporâneas; assim como M.<sup>me</sup> Lavalhan, ou Navalhan (corruptela de M.<sup>me</sup> Le Vaillant), M.<sup>me</sup> Neuville, e outras no tempo da senhora D. Maria II, levavam as lampas na fama a outras Portuguesas de não menos mérito; só por serem francesas!

Estas estrangeirices são de todos os tempos. Alfaiate de Nova-York, cioso de ser cotado alto, inculca-se parisiense; o parisiense de gema faz-se sectário das tesouras de Londres; o de Viena ostenta figurinos de Berlim; o do Porto blasona ser lisbonense; e os do Chiado e da rua do Ouro juram pelo alcorão de Paris, que foi quási sempre

(1) *Teatro* de Manael de Figueiredo — Tomo XIV, pág. 406, anotações de Francisco Coelho de Figueiredo.

(2) *Anat.* — T. I, pág. 73.

o Greenwich do meridiano da moda; mas nem sempre: às vezes *Greenwich* está na Inglaterra. Querem ver?

Possuo um soneto, talvez dos princípios do reinado do senhor D. João V, onde um poetastro anónimo, pinta em poucos traços rápidos o elegante *Inglesado*. Vemo-lo passar sempre de gangão, fingindo-se atarefadissimo; uma vez avistamo-lo a sair do *Jogo da pela*, outra encaminhando-se para casa da cantora Fulana, que se estreia na Ópera do Bairro alto; encontramos lo na Missa mais tardia dos Domingos, que, segundo parece, era na ermida do Amparo; e sabemos que estuda francês... por ser moda; com tantos estudos, porém, não consegue disfarçar-nos a magreza da inteligência. Quando gira a pé na rua vai de sobrolho franzido para todos; mas se passa carruagem de pessoa notável, todo êle é umas Páscoas; desfaz-se em cumprimentos de chapéu e cabeça. Tem umas frases, que usa e repete, do calão das salas, e não as larga. Isso, e pouco mais, constituía o peralta inglesado de Lisboa.

Ouçam:

### SONETO

A UM FIDALGO CASQUILHO

Andar nas carruagens a correr;  
 polaina branca sempre ao cavalgar;  
 quanto ao trato, dever e não pagar;  
 quanto ao génio, ser tolo e não o crer;

de boleia ir as vezes que pader;  
 ter um mestre francês, só por se usar;  
 ir ouvir Missa às horas de jantar;  
 ao Amparo, e melhor se a não houver;

andar sempre de gesto carrancado,  
mas aos coches cortês e conhecido;  
dizer a tudo «guapo», «eres» a tudo;

com as damas adamado e derretido;  
loquaz na asneira, em cousas sérias mudo;  
isto é fidalgo moço inglês fundido.

Pergunto: não os conhecemos ainda hoje assim?  
não os vemos pelo Chiado e pela Avenida?

\*

As aludidas tendências inglesadas têm sido muito nossas de quando em quando. Desde um meu patrício, que embarcava no cais do Sodré, e ia desembarcar ao Terreiro do Paço, com uma maleta na mão, falando inglês para se dar ares de um Lord recém-chegado, e admirado para o monumento perguntava «Que *horse* é aquê», até aos políticos de 1834, que nos trouxeram as modas inglesas nas sobrecasacas e na Constituição, temos abundantíssimos exemplos da simpatia que nos merece o Leopardo da Grã-Bretanha.

Elogiando no Parlamento as instituições da velha Albion, exclamava uma vez o talentosíssimo Casal Ribeiro ao terminar um fogoso período:

— Em suma, sr. Presidente, a verdade é, que para nos sentirmos cidadãos livres, basta-nos tocar o solo inglês.

Sorriso geral na Câmara. O grande orador, sem se perturbar, emenda insistindo:

— Sim, sr. Presidente; repito: basta-nos tocar o território inglês.



## CAPITULO XIX

Numa cidade grande presenciavam-se três géneros de festas: as religiosas, as públicas, e as particulares.

Referindo-me às primeiras, direi que outro dos saborosos espectáculos da velha Lisboa foram as festas musicais nos conventos, tanto de Frades como de Freiras. Naquêles ouve compositores e executantes de primeira ordem; os femininos tinham justa reputação.

Menciona o citado Caverel uma Freira da Anunciada, cuja voz melodiosa e altiva (*hautaine*) se casava nas festas solenes, com a harmonia dos instrumentos de acompanhar. Não se está acaso a perceber um admirável contralto?

\*

Esta música era porém meio profana; saía de um côro de Freiras, mas ia comover seculares.

Outra de mais finos quilates conheceram as boas Monjas do Salvador no século XVI; cantavam-na os Anjos, e ouviam-na elas; mais ninguém. Foi o caso, que num extase em que se deixou resvalar enquanto orava uma das senhoras da casa, Soror Inês da Assunção, viu numa intensa claridade, que parecia as alvoradas de além mundo, aparecer sorrindo a VIRGEM MÃE, enquanto uma longa proccissão, de Anjos e Santos deslizava suavemente, em composta romaria, entoando um hino singelo e grandioso em louvor da ESTRELA DO MAR.

Desvanecido o sonho, logrou a Monja, com o auxílio da sua amiga Soror Joana de Jesus, apontar em solfa aquela estranhíssima toada, que se conservou no mosteiro. Isto tudo conta Frei Luís de Sousa. Até que ponto sobe a santa sugestão do misticismo em almas puras.!

\*

A descrição das festas eclesiásticas em Lisboa, solenidades notavelmente artísticas, e onde o pensamento religioso tão bem se encarnava na execução de grandes mestres, educados em todo o rigor da boa escola, daria para um volume. Eu ainda, em pequenote, assisti a lindíssimas festas de Igreja em Ponta Delgada, nos conventos de Freiras; cantavam lá dentro vozes tão suaves, tão repassadas de misticismo, que pareciam do Céu; e lembra-me bem da boa música feminina, que em 1860 e tantos costuma ir ouvir na Missa das Freiras da Esperança!...

Se me dão corda, não me calo; prefiro sair do templo.

\*

Das reuniões da alta classe média temos boa testemunha em Tomás Pinto Brandão, que andava por muita parte, e deixava da sua presença rasto escrito.

Já lá em cima invoquei o seu estro a propósito da graciosa Mariana Rubim; invoco o outra vez. É este um poeta de observação muito *peçoal*, e por isso agrada como pintor de género, e quasi retratista. No que diz trás as graças do seu tempo, mas ilumina-as com o sorriso, que é de tôdas as idades e tôdas as civilizações.

Uma noite bem passada teve elle certa vez na rua do Arco do Marquês de Alegrete, ao Borratém, num palácio velho que ainda lá está, e então pertencia a João Correia Manuel de Aboim; hoje pertencente a seus descendentes.

Este Aboim, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Guarda roupa de el-Rei D. João V, 10.º Administrador da Capela de S. Lourenço em Santa Maria de Óbidos, era casado com D. Inês Maria de Sotomaior e Melo; e, pelo que se vê, gostavam ambos de sociedade. Nalguma da vastas salas azulejadas dêsse palácio armou se um teatrinho, cnde um rancho de bonitas meninas, parentas e conhecidas, representou em castelhano, com a mestria de actrizes consumadas, a comédia *Opponerse a las Estrellas*. Muitas festas, muitas flores, muitas palmas, muitas chamadas

De tudo isso, porém, dessas alegrias domésticas, das recitações e cantorias de tal seroadá, dos sustos e das vitórias dessa noite gloriosa... apenas restam duas décimas de Tomás Pinto. Ei-las á falta de melhor :

Ontem por boas Matinas,  
fui, a horas soberanas,  
ver, por direcções humanas,  
representações divinas.  
Eram moças e meninas,  
mas comediantas velhas,  
porque com iguais parelhas  
tanto de ponto sabiam,  
que em luzimento podiam  
*Opponerse a las Estrelas*

Comédia tão natural,  
representação tão bela,  
não sei que a haja em Castela,  
e menos em Portugal.  
Com manejo tão formal,  
e com alma tão fiel,  
fêz cada qual seu papel,  
que sómente ser podia  
autor de tal companhia  
João Correia Manuel.

\*

Das reuniões da Nobreza já dei uma amostra quando me referi aos concertos e bailes dos palácios dos Marialvas e Quintelas.

Alguma cousa acrescentarei agora.

A curta estada entre nós do Embaixador de Castela, Marquês de los Balbazes, assinalou se em Lisboa por luzidas festas que deu à Côrte. Eu digo como foi.

A 15 de Abril de 1727 pelas 11 horas da manhã chegou à nossa Capital. Logo passados três dias teve audiência particular de Suas Magestades, sexta feira 18. Creio que se aposentou nos Estaus; e logo na sexta-feira 30 de Maio, por ser o dia do nome do Príncipe das Astúrias, houve na embaixada festa elegantissima; representou se uma comédia «a que assistiu grande número de Nobreza, — diz a *Gazeta* — por quem se distribuiu muita variedade de refrescos.»

Em Setembro seguinte (1727), com o motivo de ter nascido a 25 de Julho aos Soberanos Católicos um Infante, por nome D. Luís António, iluminaram-se os jardins do Embaixador; mas a chuva que sobreveio deu cabo de quasi tôdas as tramóias de fogo preso destinadas a arder nessa noite.

Vivia-se em festa naquela casa. A 19 de Novembro, dia de Santa Isabel de Hungria, fazia anos a Rainha de Castela, Isabel Farnese. Festejou-os o Marquês oferecendo à Côrte portuguesa uma ceia sumptuosa, e depois a representação de uma comédia.

Parece que ainda êste alegre e mundano diplomata não tinha feito a sua entrada pública solene; fê-la em 6 de Janeiro do 1728, pela porta de Santo Antão, sendo seu condutor o Conde de Assumar, D. João de Almeida. A descrição minuciosa de todo o aparato seria interessante, mas não cabe aqui.

À noite recepção na Embaixada, e representação do melodrama *As Amazonas de Espanha*.

\*

Passados dias, a 18 do mesmo mês, celebrando os desposórios do Príncipe das Astúrias com a Infanta de Portugal D. Maria Madalena Josefa Teresa Bárbara, Já o Marquêz recebia de novo a Côrte Fidelíssima, dando lhe por espectáculo a representação da comédia *Amor anmenta el valor*, com música de D. Jaime Facó, havendo depois muitas danças e magnífica ceia,

Foi o última festa que deu em Lisboa (1).

A 10 de Março dêsse ano 1728, feitas as suas numerosas despedidas, saiu por Aldeia Galega com destino a Madrid (2)

\*

Brilhava por êste mesmo tempo, e assistiu certamente a isso tudo, um Francês elegante e rasgado, Monsieur de Montagnac, Consul da França, Cavaleiro de Justiça na Ordem de S. Lázaro.

Em 19 de Outubro de 1729, uma quarta-feira, festejava a colónia francesa em S. Luís Rei de França o nascimento do Delfim Luís, filho de de el-Rei Luis XV, e pai do infeliz Luís XVI. À noite M. de Montagnac recebeu em sua casa a principal sociedade de Lisboa, os Ministros e

---

(1) Vidé *Gazeta de Lisboa*, n.º 16, de 17 de Abril de 1727, n.º 17, de 24 do mesmo mês, n.º 23, de 5 de Janho, n.º 38, de 18 de Setembro, n.º 49, de 4 de Dezembro, n.º 2, de 8 de Janeiro de 1728, e n.º 5, de 29 do mesmo mês.

(2) *Gazeta* n.º 11, de 11 de Março de 1728.

Consules seus colegas, e deu lhes uma serenata, um baile, e uma ceia. Representou se o *drama por música* italiano *L'amore vuol somiglianza*, impresso depois em folheto. A casa do Consul via se tôda iluminada, houve fogueiras na rua, bombas, etc. (1).

\*

Falei da Espanha e da França. Entra agora a Grã-Bretanha.

Chama por nós a travessa do *Enviado de Inglaterra*, a Santa Marta, onde imagino, por ora sem prova documental, que moraram, dezenas de anos, em prédio alugado, os representantes daquele Reino aliado nosso (?).

Êsse palácio, que deve talvez ser o que fica entre duas ruas, ao tôpo da de Santa Marta, era em 1803 habitado por Lord Robert Fitz-Gerald, Ministro de Inglaterra, e já o tinha sido em 1791 por Sir Robert Walpole, que exercia igual cargo; em 1817 já os representantes ingleses não moravam aí. Um anúncio na *gazeta* n.º 113, de 14 de Maio, dá para arrendar esta casa, «onde algum dia residiram os Enviados de Inglaterra».

Demos uma vista de olhos a esta Legação diplomática, obra de um século atrás daquela data.

Em 1722 era Enviado em Lisboa Mr. Worsley, quando a 18 de Abril se retirou para o seu país.

---

(1) *Gazeta* n.º 43 de 27 de Outubro de 1729.

(2) Era exacta a suposição do autor. Muitos anos ali residiram os Enviados de Inglaterra, mas parece que a travessa, ou beco, tomou o nome de Lord Robert Fitz Gerald. (*Nota de M. S.*)

No mesmo dia obteve audiência de el-Rei D. João V seu sucessor, Thomas Lumley, irmão do Conde de Scarborough, que tinha chegado ao nosso pôrto a 26 de Março anterior (1).

A 20 de Fevereiro de 1725 saiu Sir Thomas para Londres na nau inglesa *Ludlow-Castle*, acompanhado do bota-fora por muitos senhores da Côrte (2).

Num paquebote de Plymouth, com dez dias de viagem, chegou a Lisboa, meado Setembro dêsse mesmo ano, o novo Enviado, Mr. Dormer (3).

Na tarde de 22 de Abril de 1728 entrou no Tejo o Lord Jayme Tirawley, Coronel do Real Regimento de Espingardeiros, 1.º Ajudante de campo de el-Rei Jorge II de Inglaterra, e seu Enviado extraordinário em Portugal. Foi salvado pelas naus inglesas surtas no nosso pôrto (4).

Teve a 6 de Maio audiência particular de el-Rei D. João V, e da Rainha, e apresentou-lhes o Consul inglês (5). Vinha com aquêlê Ministro sua mulher I ady Tirawley, que regressou a Inglaterra a 13 de Outubro de 1728, a bordo da nau inglesa *Venture*, do comando de Lord Muscarry (6).

---

(1) *Gazeta*, n.º 17, de 23 de Abril de 1722.

(2) *Gazeta*, n.º 9, de 1 de Março de 1725.

(3) *Gazeta*, n.º 38, de 20 de Setembro de 1725.

(4) *Gazeta*, n.º 18, de 29 de Abril de 1728.

(5) *Gazeta*, n.º 20, de 13 de Maio de 1727. Êsse Consul devia ser o Cavaleiro Sir Charles Compton, filho 2.º de Lord George Compton, 3.º Conde de Northampton, e chegado a Lisboa, como Consul, em Novembro antecedente.

(6) *Gazeta*, n.º 43, de 21 de Outubro de 1728.

A 31 de Janeiro de 1729, celebrando o aniversário e a chegada do Príncipe Frederico Guilherme, Eleitor de Brandenburgo e ao diante Rei de Prussia, à cidade de Londres, deu Lord Tirawley um magnífico baile, que, diz um coevo, «durou até às seis horas da manhã seguinte, com abundante distribuição de refrescos, e uma ceia de doces, frutas, e fiambres, a que convidou tōda a primeira Nobreza que se achava em Lisboa» (1).

\*

Numa noite de Janeiro de 1726, a 20, no seu palácio da rua *das Portas de Santo Antão*, à Anunciada, festejavam o 14.º Morgado de Oliveira, João Pedro de Saldanha de Oliveira, e sua 2.ª mulher D. Inês Antónia da Silva, Dama da Rainha D. Maria Ana de Austria, o aniversário de uma sua filha. Davam aos parentes e amigos o espectáculo caseiro da representação de uma comédia.

A menina festejada devia ser D. Inês Maria de Saldanha, nascida a 20 de Janeiro de 1723, e que veio a ser Dama do Paço. Contava portanto três primaveras, e havia de ser muito valida, por ter sido a 1.ª das filhas do Morgado, ainda que já precedida por três irmãozinhos.

Como se vê, sobem alto as tradições literárias daquela célebre casa, onde tantas serenatas, tantos serões poéticos, viu todo o século XVIII. Tenho

---

(1) *Gazeta*, n.º 6, de 10 de Fevereiro de 1729.

pena de não saber o título da comédia, o seu autor, o seu assunto, e a lista dos nomes dos ilustres convidados; sei que, diz um coevo, se distribuiu «quantidade de refrescos de todo o género enquanto durou a festa».

Não conheço mais pormenores; mas por experiência conheço que esta boa e talentosa família dos Saldanhas conserva como herança a hospitalidade bondosa nas suas recepções. Aquelas salas, sempre francas aos amigos sinceros, mantem um cunho português antigo de benevolência e grandeza, que em balde se procuraria em algumas outras partes (1).

\*

Nós cá, dos nossos saraus e festins não deixamos desenhos, que eu saiba; mas pouco mais ou menos podemos imaginar o que se passava na alta sociedade de Lisboa pelo que era lá fora.

Possuo uma estampa de Gerardo Scotin *sénior*, que me sugere uma cena igual às que descrevi dos salões do Enviado de Inglaterra, ou, quando menos, muito parecida. Vê-se figurado um banquete solene oferecido em Paris à Corte francesa pelo Embaixador de Castela, Duque de Alba, por ocasião do nascimento do Príncipe das Astúrias em 1713. Sala elegante, oblonga, adornada de espelhos; sôbre o fogão, debaixo de docel franjado, os dois retratos dos Soberanos de Castela, el-Rei

---

(1) *Gazeta de Lisboa*, n.º 4, de 24 de Janeiro de 1726.

D. Filipe V e a Rainha D. Maria Luísa Gabriela de Saboia. Grandes lustres. Mesa em forma de U; o serviço faz-se pelo lado interior; da banda oposta senta-se uma *grinalda* de vinte e oito senhoras (se bem as soube contar) em traço de gala, e apenas quatro homens nos dois extremos, sentados, de chapéu na cabeça. Muitos outros divagam em grupos pelo salão, e criados vários lidam no serviço. A longa mesa rutila de candelabros, centros ornamentais, peças montadas, etc.

\*

É indispensável confessar ingenuamente uma coisa: nesses banquetes e nessas reuniões antigas, que vendidos nos acharíamos nós outros! mudaram de todo as etiquetas, e ser-nos-ia preciso aprende-las de novo, se, por um retrocesso da idade, nos encontrássemos de repente abancados a uma mesa nobre do século xvii ou do século xviii.

Um livro de gastronomia desses tempos faz-nos pensar em Pantagruel; e as civilidades de nossos avós, diversíssimas da naturalidade moderna, exigiriam um curso universitário.

Entre as prendas que ainda há sessenta ou setenta anos se exigiam ao homem de sala, ao frequentador da boa sociedade, figurava a habilidade do trinchar. Saber trinchar uma peça de carne, uma peça de caça, uma ave qualquer, dava fôro grande ao sujeito. Os majores de mesa redonda eram nisso exímios; hoje podem fechar a loja; ninguém trincha.

A propósito: ocorre-me esta historieta verídica. (Meu Deus! onde estas coisas me vão levando):

Duarte de Sá (pai), homem *do melhor mundo*, freqüentava as casas de mais nome em Lisboa; e o que é bem certo é que, se ninguém cintilava na sociedade um tanto chiste como êle, ninguém entre os trinchantes eméritos conhecia melhor do que êle os altos segredos da anatomia e da graça do trinchar. Era um gôsto vê-lo em acção. ¡Verdadeiro artista!

Com o Marechal Beresford tinha relações óptimas, e o Marechal morria por êle; em êle lhe aparecendo a jantar, era uma festa.

Um dia trinchava Duarte de Sá em casa de Beresford, e conversando, entretendo imenso, e cortando um *roast beef* com a sua perícia consumada. De repente, cometeu pela primeira vez um erro de officio: deixou cair uns pingos de mólho na imaculada alvura da soberba toalha de linho adamascado! Quiz disfarçar, mas não pôde; o Marechal viu tudo, e, rindo às gargalhadas, perguntou com uma insolência de militarão, na sua cerrada pronuncia britânica:

— Olé, amigo Sá!! que foi isso? não esperava. Onde aprendeu a trinchar?

A sociedade era numerosa; todos os olhos se fitaram no delinqüente; outro qualquer sucumbia; êle não.

— Onde aprendi a trinchar, pergunta V. Ex.<sup>a</sup>, Marechal? eu lhe digo; aprendi em casas onde a toalha se muda todos os dias.

A segunda gargalhada foi homérica; essa batalha, não a ganhou o Lord.



## CAPÍTULO XX

O século XVIII deixou em Portugal profundo rasto no capítulo da sociabilidade elegante; e os Portugueses das classes escolhidas deram para ela avultado contingente, mas sempre com a mira na peralvilhice estrangeira.

Fala o viajante inglês Twiss nas assembleias da colónia inglesa em 1772; não sei onde eram. Duas salas grandes congregavam as famílias do alto comércio britânico duas vezes por semana durante o inverno; dançava se, e jogava-se. Parece terem sido muito apreciados os menuetes compostos por um músico de nomeada, não sei se Português, Pedro António Avendano (1).

---

(1) Twiss — *Voyage en Portugal en 1772-73.*

\*

Por êste tempo aparece-nos uma boa testemunha a depôr no processo dos costumes; é o anacreontico Abade de Jazente, que me parece (salvo melhor juízo) um Tolentino provinciano em formato menor. Isto não é amesquinhá-lo: Tolentino é tão grande, que até mesmo a gigantes sobreleva.

O Abade, encerrado nos seus ermos da Lomba e de Amarante, e só com algumas espaçadas visitas aos conhecidos do Pôrto ou de Penafiel, mal conhecia o que chamamos o mundo; mas adivinha-o; e como é muito português, muito agarrado à sua comarca, desadora com usos forasteiros, e verbera-os.

Eu por mim gosto muito dêle; dou-me bem com a sua índole amante do sossêgo, com o seu escrever tão nosso, com as suas altivezes austeras de sertanejo. Agrada-me o bom do Paulino, até por uma circunstância: parece que nunca pensou na publicidade; os versos iam-lhe nascendo sem preparo, frutos de ocasião, espontâneos... Poetou os onde quer que se achava, por desfastio, para entreter os amigos, e dar vasão e forma a pensamentos alegres. Depois de ter a pasta cheia, consentiu que lhos publicassem.

Há sonetos dêle deliciosos de singeleza, disfarçadas ironias. Exemplo, êste:

Tem hoje a nossa Língua tal decência,  
que nada sem decóro pronuncia;  
de um mísero Você, faz Senhoria;  
de uma Vossa Mercê, faz Excelência.

Ou este, que ainda é melhor:

Adeus, ó Pôrto, adeus! fica-te embora,  
que eu já não posso mais, porque me cança  
tanto chá, tanto whiste, tanta dança,  
e tanta coisa mais que calo agora.

Não era há pouco assim; tudo empeora.  
O bem se acha; o mal raízes lança;  
e tem-se feito em tudo tal mudança,  
que até por novo estilo se namora.

Adeus pois, porque o resto de meus dias  
quero dar às lições dos desenganos,  
sempre saúdáveis, posto que tardias.

Adeus, casas de brinco! adeus, enganos!  
chichisbeos! Excelências! Senhorias!  
adeus, Ninfas gentís, que fazeis anos!

Ou este outro, onde a ironia aparece terrível e  
sem reбуço contra as inovações dos afrancesados:

Portugal, que era rústico algum dia,  
incívil, trapalhão, mal amanhado,  
está, graças à França, tão madado,  
que o mesmo já não é que ser soia.

A língua, o traje, o trato, a grosseria  
dos antigos costumes tem deixado;  
é todo doce, é todo concertado,  
e parece outro Sua Senhoria!

Conversa, joga, dança; e o novo enleio  
que entre os dois sexos logra é tão decente,  
que à sátira mordaz tem posto em freio.

Vive agora um marido mais contente,  
um pai sem susto, e todos sem receio.  
Ditosa condição! ditosa gente!

Ainda agora mencionei versos de Caminha, e outros de Pinto Brandão a cantoras de sala da sociedade antiga. Pois o próprio Abade de Jazente deixou também num soneto a essência em triplice extrato dos seus entusiasmos líricos ao ouvir cantar uma Arminda.

Ouçam-no. Sempre galanteador, declara nunca ter podido crer em bruxas; mas confessa que os atractivos da voz da tal feiticeira o deixaram em verdadeira suspensão:

Eu, que me ri dos vãos encantamentos,  
que a Mágica sagaz nos prometia,  
das cifras vãs, das ervas que colhia,  
e dos seus infieis prometimentos,

que tive por gostosos fingimentos  
os bens que aos seus alanos oferecia,  
enfim, eu que fiz sempre zombaria  
dos aparatos seus, dos seus portentos

eu mudei de sistema, pois me obriga  
a Verdade, que creia êsses espantos,  
que nos guardou tenaz a idade antiga.

E se alguém davidar de assombros tantos,  
ouça cantar Arminda; e depois diga,  
diga se é certo, ou não, haver encantos.

Quem vê nos pormenores importante adorno para o assunto principal, lamenta não ficar sabendo em que sala de morgado minhoto ou beirão figurava Arminda, quem ela era, e o que preferiu cantar na presença do talentoso ermitão de Jazente (1).

---

(1) Tenho em esboço uma estudada biografia do Abade. Há-de sair em havendo ensejo.

Há da segunda metade do século XVIII, e dos princípios do XIX, outro bom pintor de género, um Hogarth dos ridículos do tempo: é o engraçadíssimo José Daniel Rodrigues da Costa. Passa-se com êle uma hora muito agradável, escutando-o narrar-nos as incríveis pilhérias do *Almocreve das petas*, descrever-nos um serão de *madamas* numa sala de visitas, ou uma carreira no *barco dos tolos*. Os chistes deste vivo demónio de observação satírica, nada pessoal, passaram de moda; mas, de portugueses e verdadeiros que são, hão-de ter sempre lugar na galeria dos costumes.

Não sei bem que sociedade José Daniel costumava frequentar, além da dos seus ilustres vizinhos e protectores Maniques; o que vejo é que os seus quadros tomam sempre por assunto a burguesia mais modesta; e por isso não entram como elementos documentais nesta minha revista de uma sociedade mais alta e emplumada. Em todo o caso, não quis deixar de te mencionar, ó meu bom José Daniel da travessa *do Forno*, serventia por onde nunca passo sem pensar em ti! Olho para as tuas janelas, como se ali tivesse morado um amigo e companheiro, perdido para sempre!...

Como tu te divertias a observar as senhoritas do teu bairro dos Anjos, e os pintalegretes das reuniões onde aparecias! e como elles gostavam de te ouvir contar a logração do olival da Penha de França, ou um incêndio medonho... na torcida de um candieiro!

Essas ingenuidades de uma Lisboa patriarcal, que recolhia cedo, e se alumia a azeite de pur-

gueira, parecem excluir as elegâncias de uma grande cidade europeia. Pois não excluem. As assembleias das classes elevadas primavam pelo luxo no traje; e tenho para mim, que os peraltas de nome, fanfarreando à tarde nas alamedas do Passeio público, ou à noite na plateia de S. Carlos, representavam ao vivo as elegâncias londrinas e parisienses.

\*

Havia casas em Lisboa, onde o *faceira* da mais alta *bandarrice* ia arranjar-se às modas últimas de Paris, e achava sapatos, fivelas, meias de rolo da côr da casaca, véstia de tisso, canhões do mesmo, galões, matizes, camisa, gravata, espadim, cabeleira de bolsa, chapéu com plumas brancas, e todos os petrechos. Vinham de Hamburgo as cabeleiras mais apuradas, e custavam cinco moedas.

Francisco Coelho de Figueiredo, de quem são as notícias, e quasi as palavras do antecedente parágrafo, lembrava se de que no seu tempo a última casa de venda desses artigos era a de um tal negociante Folckman; aí se aprontavam guarnições de espadins, floretes, espadas de roca, etc., para os fregueses de mais afiado gosto<sup>(1)</sup>. Dessas portas saía apetrechado para tudo, de olhar pisco e dengue, metendo de ombro, falando alto, o *faceira*,

---

(1) *Teatro de Manuel de Figueiredo* — T. XIV, pág. 407 — Anotações de F. C. de Figueiredo.

com o seu chapéu à malbruca, a sua cabeleira loira, a sua casaquinha curta, peito de lombriga, e gravata de garrote (1).

\*

Famosos foram também, como outros artífices, os sapateiros lisbonenses. Antes de 1755 florescia o célebre Beja, o famoso Araújo, o notável Antónic Gomes, dos cobertos de Belém, «que possuía o segredo de encher as pelas para o jogo em que se divertia a Grandeza», diz o muita vez citado Figueiredo (2).

\*

Vêem depois as modas indecentíssimas da República francesa, mal tornadas entre nós, e começa, com pequenas variantes, o que vemos ainda hoje, que é feio, sim, mas prático e cómodo.

\*

Se o palácio do Loreto, que nos trouxe esta digressão enorme, de que me arrependo, quasi, pudesse falar, e se pudessemos ouvir também outros de Lisboa, o escutá los seria grande gosto. Dançou-se muito no prédio da familia Pinto Basto; e quando as bisavós da geração actual ali passassem, e olhassem para a frontaria do casarão, as saudades não haviam de ser poucas.

Foi ali a *Assembleia*, que reuniu nos últimos anos do século XVIII Lisboa inteira, e onde as gavotas e

(1) Retrato a pág. 162 do T. II do *Anatómico jocoso*.

(2) *Teatro de Manuel de Figueiredo* — T. XIV, pág. 446.

os menuetes se requebraram noites sem conto; e não só elles, mas também o *lundú* e o *ril*. Vejamos.

Define Moraes o *lundú* (vocábulo, segundo elle, das linguas *conguesa* e *bunda*): «dança chula do Brasil, em que as dançarinas agitam indecentemente os quadris». Pode ser que assim fôsse lá; mas na sua transplantação para a Europa certamente perdeu o veneno. Em 1826 assim aprecia esta dança um viajante inglês, às vezes seu tanto maligno, mas quási sempre bom observador:

«Nas mais escolhidas sociedades de Lisboa se dançava antigamente o *lundú*, por pessoas dos dois sexos; mas agora poucas vezes o executam, a não serem duas senhoras, uma das quaes faz o papel de homem. Consiste em graciosas cadencias; os passos são geralmente os mesmos; a principal belleza depende menos do movimento dos pés, do que da gentil postura e das expressivas attitudes dos braços e do corpo.

«Collocam-se os dois pares às duas bandas da sala; o *cavalheiro* segura um lenço branco; caminham um para o outro, a passos medidos e meneios insinuantes; ella dá mostras de sympathisar com o seu adorador; mas no momento em que elle a imagina favoravel aos seus requebros, eil-a que se revira e afasta com um sorriso desprezativo e espantada da audacia d'elle; elle por sua vez afasta-se tambem, mas com sentimentos mui outros; leva o lenço aos olhos, e, com a tristeza a pintar-se lhe nas feições, vai recuando, e olhando de vez em quando para ella, como que para lhe despertar a compaixão.

«As reiteradas sollicitações d'elle obrigam-na a final a descahir da severidade, e a mostrar-se captivada das suas attenções; elle, mal que isso percebe, recomeça nos desdens. Chega lhe a ella a vez das supplicas, e recebe d'elle o lenço, signal de mágua, que ella usa e meneia com a mais fascinadora graça.

«Toda esta pantomima, representando uma scena amorosa, acaba, lançando a *dama* o lenço ao seu par, como prova da sua conquista, e emblema da mutua reconciliação e união.

«Bem dançado, nunca deixa o *lundú* de provocar os mais entusiasticos applausos.

«O que eu tentei descrever aqui foi o *lundú* das classes elevadas; porque executado pela plebe, está bem longe de ter graça e decencia.

«O povo em Portugal gosta tanto do *lundú* ou *landum*, que até os velhos sentem profundo goso quando ouvem os compassos d'esta dança vibrados na guitarra» (1).

---

(1) ..«The Landan was formerly danced in the best societies of Lisbon by persons of both sexes; but now it is seldom performed in the higher circles, except by two females, one of whom represents a male partner. It consists of graceful cadences, the steps being generally the same throughout, and the chief beauty of the whole depending less upon the movements of the feet, than on the graceful elegance and expressive attitudes of the hands and body.

«The parties placing themselves at opposite ends of a room, and the gentleman holding a white handkerchief, they advance towards each other, with measured steps and wooing mien, and the lady appears disposed to sympathise with her admirer. But at the moment when he imagines her favorable to his suit, she turns away from him with a

Se descrevi o *lundú* das salas, por que não descreverei o *ril*, que foi outra dança antiga, que certamente viram as salas das assembleias de Lisboa no tempo da senhora D. Maria I e do Príncipe Regente? É de extração inglesa, e em Inglaterra diz se (ou dizia-se) *reel*, que significa sarilho; e é bem posto o nome: o *ril* é um sarilho de passos. Vejamos se o posso descrever:

Dançava um homem com quatro senhoras. Começava o homem por dar a mão direita e a

---

smile of contempt and astonishment at his presumption; he likewise turns away, but with far other feelings; the handkerchief now finds its way to his eyes; and with disappointment in every feature, he mesures back his steps, looking occasionally behind him as if to excite compassion.

«His reiterated solicitations make her at length relax in her severity and appear pleased at his attentions; which he no sooner perceives than he treats her with disdain. She in her turn becomes the suppliant, and receives from him the same handkerchief, a token of grief, which she uses with the most fascinating gracefulness.

This pantomimic representation of a love-scene ends in the lady's throwing the handkerchief over the neck of his partner, as an emblem of her conquest and their mutual reconciliation and union.

«When this is well danced, it never fails to elicit the most thundering applauses. What I have just endeavoured to describe is the landan of the better orders; but when danced by the canaille it is far from being either graceful or decent.

«The common people in Portugal are so fond of the landan, that even at an advanced age they experience a strong sensation of delight on hearing the measure played on the guitar.»

*Sketches of Portuguese life* by A. P. D. G.—1826—  
pág 228 e seg.

esquerda a duas senhoras, fazendo com elas um *en-avant trois* contra as duas outras parceiras. Largava os seus pares, e as quatro colocavam-se aos cantos de um quadrado, em cujo centro ficava o dançarino. Êste, ao som da música, e pulando, quasi em passo de polka, descrevia uma linha em forma de 8, e ia colocar-se a um dos cantos. A senhora que êle desalojava passava para o meio do quadrado, e descrevia pulando, como supra, o tal 8; dirigia se para outra, substituia-a, e assim por diante. A música não a sei indicar (1).

\*

A propósito de música, e aditando palavras que já lá ficaram a cima, notarei uma coisa: o reinado da guitarra nas salas prolongou-se; as antigas e saudosas modinhas de nossas avós aí estão a falar-nos dela; e parece que também as senhoras tocavam guitarra. Digo isto, por ler na *Gazeta de Lisboa* de 14 de Abril de 1812 êste anuncio:

«Uma senhora capaz se offerece a ensinar a tocar guitarra; se algumas senhoras quizerem fazer lhe a honra de a procurar, dirijam-se à rua Nova da Alegria n.º 34.»

Depois, foi de todo proscrita a guitarra; por caso nenhum a deixariam entrar nas salas de bem; mas tanto fez a tentadora, tanto gemeu, tanto se insi-

---

(1) Ovi em Junho de 1885 a descrição desta sensaboria a uma senhora já então muito idosa, que me disse ter dançado o ril ainda no 1.º quartel do século XIX; mas parece não era já dança do mundo elegante, e pertencer apenas a reuniões muito familiares e infantis.

nuou, tanto invocou as tradições, que a pouco e pouco, de vagarinho, começou *esporádicamente* a aparecer, aqui, ali. E viu-se que não era tão má como a pintavam; que na taberna de onde saía tinha deixado as letras inaceitáveis, e só trazia em si as dolentes melodias, tão árabes, tão nossas, tão sentimentais, que nos chegam mesmo ao fundo do coração.

Tenho a ouvido tocada por verdadeiras senhoras. Poucos instrumentos haverá, a não ser a harpa, que tanto realcem a figura feminina. A guitarra traz o que quer que seja de lembranças dos paços da Ribeira ou de Almeirim; e fala-nos nas longas seroadas de que ficaram tantos rastos nos Cancioneiros.

Por que há-de hoje a guitarra ser, ou parecer, ignóbil? de todo não percebo. Bem cotado é o piano; e se o ouvimos no Chiado, também o ouvimos (quando passamos) nos botequins da Mouraria. Bem fina é a casaca; e se o amo a veste, veste-a não menos o criado.

Se uma guitarra vai às hortas da Perna de pau, outra haverá que saiba e mereça entrar nas salas.

Por que hão-de pois odiá-la ainda alguns meticulosos? Viva a guitarra, que é das nossas terras, e sabe prantear como ninguém os segredos da redondilha! (1)

---

(1) O actor estava crente como tantos ainda hoje, de que a Gaitarra era um velho instrumento português, quando

\*

Porei agora ponto final.

Relendo o que escrevi, parece-me fraco. Mas que querem? tinha poucos materiais. Atrevi-me à imprudência de querer fazer um callo substancial com uma orelha do coelho (como diria Bulhão Pato).

Dessas amostras deduz-se, ainda assim, uma coisa: quando eram agradáveis e sumptuosas as festas nobres na Lisboa de nossos avoengos, e quanto primavam em todos os requintes do luxo e da moda os senhores de casas, empenhados em mostrar aos desdenhosos estrangeiros que o nosso Reino pertence à Europa

Em algum dos subseqüentes capítulos darei mais exemplos do luxo nas recepções dos lisboenses das classes elevadas.

---

é certo que os primeiros fabricantes desses instrumentos se instalaram no Porto e, a seguir, em Braga, nos últimos anos do século xviii.

\*

Realmente, desde o século xv pelo menos, dizia-se guitarra, falava-se em guitarra e havia guitarreiros que as fabricavam, mas esse nome applicava-se às violas dos nossos vizinhos. O instrumento em feitura de coração, com cordas metálicas, pouco mais tem de cento e cinquenta anos.

Em 1873, deram-se no Casino Lisbonense do Largo da Abegoaria, onde fora o Café Concerto, uma série de audições de guitarra, que fizeram escândalo em Lisboa. Protestou-se contra a intrmissão de tal instrumento, em salas de categoria, e o escândalo tornou a repetir-se quando a actriz Virgínia Dias da Silva, a maior ingénua dramática do seu tempo, tocou e cantou, empunhando uma guitarra, no palco do Teatro Normal. (*Nota de M. S.*)



## CAPÍTULO XXI

Veio tudo quanto disse, a propósito da casa da Assembleia; mais poderia eu trazer de notícias e descrições, se não temesse engrossar demasiado este ponto acessório.

Passemos à próxima rua *do Outeiro*.

\*

É antiga; já a menciona a *Estatística* manuscrita da Biblioteca (1552). Como a diferença de nível dessa rua em comparação com o largo *de S. Carlos* é grande, será ousadia conjecturar que a sua elevação desse nome ao sitio?

\*

«Quarta feira o 1.º de Dezembro (1813), pelas 11 horas, em casa de Ignacio Sartini, na rua *do Outeiro* junto ao largo *de S. Carlos* n.º 9, 2.º

andar, Adolpho Frederico Lindenberg, procurador dos herdeiros de José Trono, ha-de vender em leilão publico uma porção de paineis e miniaturas de varios autores, divididas em lotes que hão de estar à vista.»

Palavras da *Gazeta de Lisboa* n.º 279, de 27 de Novembro de 1813.

José Trono foi um pintor italiano, turinez, ajustado em 1785 pelo nosso Embaixador em Turim D. Rodrigo de Sousa Coutinho, para vir a Lisboa retratar a Familia Real.

Não sei se existem em poder de el-Rei obras dêste artista (1).

\*

Na mesma rua *do Outeiro* n.º 1, 1.º andar, estabeleceu-se em Julho de 1817 uma nova casa de pasto, «junto ao chafariz do Loreto, onde tem quartos e sala capazes de dar jantares de encommenda com todo o commodo e aceio possivel» (2).

Não foi feliz a empresa. Passados uns quatro meses annunciava-se o trespasse do estabelecimento (3).

---

(1) O ajuste do pintor turinez José Trono, foi feito em Dezembro de 1784, com o estipendio de 700\$000 réis por ano, ajudas de custo e viagens pagas, começando a vigorar o seu contrato em Janeiro de 1785 (Arquivo de Santa Lazia). José Trono morreu em Lisboa, ao serviço da corte, em Março de 1810, tendo-se logo a seguir feito leilão dos seus quadros e pinturas, como se vê na *Gazeta de Lisboa* de 27 de Março desse ano. (*Nota de M. S.*).

(2) *Gazeta* — n.º 167, de 17 de Julho de 1817.

(3) *Gazeta* — n.º 260, de 3 de Novembro de 1817.

Também aqui esteve o afamado Andrilliat, cabeleireiro do grande mundo por 1820 e tantos ou 30, de quem foi sucessor Monsieur Godefroy, em 1842, no largo *das Duas Igrejas*, com entrada pela rua *do Outeiro* n.º 9, hoje estabelecido *no Chiado*, 80 a 86.

Havia aí a rua *do Picadeiro das Portas de Santa Caterina*, que era antiga, e tirava nome do picadeiro do paço dos Duques de Bragança, pertencente (talvez por aluguer) em 1804 ao picador João Valentim Felner (1).

Ainda hoje, depois de desaparecido o picadeiro, depois de sumida a rua *do Picadeiro*, ou transformada na forma e no nome, muita gente que vai ao teatro de S. Carlos, e tem camarote do lado do poente, diz ao cocheiro:

— Olhe, nós queremos aprear-nos na porta do Picadeiro; ouviu?

E o cocheiro entende, e responde:

— Sim senhor.

Aí morou o célebre Tomás Pinto Brandão.

Diz Tomás Pinto Brandão,  
ao Picadeiro assistente (2)

---

(1) Diz o sr. Pinto de Carvalho (Tinop) na sua obra *Lisboa de outros tempos*—T. 1, pág. 245: «Em 1804 existia no terreno que formava o largo entre o Tesouro velho, o teatro de S. Carlos, e as cocheiras das carroagens Reais, um picadeiro pertencente ao picador João Valentim Felner.»

(2) Versos de uma décima a pág. 68 do seu *Pinto Renascido*.

Em 1816 havia «à entrada do Pateo do Pica-deiro», nos numeros 11 e 12, uns armazens onde se recolhiam mercadorias (1).

Aqui mesmo, na *Cordoaria velha*, que era paralela à nossa rua *do Tesoiro velho*, havia um Hospício dos Frades do Varatojo. Diz-mo Frei Apolinário da Conceição (2). Os Missionários que do Varatojo vinham à Côrte, hospedavam-se neste seu casebre.

Segundo o Padre Godinho, citado por aquêlê meu informador, foi o célebre Frei António das Chagas quem tomou posse desta habitação em 22 de Setembro de 1679; concedia-lha el-Rei.

\*

Perdão; paremos; eu não quero agora devassar sítios, que ficam reservados para outro volume. Duas notícias só.

Beckford na sua carta xx escreveu isto, que traduzo:

«Tornando-nos pelo *Bairro alto*, fomos ver uma casa nova edificada com grande despesa por João Ferreira. Era um mesquinho negociante de coiro, tornado proprietário de um dos mais opulentos contratos de Portugal, graças à protecção do Arcebispo Confessor da Rainha. Nunca vi salas mais mal decoradas do que são as dêste pobre mercador de sola, forradas de setim azul escuro, mesclado com uma côr de açafão muito estrilante.

---

(1) Frase da *Gazeta de Lisboa* n.º 259, de 31 de Outubro de 1816.

(2) *Claustro Franciscano*, pág. 117.